

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Este exemplar corresponde à redação final
da tese defendida por Eldon Henrique Muhl
e aprovada pela Comissão julgadora
em 19/12/1985



TRANSFORMAÇÃO DOS VALORES MORAIS DOS COLONOS COM A
MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: UM ESTUDO DE CASO DO
RIO GRANDE DO SUL

ELDON HENRIQUE MUHL

Dissertação submetida como requisito
parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Educação.
Orientador: Prof. Pedro L. Goergen

Campinas, SP, outubro de 1985

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

[Handwritten signature]

Alone
Mr. Fisher

À

Vera Jussara, Ângela Cristina,
Leonardo e Vívian

AGRADECIMENTOS

Nesta caminhada nos encontramos com inúmeras pessoas que nos ajudaram pela sua orientação, pelas sugestões, pelas críticas e pelo incentivo. Certamente foram muitos e talvez esqueçamos alguém. Não podemos, no entanto, de deixar de agradecer os que agora lembramos:

Professor Pedro Laud~~elino~~ Goergen, pela orientação, amizade, disponibilidade e paciência que teve em nos acompanhar nesta caminhada de cinco anos.

Professor Elli Benincá, amigo e educador, de cuja sugestão e incentivo nasceu o tema desta dissertação.

Professores James P. Maher e Antonio Muniz de Rezende, pelas críticas e sugestões oferecidas.

Os colegas do Centro Regional de Educação e professores da Faculdade de Educação, pelas contribuições e pelas presenças, que sempre foram motivo de estímulo: Lucídio Bianchetti, Rosa Maria Bernardi, Solange Maria Longhi, Lourena C. Pacheco, Norah T. Boor, Marli Möller, Carmen P. Gomes, Suzana Zimmermann, Odir Bruschi, Irene Saraiva, José Gaston Hilgert, Maria F. Crusius, Eliara Zavieruka, Cenira R. Silva, Mirtha Sudbrack, Nedison Faria, Elsone Silva, Agostinho Both, Nilva Gehm, Tania Rösing, Athos R.R. da Silva, Irany C. Comin, Aldomar Rückert e Solange T. Laus.

Professoras Solange Faria, Lúcia Palma e Irene Saraivã, pela revisão dos originais.

A Maria Lúcia Begotto, o Ivo Moresco e a Maria Helena D'Agostini, pela dedicação nos serviços datilográficos.

Professora Marília Mattos, pela confecção dos mapas.

Os agricultores de Oeste e Vista Alegre, sem os quais, este trabalho não teria sido realizado.

Todas as demais pessoas que de alguma forma nos ajudaram a escrever esta dissertação.

SUMÁRIO

	Página
SINOPSE	
INTRODUÇÃO	1
1.0 - COLOCAÇÃO DO PROBLEMA	1
2.0 - JUSTIFICATIVAS DO TRABALHO	5
3.0 - OBJETIVOS	9
3.1 - Geral	9
3.2 - Específicos	9
4.0 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	10
5.0 - METODOLOGIA	30
5.1 - Localização do Estudo	30
5.2 - Abordagem Metodológica	40
5.3 - Instrumentos de Coleta de Dados: Entrevista e Observação Assistemática	40
5.4 - Análise dos dados	41
5.5 - Definição dos termos	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
CAPÍTULO PRIMEIRO - O PROCESSO DE FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICO E CULTURAL DOS IMIGRANTES ITALIANOS.....	47
1.0 - O CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL	47
1.1 - A situação italiana no período de imigração	47
1.2 - Os motivos brasileiros para promover a imigração	52

	Página
2.0 - O ESTABELECIMENTO DOS IMIGRANTES: O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO	54
2.1 - A Formação da Pequena Propriedade.....	54
2.2 - O início da Colonização: a formação das comunidades das capelas e a famí lia como unidade de produção	56
2.2.1 - As Comunidades das Capelas....	59
2.2.2 - A família do imigrante:unida- de de produção e principal responsável pela educação dos filhos.....	63
2.3 - A cosmovisão dos imigrantes e seus descendentes	69
2.4 - Descrição fenomenológica dos valores morais dos imigrantes e seus descenden tes	78
2.4.1 - Dedicção ao trabalho.....	79
2.4.2 - Honestidade	80
2.4.3 - Coragem	81
2.4.4 - Sinceridade e lealdade.....	83
2.4.5 - Fé	84
2.4.6 - A fidelidade conjugal e a obri- gatoriedade de os pais instruí- rem os filhos dentro dos princí pios cristãos	85
2.4.7 - Vivência ascética	87
2.4.8 - Respeito e obediência aos pais e autoridades	89
2.4.9 - Submissão à fatalidade da vida	92
2.4.10- Participação nas atividades re- ligiosas e comunitárias.....	93

	Página
2.4.11 - Dedicção e ajuda na constru- ção e conservaço dos bens co- munitários	95
2.4.12 - Justiça e Liberdade: preserva- ço da propriedade	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
CAPÍTULO SEGUNDO - INSTAURAÇÃO DE UM NOVO PROCESSO SÓCIO-ECONÔMICO NA REGIÃO EM ESTUDO - PRINCIPAIS AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO E MUDANÇAS MAIS SIGNIFI- CATIVAS	
	105
1.0 - FATORES DETERMINANTES DAS MUDANÇAS: OS AGEN- TES DE TRANSFORMAÇÃO	105
2.0 - AS PRINCIPAIS MUDANÇAS SÓCIO-ECONÔMICAS E CUL- TURAS OCORRIDAS NA REGIÃO	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
CAPÍTULO TERCEIRO - A SECULARIZAÇÃO E A MODERNIZA- ÇÃO DA COSMOVISÃO DOS AGRICULTORES: NOVO PADRÃO DE VIDA E ALTERAÇÕES DOS VALORES MORAIS	
	125
1.0 - CONSIDERAÇÕES SOBRE OBJETIVOS E METODOLOGIA	125
2.0 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	126
2.1 - Produço para o mercado: a mudanço nas relações com a natureza e a proprieda- de agrícola e suas implicações morais.	126
2.2 - As mudanças nas relaçoões de trabalho e suas implicações morais: lucratividade X criatividade	133
2.3 - Honestidade e fidelidade ao dever as- sumido	139

2.4 - A família e seus valores: fidelidade con- jugal, divórcio, controle de natalidade e hierarquia de poder - obediência e sub- missão	142
2.4.1 - Fidelidade conjugal	143
2.4.2 - Divórcio	144
2.4.3 - Controle de natalidade	146
2.4.4 - Hierarquia de poder: obediência e submissão	148
2.5 - Da austeridade ao consumismo - uma nova relação com os objetos: a ética do con- sumo e o vazio moral do indivíduo	150
2.6 - As relações de amizade: solidariedade e individualismo	156
2.7 - Religião e secularização: a crise das co- munidades das capelas e da Igreja Católi- ca e suas repercussões sobre os valores morais dos agricultores	160
CONCLUSÕES E SUGESTÕES	172
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	178
ANEXOS	181
. Anexo 1 - Relação dos Municípios pertencentes ao DGE-38/RS	182
. Anexo 2 - Roteiro de perguntas para entrevista....	183

LISTA DE MAPAS

Página

Mapa 1 - Distrito Geoeducacional 38 no Estado do Rio Grande do Sul e localização dos Municípios de Guaporé e Colorado	31
Mapa 2 - Município de Guaporé com a localização do Distrito do Oeste	38
Mapa 3 - Município de Colorado com a localização do Distrito de Vista Alegre	39

SINOPSE

A consciência moral dos indivíduos pode se constituir numa fonte de muita riqueza na análise do processo educativo. Todo ato educativo é, também, um ato moral, pois necessariamente expressa uma relação entre consciências ou de consciências com o mundo. Esta premissa nos levou à realização do presente trabalho, em que buscamos, através de uma metodologia descritiva e crítica, verificar e analisar as transformações morais dos agricultores de duas localidades do Rio Grande do Sul, a partir das mudanças ocorridas no processo produtivo e nas relações sociais. A análise dos valores morais é feita em dois períodos distintos: o primeiro, vai da fase da formação das colônias italianas até, aproximadamente, a década de 1950; o segundo, compreende a fase da modernização da lavoura, que se intensifica em meados dos anos 50 e prevalece até a presente data. O trabalho pretende ser uma contribuição no processo de estudo e diagnóstico da realidade sócio-cultural da área de influência da Universidade de Passo Fundo, especialmente naqueles aspectos referentes à formação moral dos indivíduos.

INTRODUÇÃO

1.0 - COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

O ponto de partida do presente trabalho é a constatação feita por uma equipe de professores do Instituto de Pesquisa e Planejamento (IPEPLAN) da Universidade de Passo Fundo que, em levantamento realizado entre agricultores de mais de sessenta municípios, situados no Distrito Geo-Educacional 38, comprovou que enquanto as condições de trabalho destes agricultores continuavam sendo as mais rudimentares, suas aspirações, entretanto, se identificavam com os apelos da sociedade de consumo, em grau até de sofisticação. (1)

Essa constatação trouxe-nos a preocupação de um estudo sobre as transformações de valores que estão ocorrendo com as pessoas que vivem no meio rural da área de abrangência da Universidade de Passo Fundo, principalmente os valores morais, dentro do novo contexto sócio-econômico decorrente da subordinação crescente das atividades agrícolas às exigências da economia capitalista.

Para essa análise, partimos do pressuposto de que as aspirações e os valores morais desses agricultores encontram-se profundamente relacionados com os fatos fundamentais que compõem suas comunidades, quais sejam, a produção e reprodução da vida a partir de um contexto social mais amplo, a sociedade de classes. Acreditamos que as aspirações e os valores morais manifestam o grau de inserção ou resistência desses agricultores

em relação aos valores e ao modo de vida sugeridos pelo sistema capitalista, seja através dos meios de comunicação, ou do direcionamento da produção para o mercado urbano-industrial.

A moral, como um dos componentes culturais de uma comunidade, é resultante das relações que se estabelecem no seu interior.

Como instituição cultural, sofre as influências das transformações que ocorrem nesse meio, tanto em nível da infraestrutura econômica, quanto em nível da superestrutura ideológica, política, religiosa, educacional... Ela é um referencial importante para o estudo das mudanças culturais que estão acontecendo no meio rural com o direcionamento da agricultura para a produção do mercado capitalista.

Os grupos humanos não produzem apenas a vida material, mas, ao produzi-la, elaboram também, ao mesmo tempo, um conjunto de idéias, de representações e de valores que se ligam diretamente às suas condições de existência. Assim, à medida que mudam as formas de produção da vida material, mudam também as formas de representação e de valorização desta existência. Por isso, para que possamos compreender o sentido das transformações ocasionadas a nível dos valores morais, precisamos partir das mudanças econômicas e sócio-culturais em que elas ocorrem.

O processo de produção agropecuária da região em estudo apresenta dois momentos distintos e sucessivos. O primeiro condicionado pela forma de ocupação da terra, com implantação, de um lado, pelos imigrantes europeus, de uma agricultura de subsistência, e de outro, de uma pecuária extensiva em grandes propriedades. O primeiro momento teve como característica básica a organização da agricultura e da pecuária segundo os moldes da tradição agrícola e artesanal dos imigrantes europeus que de lá vieram quando tiveram que abandonar suas terras

devido às transformações do processo de industrialização. "A colonização empreendida na região, como o fornecimento de 25 hectares de terra, estabelece um tipo de estrutura fundiária baseada na pequena propriedade e voltada para a produção de subsistência. O pequeno excedente produzido era comercializado no mercado local. Neste período, a produção agropecuária é caracterizada mais pelo valor de uso do que pelo valor de troca (mercadorial). Não existe especialização em determinada cultura; as unidades produtivas voltadas à subsistência se dedicam à produção de várias culturas: milho, feijão, arroz, mandioca, trigo, erva mate, cana-de-açúcar, (para fabricação de melado, rapadura e cachaça), criação de aves, suínos e gado bovino. O excedente, produzido em pequena escala, é comercializado transformado nas pequenas indústrias existentes nos principais municípios da região e raramente transportado a Porto Alegre ou São Paulo".

(2)

O segundo momento "vai se caracterizar pela especialização da agricultura voltada para a cultura do trigo e da soja, possibilitada pela modernização dos métodos de cultivo, pelo uso de maquinaria e insumos modernos e a integração da região no mercado internacional de produtos agrícolas, especialmente a soja"(3). Esta mudança significou a introdução de relações capitalistas no campo. Este fenômeno, evidentemente não restrito à região, integra o processo mais amplo do sistema capitalista, que anima a sociedade brasileira e que ordena a especialização das culturas a partir das demandas do mercado urbano industrial do país e/ou de outras nações. As necessidades do expansionismo capitalista, determinado pelo alto grau de desenvolvimento industrial alcançado pelos países centrais, como os Estados Unidos, a Alemanha, a Inglaterra e outros, exigiam uma redivisão social do trabalho, tanto no plano interno de cada país, quanto em nível da relação país industrializado/país produtor de matérias-primas. É o momento em que se redefine o papel da agricul-

tura e da pecuária, como fontes de fornecimento de matéria-prima e alimento para os centros urbano-industriais. Parte-se então para a especialização da produção, com a predominância da monocultura do trigo e depois da soja. Isto fez com que fossem introduzidas novas técnicas de cultivo, novos instrumentos de trabalho, incentivos financeiros e o uso de insumos e pesticidas. (4) Permaneceu intacta, porém, a estrutura de apropriação da terra.

Concomitante a essas transformações de ordem técnico-econômica, começam a ocorrer, também mudanças na superestrutura ideológica. Mesmo porque, como diz IANNI, "*as forças produtivas e as relações de apropriação econômica e dominação política não se encadeiam, reproduzem e expandem se não se expressam em idéias, valores, princípios e doutrinas (ou formas de pensar) organizadas segundo as determinações básicas do modo capitalista de produção.*" (5) Assim, a expansão do modo capitalista de produção também atinge à estrutura de valores do homem do campo, incutindo-lhe, seja através dos meios de comunicação ou através dos demais aparelhos ideológicos (sindicatos, comércio, escola, igreja, etc) os valores da ideologia capitalista. Essas transformações dos valores, especialmente de ordem moral, é que pretendemos analisar no presente trabalho.

2.0 - JUSTIFICATIVAS DO TRABALHO

A nossa preocupação com a mudança dos valores morais dos agricultores da região de abrangência do DGE-38, se vincula à função que exercemos dentro da Universidade de Passo Fundo, uma das Instituições de Ensino Superior dessa região. Como professor da disciplina de Filosofia da Educação e membro de uma equipe de professores da Faculdade de Educação que está buscando uma educação menos alienante, e mais vinculada à realidade em que atua, defrontamo-nos, a todo momento, com problemas que têm por base as novas relações que estão ocorrendo entre os agricultores a partir da mudança no modo de produção econômica.

As reflexões que temos feito em torno dos problemas educacionais da região, inevitavelmente nos têm trazido à tona o problema dos valores. Entendemos que a grande dificuldade que se tem encontrado na educação, no sentido de torná-la mais humanizadora e realizadora dos ideais humanos, deve-se à falta da compreensão dessa realidade do ponto de vista de sua globalidade e das condições reais em que ela é produzida. Falta analisar e compreender os fins e os objetivos educacionais, a partir da contextura moral em que eles são produzidos na atualidade. Vivemos numa situação em que, tanto no plano das idéias como no plano das ações, a ética está em crise. Na atualidade, estamos esquecendo e desconhecendo os valores fundamentais da existência e os direitos do ser humano. Por isso, há necessidade de repensar os princípios éticos da sociedade que aí está para, a partir de uma crítica, estabelecer novos critérios dentro de uma visão de sociedade mais humana e mais justa. Ao nosso ver, re-

pensar a educação, implica, antes de tudo, reconsiderar os valores que a orientam e a mantem. Significa recuperar o homem a partir das suas raízes verdadeiramente humanas, através da denúncia do suicídio antropológico a que ele está exposto na sociedade atual e do anúncio de novos valores enraizados nos princípios da participação consciente e responsável.

Hoje, mais do que nunca, precisamos repensar a educação a partir de uma nova postura ética que, para ser realmente humanizadora, não pode prescindir dos avanços e das contradições dos valores morais da sociedade atual.

A educação, seja ela formal ou informal, pode contribuir, e certamente contribui, para que os valores da ideologia capitalista se expandam e sejam vivenciados pelas pessoas do meio rural. Por isso, precisamos conhecer qual o grau de sedimentação que esses valores já alcançaram para, a partir daí, repensar a educação no sentido de como ela poderá contribuir para a superação das contradições que o sistema capitalista cria.

A moral, como um dos elementos presentes em qualquer ordem social e em qualquer grupo familiar ou comunitário, é um excelente indicador para o estudo das mudanças que estão ocorrendo. Ligada à dimensão da liberdade individual, de um lado, e à dimensão da exigência social ou comunitária, de outro, a moral revela o nível e a qualidade da relação que se estabelece entre o indivíduo e os demais membros da comunidade. Além disso, manifesta o tipo e a qualidade dos valores que são veiculados no interior dessa comunidade e a relação desses com as exigências morais da sociedade capitalista.

As afirmações e até queixas sobre as mudanças de valores morais do homem do campo são muitas e procedem dos mais diversos segmentos: igreja, professores, políticos, administradores, pais, jovens... Até agora, no entanto, essas constatações não foram alvo de um estudo mais sistemático. No máximo, se

constituíam em motivo de defesa de padrões morais do passado por alguns mais conservadores, ou em justificativa para a propagação de padrões de comportamento alheios aos interesses e aspirações dos agricultores, mas muito úteis a determinados grupos econômicos da sociedade capitalista.

Tanto a nostalgia de alguns, quanto o oportunismo de outros, revelam, ao nosso ver, a crise do homem atual: a dificuldade de ele entender o seu presente por não participar efetivamente no processo de criação de seus valores.

Por isso, achamos oportuno analisar o fenômeno dos valores morais dos agricultores, com o intuito de dar uma contribuição para que eles, antes de qualquer outro, possam entender o mundo em que vivem.

Neste processo, acreditamos caber à educação, tanto formal como informal, um papel importantíssimo, na medida em que ela, dentro de suas limitações, pode ser um instrumento de conscientização e de superação das contradições em que vive o agricultor. Importa, para tanto, que conheçamos o contexto em que o agricultor vive, as aspirações que tem e os valores que cultiva, pois será através desse conhecimento que poderemos detectar as possibilidades e limitações que apresenta. Se, por um lado, podemos identificar as aspirações morais, seja a partir do direcionamento da produção ou a partir da propaganda dos meios de comunicação, por outro, temos a oportunidade de vislumbrar espaços de ação. Repensar a educação e seus objetivos sem conhecer e considerar os valores já existentes numa comunidade e a relação desses com as exigências da sociedade, seria um contra-senso. A superação das contradições de determinada organização social, de determinada hierarquia de valores, só se torna viável pelo conhecimento dos fatores que as determinam e criam. Neste sentido, muito pouco tem sido feito, principalmente no que se refere ao conhecimento dos problemas de ordem moral do homem do campo. As

informações que existem a esse respeito são, de fato, apenas opiniões, importantes é claro, mas que carecem de uma constatação e análise mais sistemáticas.

3.0 - OBJETIVOS

3.1 - Geral

Constatar e analisar a incorporação dos valores morais e das aspirações do capitalismo pelo homem do meio rural, a partir das mudanças provocadas pela modernização da lavoura e do direcionamento da produção agrícola para o mercado exportador e/ou para o mercado urbano-industrial do país.

3.2 - Específicos

- Verificar a mudança dos valores morais dos agricultores de Oeste e Vista alegre.
- Identificar a relação dessas mudanças com os princípios propagados pela ideologia capitalista.
- Identificar a relação entre o modo de produção, as relações de produção e os critérios de julgamento moral do homem do campo.
- Estudar, a partir dos critérios de julgamento moral, a consciência real e a possível, identificando o nível de alienação e/ou conscientização da situação histórica vivida pelo agricultor.

4.0 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A moral é uma criação histórica e surge das relações que o homem estabelece a partir de um determinado modo de produzir (6) e reproduzir a vida. O comportamento moral é próprio do ser humano como ser social e prático, isto é, como ser que transforma conscientemente o mundo, adaptando-o às suas necessidades. A moral, segundo VAZQUEZ, "*não é a manifestação de uma natureza humana eterna e imutável, dada de uma vez para sempre, mas de uma natureza que está sempre sujeita ao processo de transformação que constitui precisamente a história da humanidade.*" (7) À medida que o homem faz o mundo a sua medida, ele não só transforma a natureza do mundo, mas transforma a sua própria natureza.

Os agentes da moral são, em primeiro lugar, os indivíduos concretos que fazem parte da comunidade. Seus atos morais só são morais, se considerados nas suas relações com os outros. As relações entre os indivíduos são a primeira condição do ato moral no estabelecimento de normas.

Essa concepção recoloca o problema do ato moral nas relações sociais, isto é, na vida concreta dos homens no seu "*que fazer*" histórico. Opõe-se, pois, à visão mecanicista e determinista de algumas correntes filosóficas que buscam, na natureza, na divindade, na psique ou na razão, a origem desse ato.

O naturalismo ético, por exemplo, parte do princípio de que o ato moral se constitui a partir das propriedades naturais do ser humano. O comportamento moral nasceria, segundo os naturalistas, intuitivamente, pelas propriedades físicas, biológicas e psicológicas naturais do homem. Nesta linha de pensamento,

podemos citar, principalmente, Hobbes, Locke, Hume e Bentham.

Hobbes, mediante seu materialismo mecânico e dinâmico, explica a origem da moral pelo hedonismo inerente à natureza humana. Não é por socialidade ou simpatia que o homem chega a estabelecer uma ordem moral e a atingir uma integração de interesses. Essas surgem pela renúncia do egoísmo natural do indivíduo em favor do egoísmo disciplinado na sociedade política. O egoísmo individual, incentivado e racionalmente guiado transforma a paixão num interesse útil socialmente. (8)

Para Hume, o princípio da moral é a satisfação do ser humano. O homem busca espontaneamente a satisfação, e a felicidade se lhe apresenta como o estado em que possui tudo o que o possa satisfazer. A aprovação do que é bom ou ruim não provém da razão, mas do coração. A satisfação é o critério do julgamento moral. (9)

Locke parte do mesmo princípio de Hobbes: existe um estado natural do qual se origina a ordem moral. Ao contrário de Hobbes, porém, não admite que esta natureza se apresenta de forma brutal e egoísta, mas que nela já existe o sentimento de ordem moral que condiciona a organização racional da sociedade.(10)

Bentham fundamenta o problema da moral e sua origem na felicidade humana. A felicidade se reduz, porém, ao sentimento de dor e de prazer. É moralmente bom tudo o que leva ao aumento do prazer do indivíduo ou da sociedade. O interesse pessoal ou social se torna o critério de julgamento moral, já que, para Bentham, é da realização ou frustração do interesse que nasce o sentimento de dor ou prazer. (11)

Uma segunda corrente de pensadores busca na razão a origem da ordem moral. Conforme esses pensadores, deve haver um princípio racional que se sobrepõe à realidade empírica do homem, isto é, que ultrapasse as limitações e os condicionamentos das paixões e fundamente os critérios de valoração moral. Tal funda-

mento ou princípio é o juízo.

Um dos primeiros pensadores que colocou como princípio moral a razão foi Aristóteles. Segundo ele, a origem da felicidade humana se localiza no exercício da razão. Visto ser a razão a essência característica do homem, realiza ele a sua natureza vivendo racionalmente e sendo disto consciente. A virtude, caminho da felicidade, é um produto da atividade de razão. Embora não reduza as virtudes éticas à mera atividade racional, pois envolvem por natureza sentimentos e paixões, ressalta, contudo, que estes sentimentos e paixões devem ser governados pela razão.
(12)

A partir das idéias de Aristóteles, os estóicos chegaram a um racionalismo quase absoluto. A moral e a virtude são um fim em si mesmas. O ideal único do estóico não é o domínio racional da paixão, mas sua destruição para o domínio total da razão. A virtude estóica se caracteriza pela indiferença e renúncia a todos os bens do mundo, já que isso torna possível a sabedoria e a virtude como os únicos bens verdadeiros. Para eles, o universo é racional e como tal o homem deve se portar.(13)

Outro autor que fundamenta o ato moral na razão é Kant. O que determina a qualidade desse ato não é o prazer ou satisfação que causa, mas a razão que o intenciona. *"A felicidade sozinha está longe de constituir o bem perfeito para nossa razão. Esta última não aprova a felicidade, (...) a não ser que esteja unida com o merecimento de ser feliz, isto é, com a conduta moral boa. Mas a moralidade sozinha, e com esta o simples merecimento de ser feliz, também está longe ainda de ser o bem perfeito... A realidade deste mundo inteligível pode fundar-se exclusivamente sobre a pressuposição de um bem supremo originário, no qual uma razão auto-suficiente, equipada com toda a suficiência de uma causa suprema funda, mantém e realiza, segundo a mais perfeita conformidade a fins, a ordem universal das coisas."*(14)

Kant sustenta que o dever, a obrigação moral, deve ser determinada por normas válidas independentemente das conseqüências que possa trazer. Tentando eliminar os casuísmos, Kant busca chegar a princípios universalmente válidos para o julgamento dos atos morais. De que forma? Agindo racionalmente, diz Kant. *"Vida é a faculdade que um ser possui de agir segundo leis da faculdade de desejar. A faculdade de desejar é a faculdade que tem esse mesmo ser de, por meio de suas representações, ser causa da realidade dos objetos dessas representações. Prazer é a representação da coincidência do objeto ou da ação com as condições subjetivas da vida, isto é, com a faculdade da causalidade de uma representação, considerando a realidade de seu objeto (ou da determinação das forças do sujeito para a produção de produzi-lo)".*

(15) A faculdade do raciocínio é que determina a validade moral de um objeto, de um ato. A escolha do objeto ou do ato, no homem, é feita pela razão. Por isso, diz Kant: *"Nem no mundo, nem também, em geral, fora do mundo é possível conceber alguma coisa que possa considerar-se boa sem restrições, a não ser unicamente uma boa vontade. (...) A boa vontade não é boa pelo que efetivamente realiza, não é boa pela sua adequação para alcançar determinado fim a que nos propusemos; é boa somente pelo que-
rer; digamos, é boa em si mesma".* (16)

Totalmente oposta a esta concepção racionalista se coloca a teoria hedonista. Os epicuristas, com efeito, colocam como origem e fim de qualquer ato, o prazer. A noção de bem fica inteiramente absorvida pela de felicidade que, por sua vez, é reabsorvida pela do supremo prazer. A idéia de valor se torna completamente relativa, e a virtude se reduz a um meio que conduz para o supremo prazer. (17)

A explicação metafísica da ordem moral não é exclusivamente cristã, mas foi no cristianismo que encontrou o maior número de defensores. Efetivamente o cristianismo não é uma filosofia, mas uma religião. Apesar disso, principalmente na

Idade Média, fez-se filosófico para explicar, esclarecer e justificar, através da razão, o domínio das verdades reveladas. Tanto a filosofia, como a ética, foram subordinadas à teologia, que se tornou a ciência básica para a explicação dos fenômenos da época. Usando idéias, principalmente de Platão e Aristóteles e, subordinando-se a um processo de cristianização, os teólogos cristãos chegaram a uma ética limitada pela índole religiosa e dogmática. Este processo transparece principalmente em Santo Agostinho e em Tomás de Aquino.

Para Santo Agostinho a origem do bem e, portanto, do valor moral, é o amor, que provém de Deus. O mal é fruto da vontade humana mas também ela é criação divina. A vontade humana é impotente sem a graça de Deus. O fim último da moral agostiniana é a êxtase mística ou a felicidade absoluta que só pode ser conseguida numa realidade que transcenda as limitações deste mundo.

Tomás de Aquino também coloca Deus como bem objetivo, o fim supremo. A ética tomista, nos seus traços gerais, coincide com a de Aristóteles. Entretanto, o pensador escolástico trata de cristianizá-la. A contemplação e o conhecimento de Deus se torna o meio mais adequado para alcançar o fim último, a felicidade em Deus.

Dentro desta mesma corrente, encontramos Descartes. Embora coloque a base do seu pensamento na razão, não consegue fugir do modo predominante do pensar de sua época e coloca Deus como criador da razão. Conseqüentemente, a moral surge da necessidade do homem buscar este último, origem e fim do conhecimento humano.(18)

Leibniz é outro filósofo que busca na teologia cristã o fundamento para a explicação do fenômeno moral. Esta é necessária devido à resistência dos entes criados à ação de Deus.

"Deus, concorrendo ordinariamente para as nossas ações, apenas

segue as leis que estabeleceu, quer dizer, conserva e produz continuamente o nosso ser de forma que nossos pensamentos nos chegam espontânea e livremente, segundo a ordem implícita na noção de nossa substância individual, onde se podiam prever desde toda a eternidade. Ademais, em virtude do decreto por ele estabelecido da vontade tender sempre para o bem aparente, exprimindo ou imitando a vontade de Deus sob certos aspectos particulares, relativamente aos quais esse bem aparente tem sempre algo de verdadeiro, determina a nós a vontade para a escolha do que parece melhor, sem contudo a necessitar". (19)

Além dessas explicações naturalistas, racionalistas e teológicas a respeito da origem da moral, temos a explicação psicanalítica. Ainda que seja difícil falar de uma ética psicanalítica, as descobertas a respeito do papel do inconsciente no comportamento humano trouxeram importantes informações para uma interpretação ética nos últimos anos.

"O pressuposto básico da psicanálise é a afirmação de que existe uma zona da personalidade, da qual o sujeito não tem consciência, que é precisamente o inconsciente. Nele são atirados e se armazenam recordações, desejos ou impulsos reprimidos que lutam para escapar desse fundo obscuro, burlando a censura exercida pela consciência. Por isso, o inconsciente não é algo passivo e inerente, mas ativo e dinâmico, influenciando poderosamente no comportamento real do sujeito". (20)

Freud tenta mostrar que o comportamento do homem resulta do conflito entre libido-instinto e as imposições externas. A moral surge da necessidade de regulamentação dos instintos em função da ordem social que se quer estabelecer. Esta ordem social provém da necessidade de sobrevivência, inerente ao homem, na sua luta contra os empecilhos físicos, naturais, bem como, na luta contra seus próprios instintos de morte. Ou como ele mesmo diz em "O Futuro de uma Ilusão": "... , existe duas ca-

características humanas muito difundidas, responsáveis pelo fato de os regulamentos da civilização só poderem ser mantidos através de certo grau de coerção, a saber, que os homens não são espontaneamente amantes do trabalho e que os argumentos não têm valia alguma contra suas paixões". (21) A civilização e, portanto, a própria moral, são a renúncia dos instintos, que se manifesta como uma patologia, em que, pela imposição de alguns que compreenderam como obter a posse dos meios, pelo poder e a coerção, a maioria cria sentimentos de identificação que contribuem para sua satisfação narcísica. A civilização e a ordem moral são "ilusões" necessárias, que garantem a manutenção da civilização que, por sua vez, atende as necessidades narcísicas do ser humano e assim equilibra a luta instintiva entre o "Eros" e o "Tánatos", no interior do ser humano.

Do tronco comum da escola freudiana surgem outros pensadores como Jung e Fromm, que tentam revisar algumas colocações do pai da psicanálise. Jung, tentando superar o subjetivismo de Freud, admite não só o inconsciente pessoal, mas também o inconsciente coletivo. Para Jung, a pessoa é uma unidade psico-física, um organismo que interage com tudo o que o circunda. O comportamento é o produto da interação dessa unidade orgânica como o arquétipo do mundo que, ao seu ver, é impossível conhecer. Embora Jung chegue a admitir um inconsciente coletivo e supere, em parte, o individualismo de Freud, não consegue, no entanto, superar o determinismo instintivo do comportamento humano.

Fromm, aprofundando algumas colocações de Freud, não crê que o comportamento do homem, incluindo a moral, possa ser explicada somente pelas forças dos instintos. Reforça as influências das relações abertas e, portanto, conscientes, no comportamento humano. Não negando a influência dos fatores inconscientes, mas relativizando o seu determinismo, Fromm imprime à psicanálise uma orientação social. (22)

Uma quarta corrente de pensadores coloca em questionamento a possibilidade de uma explicação racional e objetiva do comportamento moral do homem. Destacando o homem concreto, a vivência real, os pensadores existencialistas dizem não ser possível uma explicação racional e objetiva da existência individual. (23)

Kierkegaard, o primeiro grande pensador existencialista, joga contra o racionalismo absoluto de Hegel, o seu irracionalismo e seu individualismo quase que absolutos, porque o indivíduo, ao seu ver, existe unicamente no seu comportamento plenamente subjetivo. (24) Kierkegaard apresenta três estágios da existência individual: o estético, o ético e o religioso. *"O estágio superior é o religioso, porque a fé que o sustenta é uma relação pessoal, puramente subjetiva com Deus. O estágio ético ocupa um degrau inferior, embora acima do estético; e, no ético o indivíduo deve pautar o seu comportamento por normas gerais e, por isso, perde em subjetividade, ou seja, em autenticidade,..."*. (25)

Colocando todo o valor da liberdade na opção individual, Kierkegaard não chega a se questionar sobre a circunstancialidade do valor eleito ou escolhido. A moral é um caminho para a vivência religiosa. Surge da necessidade de normas gerais que são criadas pela sociedade para conduzir o homem ao fim último, a vivência religiosa com Deus.

Já Jean Paul Sartre, também existencialista, não toma a vivência religiosa como fim último do indivíduo; seu ateísmo o leva a negar a necessidade de Deus como o princípio da ordem moral. Nega, também, segundo Georg Lukács (26), a relação entre a ordem moral e a situação histórico-social que a gerou. Para Sartre, o que vale é a intenção subjetiva, individual. A sustentação moral se coloca a nível da adequação interna. É bom ou mau aquilo que se adequa ou não à intenção individual. O primado do

ato moral está no sujeito. A liberdade individual é a única fonte de valor. Como podemos perceber, Sartre cai praticamente num niilismo individualista. Embora em "O Existencialismo é um Humanismo" tente retomar seu posicionamento e casá-lo com o marxismo, introduzindo aspectos da necessidade de se levar em conta também os outros indivíduos, acaba sempre retornando ao princípio da liberdade individual como fonte condutora do processo de eleição dos valores morais. A liberdade individual é a base condutora do seu pensamento. Ao seu ver, é sempre o indivíduo que escolhe e, por isso, toda a escolha é sempre livre. Ninguém é vítima de circunstâncias e, mesmo quando o indivíduo escolhe em consideração dos outros, é ele, por ser livre, que escolhe por eles.

Todas estas concepções e teorias explicam alguns aspectos que interferem na formação da ordem moral de indivíduos ou grupos sociais. Todas elas, no entanto, acabam colocando o valor do ato moral na subjetividade individual, ou no determinismo natural ou metafísico. A superação dessa visão parcializada do fenômeno moral acontece na dialética. Embora a dialética já tenha sido desenvolvida por filósofos gregos (Heráclito, Aristóteles e outros), e por pensadores da Idade Média (Abelardo, Averróes), foi na Idade Moderna que os principais pensadores dialéticos surgiram. A dialética se distingue das demais correntes de pensamento por colocar a moral numa dimensão histórica, isto é, por explicá-la a partir das contradições históricas e das situações reais da produção e reprodução da vida pelos homens em situações específicas. (27)

O primeiro pensador moderno da dialética, Hegel, coloca a moral como originada do Espírito ou do Logos. Ela surge da circularidade constante entre Espírito-Natureza-História-Espírito. A moral não é "fim" manifestado pelo Espírito, ou mesmo um caminho para este fim, mas é a obrigação que o Estado, e mais do que isto, a História, impõe à vontade fraca e precária do indi-

víduo. Ao Estado, como concretude do Espírito, cabe julgar e fixar o que é ruim. O bem e o mal são definidos em função da existência do Estado. Esse é que realiza a síntese perfeita em que todos os demais elementos se totalizam. (28) O Estado, encarnação dos Espíritos, é fruto do movimento da Razão sobre si mesma. Mesmo afirmando ser a religião, e Deus portanto o embasamento do Estado, Hegel acaba afirmando ser também a religião a manifestação da razão discursiva. Em outros termos, Deus ou Espírito, originando-se, origina o mundo e o mundo originado origina o Espírito. Deus nasce, pois, nessa comunidade universal dos homens. A comunidade dos espíritos (antítese) faz Deus (tese) retornar a sua identidade (síntese). Deus só é ele mesmo através dos homens. Deus não existe fora da história humana. Ele é imamente à história e se espiritualiza na espiritualização do homem. Essa espiritualização acontece pela atividade especulativa, principalmente pela filosofia e a religião. (29)

Embora Hegel tenha buscado mostrar a circunstancialidade de histórica como originária do Estado, ainda conservou resquícios da metafísica tradicional, não conseguindo dela se libertar completamente. Esta libertação vamos encontrar em Marx e Engels.

Marx, partindo da dialética Hegeliana, dá uma nova dimensão à interpretação da história. A moral, como um dos componentes da história, também passa a ter uma nova interpretação. O fundamento da moral marxista está na tentativa de recuperar o homem concreto que, nas interpretações anteriores, tinha se transformado numa série de abstrações. *"Segundo Marx, o homem real é, em unidade indissolúvel, um ser espiritual e sensível, natural e propriamente humano, teórico e prático, objetivo e subjetivo. O homem é, antes de tudo, práxis; isto é, define-se como um ser produtor, transformador, criador; mediante o seu trabalho, transforma a natureza externa, nela se plasma e, ao mesmo tempo, cria um mundo à sua medida, isto é, à medida de sua natureza humana".*

Invertendo a dialética de Hegel, colocando-a de cabeça para cima, Marx recoloca o problema da moral em nível da produção humana concreta. Esta produção humana compreende tanto a produção material, a infra-estrutura, como a produção espiritual, a superestrutura.

Marx define a infra-estrutura como a base econômica onde se desenvolve o modo de produção da sociedade, com a interrelação das forças produtivas (relação do homem com a natureza, promovendo a produção) e as relações sociais de produção que os homens estabelecem entre si no processo produtivo. A superestrutura compreende as estruturas jurídico-políticas (organizações e instituições sociais) e ideológicas (religião, moral, direito, doutrinas políticas...) (31)

Para Marx, as relações sociais são o fator determinante das formações ideológicas de uma sociedade. Em consequência, a própria moralidade traduz o carácter das relações sociais específicas de um determinado período histórico. Como toda a forma de superestrutura ideológica, a moral cumpre uma função social; no caso do sistema capitalista, a de sancionar as relações e condições de existência de acordo com os interesses da classe dominante. A sua função social é regular as relações de dependência da classe dominada e de legitimar a dominação da classe dominante. A dominação de uma classe sobre a outra só se pode manter quando uma ideologia, isto é, um modo de pensar, justificar e legitimar esta relação. *"A ideologia é o processo pelo qual as idéias da classe dominante se tornam idéias de todas as classes sociais, se tornam dominantes"*. (32)

Embora Marx não trate especificamente da questão moral, em seus escritos aparecem muitas passagens que revelam suas idéias acerca da função ideológica da moral no sistema capitalista. Quando fala do problema da alienação e da fetichização da mercadoria, escreve: *"... o homem empobrece-se continuamente enquanto homem, necessita de uma quantidade cada vez maior de di-*

nheiro para possuir esses seres hostis, e a força de seu dinheiro diminui na razão inversa da massa de produção, ou seja, a sua necessidade aumenta à medida que aumenta a força do seu dinheiro (o aumento da sua necessidade é simultâneo ao aumento da força de seu dinheiro). É por isso que a necessidade de dinheiro é a verdadeira necessidade gerada pela economia política, a única necessidade que esta gera. A quantidade de dinheiro torna-se cada vez mais a única qualidade essencial do homem". (33)

A redução das necessidades humanas a uma única necessidade básica, eis, ao ver de Marx, a moral do capitalismo. O homem se torna vítima de sua própria produção, é reduzido a um mero objeto reprodutor do capital e sua identidade é a identidade do seu dinheiro, do seu poder econômico. No capitalismo, o homem se torna verdadeira besta de carga, cuja função é, com o mínimo custo, produzir o máximo para o enriquecimento dos que mantêm os meios de produção. Dessa forma, ele é transformado em "simples máquina para produzir riquezas para outrem; ele está fisicamente quebrado, espiritualmente embrutecido" (34).

A moral capitalista é uma moral alienante: reduz as necessidades humanas a uma única necessidade, a necessidade de dinheiro. Isto empobrece o homem, porque só lhe permite desenvolver algumas capacidades em prejuízo das demais. Faz as capacidades do indivíduo se reduzirem a simples meios de sobrevivência e auto-conservação. Restringe as riquezas dos sentidos a um só sentido: o sentido do ter mais ou possuir.

Marx tenta mostrar a verdadeira moral capitalista e desmascarar os discursos ideológicos que seus intelectuais pregam, encobrendo, com seu palavreado, as contradições reais que o sistema capitalista cria. Retomando o problema da degradação da pessoa humana pela exploração do seu trabalho, Marx escreve: "O economista político (e o capitalista)(...) reduz as necessidades do operário aos cuidados mais indispensáveis para a conservação de sua vida física e a sua atividade ao mais abstrato movimento

mecânico, ao dizer que o homem não tem necessidade de agir, nem de gozar, porque também chama a esse tipo de vida existência humana". (35)

Falando das relações da família, da educação, da afeição entre pais e filhos diz: "As frases burguesas acerca da família e da educação, acerca dos elos de afeição entre pais e filhos, tornam-se cada vez mais repugnantes à medida que a grande indústria cada vez mais destrói, nos proletários, todos os elos familiares, e que as crianças são transformadas em meros artigos de comércio e em instrumentos de trabalho". (36) E, completando sua crítica: "... A economia política, apesar de seu aspecto laico e material, é na realidade uma ciência moral, a mais moralista das ciências. O seu dogma principal é a renúncia, o abandono da vida e de todas as necessidades humanas. Quando menos comeres e beberes, quanto menos livros comprares, quanto menos vezes fores ao teatro, ao baile, ao café, quanto menos pensares, amares, conceberes teorias, cantares, desenhares e pecares, mais economizas, mais importante se torna essa fortuna que possuís, e que nem a traça, nem a ferrugem e as rapazes de devoar, o teu capital". (37)

No texto acima, Marx derruba a tese de alguns pensadores clássicos que defendiam a idéia da amoralidade das relações econômicas no sistema capitalista. Tenta mostrar que os problemas morais da vida econômica surgem necessariamente, quando o seu sujeito, como produtor, consumidor e suporte da produção, é transformado num simples "homem econômico", ou seja, uma simples peça de um mecanismo ou de um sistema econômico. A contradição desse reducionismo está na impossibilidade de se poder separar o homem econômico do homem real, porque o empobrecimento de um implica na pobreza material e espiritual do outro.

Em verdade, tanto a forma de organização do trabalho como as relações que se estabelecem a partir dessa organização

têm implicações morais. Para o capitalismo, o único valor do trabalho é o de meio de apropriação de capital. Muito mais do que uma necessidade de sobrevivência e realização humana, o capitalismo usa do trabalho para fazer dele um instrumento de reprodução de capital. Por isso, o trabalho se torna, para o trabalhador, uma atividade monótona, mecânica, cuja finalidade lhe é alheia, e que realiza como uma penosa atividade necessária para subsistir.

Da mesma forma, o consumo, em vez de atender as necessidades normais do consumidor, no capitalismo busca atender necessidades criadas artificialmente, com a finalidade de ampliar o consumo dos artigos fabricados e o conseqüente retorno do capital. Por isso, afirma VAZQUEZ, *"o homem econômico não é somente o produtor mas o consumidor sujeito a uma nova e particular forma de alienação. O consumidor tem necessidades que não são propriamente suas e os produtos que adquire não são realmente queridos por ele. Sob a influência de uma publicidade insistente e organizada e, seduzido pelas refinadas e veladas técnicas de persuasão, o consumidor se defronta com um produto que lhe agrada e fascina e acaba por comprar aquilo que se impõe à sua vontade, independente de precisar ou não... Como na produção, também no consumo o homem real já não pertence a si mesmo, mas àqueles que o manipulam ou persuadem de um modo sutil".*(38)

A atrofia que o indivíduo sofre dentro do sistema capitalista, leva-o a criar uma consciência moral qualitativamente empobrecida. Sustentando um ideal de ser humano que tem no individualismo a máxima moral, a ética burguesa tem promovido, sob a égide da liberdade, igualdade e fraternidade, as maiores injustiças e as maiores descalabros morais de toda a história da humanidade. O individualismo vem se degenerando em anti-humanismo. As relações humanas passam a ser simples relações entre coisas, como neutras e destituídas de tudo que seja humano. O homem, tal como qualquer coisa, torna-se um objeto funcional. O

seu valor é medido pelos serviços que pode prestar ou a utilidade que pode trazer. A alienação moral, decorrente dessa situação, tem gerado ao máximo o sentimento de solidão e isolamento. A incompreensão e a indiferença fria, têm provocado a proliferação das relações hostis que, muitas vezes, envolvem para o ódio, secundado pelas manifestações de violência.

Hoje, podemos constatar que os indivíduos são cada vez menos capazes de criar seus próprios valores, o que revela o divórcio entre a capacidade criadora e a consciência. Esta alienação, no processo criativo dos valores, vem produzindo a indiferença de muitos em relação à moralidade atual. O imperativo moral se tem apresentado apenas como uma obrigação meramente formal, externa, que não decorre de motivações individuais. As posições das pessoas perante os valores são dúbios e, por vezes, manifestam posturas contraditórias, inautênticas e hipócritas. Na maioria das vezes, as normas, os ideais e outros valores sociais passam a ser considerados secundários e não autênticos, enquanto que os desejos instantâneos, os caprichos súbitos e a voluntariedade individualista, passam a ocupar o primeiro plano e são categorizados como verdadeiros.

O individualismo, princípio fundamental da moral burguesa, tem provocado, também, o afastamento do indivíduo do estado moral e espiritual dos outros indivíduos. O mundo dos outros está se tornando desconhecido, alheio e até hostil à compreensão e à convivência familiar e pessoal, merecendo, por isso mesmo, uma atitude de vigilância e de distanciamento, pois pode representar uma ameaça à tranquilidade e à solidão do mundo individual. Com efeito, diz Titarênko: *"no capitalismo a separação moral e a hostilidade são efeitos inevitáveis da alienação que esvazia o mundo moral do indivíduo, lançando-o no abismo da solidão"*. (39)

A alienação do homem, na atualidade, tem facilitado a

manipulação da consciência moral das massas. A angústia da alienação tem atingido tão profundamente o indivíduo e o tem oprimido tão insuportavelmente que ele busca, a qualquer preço, formas de abafá-la.

Mas esta angústia não é um despropósito do próprio sistema. Ao contrário, é a condição da sua manutenção e de sua expansão. Ela torna possível a modelagem do ser humano ao estereótipo do "*homem econômico*" que, destruído em sua espiritualidade e humanidade, incorpora, como uma marionete, sentimentos morais atrofiados. Assim, passa a alimentar, como valores, a solidão, o conformismo, a lealdade aos interesses dos capitalistas, a competição, o prestígio, o status social, a fidelidade cega, o dever compulsório, o voluntarismo, a apropriação e o consumo, entre outros. Cabe destacar que este nível de alienação não ocorre tão somente com o trabalhador ou o proletário. Também o capitalista, o dono dos meios de produção, é um alienado, na medida em que o capital se torna para ele o "*summum bonum*" e a obtenção de mais e mais dinheiro, combinada com o estrito afastamento de todo o gozo espontâneo da vida, transforma-se no único objetivo da sua existência. Max Weber, em "*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*" demonstra como o espírito capitalista se originou do ascetismo e controle racional da economia por parte dos pioneiros do capitalismo. (40) A renúncia ao gasto inútil, a ascese, a modéstica e a aplicação racional do capital, são algumas das virtudes exigidas do capitalista.

Mas as máximas morais do imperialismo capitalista não acabam por aí. Ianni destaca, como valores inerentes a ele, "*o princípio da propriedade privada, a definição do salário como preço justo da força de trabalho, o lucro empresarial como a remuneração justa do trabalho do empresário e do seu capital, (...) a valorização da eficácia, competitividade, espírito prático, sentido de tempo, neutralidade efetiva, ascetismo, achievement, performance*" (41), além de outros.

Todos estes valores são apregoados e defendidos pelos ideólogos do sistema e deverão ser vivenciados, de forma consciente ou não, por um número cada vez maior de indivíduos, pois disso dependerá a prodigalidade e a manutenção do "status quo" dos grupos dominantes do país e a efetivação do sistema de produção e reprodução capitalista. São valores que, à medida que o sistema se expande em nível de infra-estrutura econômica, vão sendo divulgados através das novas relações de mercado e pelos diversos meios de comunicação (televisão, rádio, jornais...), ou ainda, pelas várias instituições e órgãos que atuam no meio rural (sindicato, cooperativa, EMATER, Igreja e escola).

Em consequência desta expansão, modifica-se a estrutura ideológica do agricultor. Os seus critérios de valoração passam a sofrer as influências da visão reducionista do sistema capitalista, que vê o homem apenas como um produtor e reproduzidor do capital. Limitado progressivamente pelas relações do modo capitalista de produção, o homem do meio rural passa a ser um indivíduo determinado por leis que, muitas vezes, lhe são estranhas. Estas leis interferem tanto na sua relação com a natureza, quanto na relação que mantém com os outros indivíduos. Com a natureza, pois com a mudança do valor das coisas, de objetos ou bens de uso em objetos ou bens de troca, ele perde a relação sensível que mantinha com as coisas e passa a estabelecer uma relação abstrata, pelo valor de troca que lhes atribue. Com os indivíduos, uma vez que os passa a conceber como trabalhadores anônimos, como produtores de bens de troca, em que desaparecem as relações espirituais e psicológicas tradicionais. Ocorre, pois, o que Lucian Goldmann denomina de "*ruptura das relações imediatas entre os homens e a natureza*" (42) e a "*ruptura das relações dos homens entre si*" (43). É a reificação ou a coisificação do ser humano, em que ele é reduzido a expectador, a elemento passivo de uma realidade que lhe é externa e se renova continuamente de forma autônoma, onde os "*únicos elementos*

realmente vivos são as coisas inertes". (44)

Sob a luz destes pressupostos, voltamos agora para o que colocamos no princípio da presente reflexão, ou seja, que a moral é uma criação histórica conseqüente das relações que os indivíduos estabelecem entre si, a partir de um determinado modo de produzir e reproduzir a vida individual e/ou coletiva. Cabe-nos colocar, ainda, que estas relações não são simplesmente decorrentes da infra-estrutura econômica, ou seja, determinadas casuisticamente pelo modo de produção econômico, mas sim, que existe uma relação dialética entre infra-estrutura e superestrutura e que, as modificações a nível de primeira, implicam nas alterações da segunda e, as mudanças da segunda, alteram as relações a nível da primeira. Ou, como diz Lucian Goldmann: "*a teoria marxista (...), implica na idéia de que, de um lado não há história autônoma da economia, do pensamento, da religião, etc..., mas que também, por outro lado, não há, se olharmos o conjunto da história, primazia que se repita de direito e necessariamente para este ou aquele setor particular da vida social. Esta, repetimos, constitui sempre uma totalidade estruturada, com a reserva, contudo, de que o tipo de cada estrutura particular varia mais ou menos depressa no decorrer do tempo*". (45)

Quando falamos, portanto, no decorrer do presente trabalho da determinação da moral pelo modo de produção capitalista, o entendemos dentro da totalidade estruturada em que o sistema capitalista se apresenta. Acreditamos que, embora a moral não seja nem uma realidade autônoma e nem mero reflexo, no mundo capitalista ela tende a sê-lo, "*ã medida em que sua autenticidade se encontra esvaziada por dentro, graças ao aparecimento de um conjunto econômico autônomo que tende a apoderar-se de modo exclusivo de todas as manifestações da vida humana*" (46). O determinismo ocorre a partir do próprio sistema capitalista, em conseqüência do reducionismo que nele acontece.

Concluindo, queremos dizer que o que pretendemos, no presente estudo, é identificar o nível de incorporação dos valores capitalistas pelo trabalhador rural, bem como verificar as conseqüências e reações do mesmo em relação a eles. O capitalismo, como sistema, apresenta seus valores fundamentais que precisam ser incorporados pelos indivíduos, pois, caso contrário, seu modo de produção e reprodução não poderá vingar em qualquer meio. Ou, como diz Cornelius Castoriadis, *"as relações entre pessoas mediatizadas por coisas só podem (...) ser relações capitalistas se, e somente se, são mediatizadas por 'coisas' específicas, que é preciso ousar chamar de coisas capitalistas (...); mas, por outro lado, tais coisas não bastam para que tais relações possam emergir, elas não determinam nada. As máquinas capitalistas, como tais em si mesmas, 'tomadas separadamente' (...), não bastam sequer para induzir relações capitalistas, se não são dados, ao mesmo tempo, indivíduos que sejam (contraditória e conflituosamente) indivíduos capitalistas..."*. (47) E, conclui o mesmo autor, *"é preciso fabricar socialmente indivíduos para quem o que conta e o que não conta, o que tem uma significação e o que não tem, o que é a significação de tal coisa ou de tal ato são doravante definidos, colocados, instituídos de maneira diferente do que eram em sua sociedade tradicional; para quem o espaço e o tempo se organizam, se articulam interiormente e se representam imaginariamente de maneira diferente, cujo próprio corpo está não somente submetido a outras disciplinas exteriores, mas preso numa outra relação com o mundo, capaz de tocar, segurar, manipular diferentemente os objetos e outros objetos; para quem as relações entre os indivíduos são tumultuadas, as comunidades e coletividades tradicionais pulverizadas, as solidariedades e lealdades correspondentes destruídas; para quem, enfim, o 'extra' econômico eventual, quando existe, destina-se não a ser gasto para prestígio, distribuído entre os membros da família ampliada ou clã, consagrada uma peregrinação ou capitalizado, mas ser acumulado."*(48)

Complementando o autor, podemos dizer que o capitalismo precisa fabricar indivíduos capitalistas que considerem como justo e bom o mundo novo que está sendo criado, bem como os valores nele veiculados. Até que ponto o agricultor já se deixou "fazer" este homem que interessa ao capitalismo e como ele reage diante dele é o que pretendemos estudar.

5.0 - METODOLOGIA

5.1 - Localização do Estudo

O estudo foi desenvolvido dentro da área de abrangência do Distrito Geo-Educacional 38, que abrange 112 municípios (49). Situado ao norte do Estado do Rio Grande do Sul, o distrito ocupa uma área correspondente a 28,5% do total da área do Estado. Conforme sinopse preliminar do Censo Demográfico de 1980, conta com uma população de 2.011.100 habitantes, dos quais, aproximadamente, 1.112.366 (55,32%) do meio rural. (50)

O Distrito Geo-Educacional 38 compreende uma área de relevo diversificado, apresentando trechos com uma topografia elevada com superfícies suaves, cobertas por campos limpos, como a região dos campos de Vacaria e Soledade, onde predominam as grandes propriedades rurais, e trechos de planalto, com relevo acidentado, onde predominam as pequenas propriedades com características coloniais.

Três elementos tiveram decisiva colaboração na colonização do distrito: os italianos, que praticam a policultura com técnicas tradicionais; os luso-brasileiros, que se dedicam principalmente ao pastoreio e a monocultura do trigo/soja; os alemães, que além da policultura, destacam-se na criação de suínos.

A história da ocupação das terras do Distrito apresenta dois momentos: o primeiro, promovido pelos jesuítas e espanhóis, aconteceu nas áreas campesinas, com a criação das missões e a introdução do gado como fonte de renda. Caracterizava-

Mapa 1 - Distrito Geoeducacional 38 no Estado do Rio Grande do Sul e localização dos Municípios de Guaporé e Colorado.



se pela extensividade e especialização da produção. O segundo momento se distingue do primeiro não só por se desenvolver nas áreas de florestas, mas pela pequena extensão das propriedades. Promovido pelo Governo Imperial, a colonização da zona florestal do Distrito aconteceu a partir da segunda década do século XIX. (51) Após a proclamação da República, quando a colonização passou a ser estimulada também pelos governos estaduais e por companhias particulares, a imigração atingiu o seu auge. O povoamento da parte norte do Estado tomou ritmo mais acelerado ainda com a construção da estrada de ferro ligando o Estado a São Paulo.

A tradição agrícola e artesanal dos imigrantes, apoiada pelo sistema de colonização do Rio Grande do Sul, fez com que, em curto período de tempo, se instalasse uma agricultura de subsistência e uma produção artesanal voltada para as necessidades básicas da colônia. À medida que superaram os objetivos iniciais de subsistência, os imigrantes começaram a oferecer excedentes de produção, principalmente para o mercado de Porto Alegre e São Paulo. É nesse momento que surge a figura do comerciante, o principal capitalizador de recursos disponíveis e aplicáveis em um processo de industrialização. À medida que se aperfeiçoa o escoamento de produtos, começam a se desenvolver algumas indústrias artesanais, de pequeno porte, geralmente de propriedade de grupos fechados, como famílias que se voltam para o atendimento, inicialmente, das necessidades internas da província, e depois de outros mercados nacionais e internacionais. (52)

Apesar das condições adversas, os imigrantes prosperaram. Preocuparam-se em guardar as sobras, o que lhes proporcionou condições para aumento de capital, aquisição de novas áreas e a entrada para as atividades de comércio e indústria. Em vista desta acumulação de capital, muitos colonos se sentiram

em condições de ingressar recentemente no processo de mecanização da lavoura.

Foi nas décadas de 50 e 60 que a região ingressou de forma mais decisiva no processo de produção e reprodução capitalista. Isto aconteceu no momento em que o país iniciou a industrialização, a partir da atuação do Estado e da entrada do capital estrangeiro. Foi o momento em que ocorreu a reconversão da produção agrícola para o mercado urbano-industrial. Com a nova política econômica, as áreas agrícolas do Distrito passaram de uma agricultura de subsistência para a produção de mercado. Isso implicou uma certa especialização da produção e a introdução de novas técnicas e novos instrumentos de produção. Implicou, também, uma série de mudanças nas relações internas das comunidades rurais e das famílias dos agricultores. (53)

A família, no período da agricultura de subsistência era a unidade de produção. Possuindo vida econômica própria, ela se organizava em função do atendimento das necessidades dos indivíduos que dela faziam parte. (54) As relações entre os integrantes da família definiam-se em função da vida econômica que levavam. O pai era a autoridade máxima que, juntamente com a mãe, dava as ordens e distribuía as funções e os trabalhos aos filhos. Quando alguém ousasse opor-se à autoridade paterna, recebia castigos e sanções. Só quando o filho atingia uma certa idade, participava das decisões dos pais. A mulher era econômica e juridicamente dependente do homem, o que determinava sua subjugação aos ditames e à vontade do marido.

De tradição cristã, a família do imigrante vivenciava os valores da religião católica, em que os "Dez Mandamentos" serviam como critérios básicos de julgamento dos atos do indivíduo. A situação de abandono em que se encontrava, reforçava os sentimentos de religiosidade e fortalecia a vivência de uma moral ascética, uma vez que a renúncia e o sacrifício se tornavam condi-

ção de sobrevivência. *"O imigrante italiano trouxe para o Rio Grande do Sul sua alma devota que a salubridade natural (sic) das montanhas e das pequenas vilas do Norte da Itália havia preservado. (O autor está falando da influência do liberalismo agnóstico e anticlerical da Revolução Francesa). Aqui eles não se identificavam pela língua e nem pelo nacionalismo. Eles eram sobretudo católicos e foi através da religião católica que eles afirmaram sua identidade cultural". (55)*

Abandonado à própria sorte, explorado e tratado como uma mercadoria bruta que não tem necessidades psicológicas e morais, o imigrante encontrava na união familiar, na convivência com a esposa e os filhos, o sustento e a força da sua luta contra um meio que lhe era adverso. Os filhos, por sua vez, não tinham como se opor à estrutura criada, já que dependiam do afeto e do sustento da família. *"Os colonos, de sua parte, pobres, presos à terra em pequenas propriedades policultoras, pouco mais tinham a oferecer aos filhos, além de uma vida semelhante à que levavam...". (56)*

Todas essas situações contribuíram para a vivência de uma moral baseada nos princípios cristãos de obediência e renúncia às coisas deste mundo. Numa situação em que não havia outra referência que não o sagrado, *"em que as normas e valores profanos legitimam-se pelas normas e valores religiosos" (57)* Deus, que afinal era revestido dos atributos do pai, devia ser autoridade respeitada, pois desse respeito dependia a unidade e a sobrevivência da comunidade e da família. *"Afinal, a máxima bondade de Deus é preservar a ordem camponesa e recriá-la perfeita no céu". (58)*

A importância da religião católica na formação cultural do imigrante aparece também na formação das comunidades das capelas. A comunidade formava-se a partir de um grupo de famílias que se reuniam para rezar nos fins de semana e dias santos. Era ali que a família encontrava resposta aos anseios de

comunicação social mais ampla e intensa, e alimentava a esperança de um dia formar um centro urbano de importância. Ali, na comunidade da capela, se iniciava a vida coletiva do indivíduo, por que nela ele era introduzido à participação das cerimônias e da freqüência aos sacramentos. O clima da comunidade da capela era de cristandade e isto favorecia e fortalecia a formação ética-cristã recebida na família. Sem nenhum outro sistema de referência, os valores religiosos e sua expressão normativa se tornavam o único código ético do indivíduo. (59)

Essa situação se manteve por um longo tempo, até que o processo de reconversão da produção agrícola para o mercado urbano-industrial veio transformá-la. Isto ocorreu principalmente a partir de 1950, quando com a entrada de capital externo, tanto nacional como internacional, teve início a nova fase da política econômica do país. O que se verificou, então, foi um constante processo de modernização da agricultura que determinou, aos poucos, a transformação dos demais setores dentro dos quais o da vida comunitária e familiar. A religião católica deixou de ser o único sistema de referência para a formação ética do indivíduo. O comércio e a entrada dos modernos meios de comunicação abriram novos horizontes e trouxeram consigo novas referências e novos critérios de valoração da vida.

Cabe destacar, porém, que a penetração do capitalismo na região não se apresentou de forma igual. Há áreas onde a subordinação da produção agrícola aconteceu pelo processo de comercialização, financiamento e assistência técnica à lavoura. Isso ocorreu principalmente na zona colonial, *"com o fornecimento de insumos e assistência técnica, criando a dependência financeira do minifundiário e forçando a adoção de um padrão técnico agrícola mais apropriado ao processo produtivo industrial, e de venda para um mercado monopsonico (sic) da matéria-prima agrícola. Há uma preocupação da agroindústria em especializar o pequeno produtor na produção de determinada matéria-prima, mas sem de-*

sestimular o seu cultivo de subsistência - na medida em que parte da reprodução da força de trabalho familiar é feita através de cultivo de subsistência, o preço pago ao produtor pela indústria pode ser mais baixo". (60)

Por outro lado, existem áreas onde essa subordinação aconteceu através da cooperativa capitalista que se caracteriza pelos seguintes aspectos: "organização baseada em um produto de alto valor comercial, em geral de exportação e também matéria-prima para a indústria processadora de alimentos; predominância entre os associados de pequenos e médios proprietários, tendendo a especializar a sua produção no produto-base da cooperativa; predominância da força de trabalho familiar com a monetarização da sua reprodução e dos custos da produção; tecnificação das etapas do cultivo, existindo uma acumulação de capital sob a forma de concentração de terras; e diferenciação crescente entre os produtores". (61)

Essas diferentes formas de expansão capitalista no meio rural em estudo determinaram a escolha de duas comunidades representativas do processo de modernização acima mencionado. Como comunidade representativa do primeiro processo apresentado, foi escolhida a comunidade de Oeste, no município de Guaporé. A escolha foi feita a partir das informações obtidas através da prefeitura e observação "in loco" das características descritas, além das sugestões de professores e alunos da Universidade de Passo Fundo, conhecedores da região.

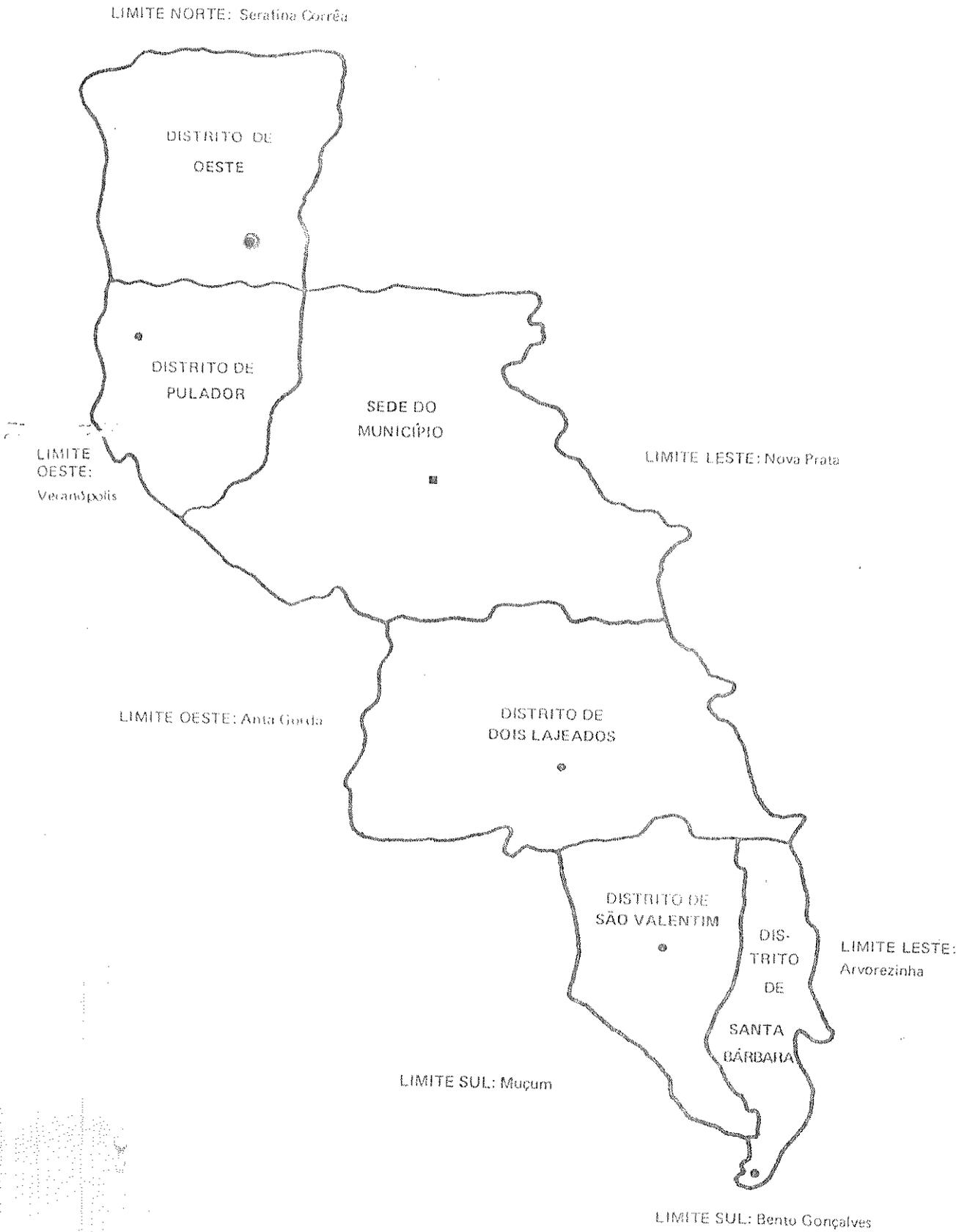
O distrito de Oeste é formado por uma população de origem eminentemente italiana. Apresenta uma agricultura de subsistência, mesclada com uma agricultura industrial, em que predominam as culturas de milho e soja. A maior parte do solo agricultável é originário de matas, apresentando relevo acidentado, dividido em colônias de 25 a 50 hectares de terra. Devido à textura do solo e às condições topográficas, pode-se dizer que não

é uma área própria para a mecanização da lavoura, embora possa ser classificada em bom estágio de desenvolvimento quanto ao uso de técnicas de plantio, adubação e conservação do solo. O trabalho na propriedade é todo ele realizado pelos membros da família que, além da produção para o mercado, produzem grande parte dos bens de subsistência. A sua população é de 1.776 habitantes (62), aproximadamente 120 famílias, todas proprietárias de terra.

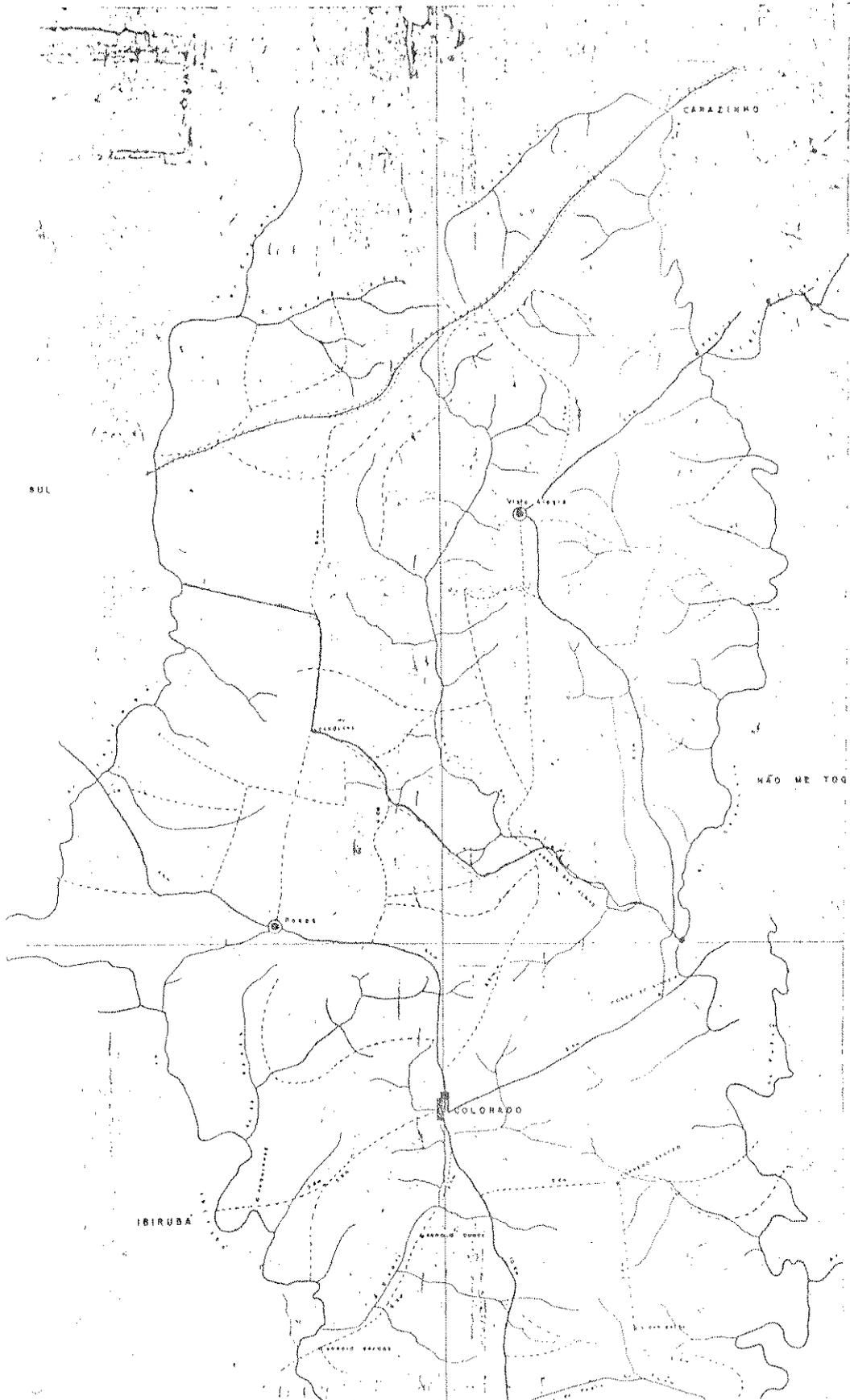
A segunda comunidade se localiza no município de Colorado, Vista Alegre, e é representativa da área em que a subordinação da agricultura ao modo de produção capitalista aconteceu através da empresa agrícola e, principalmente, da cooperativa capitalista. Possui uma lavoura altamente especializada na produção de soja e trigo (atualmente o trigo está sendo substituído pelo sorgo e pela cevada), e o seu processo de produção caracteriza-se pelo emprego de técnicas avançadas de conservação do solo, de mecanização e de adubação. A produção é geralmente financiada e apresenta boa lucratividade. (63) O trabalho é realizado pela mão-de-obra familiar, mas a participação da mulher no trabalho da lavoura é aqui bem menor do que na área colonial. Localizada numa região de terras planas e campos limpos, apresenta propriedades de 50 a 200 hectares, na sua maior parte totalmente mecanizadas. Sua população, basicamente de origem italiana, é de 1.158 habitantes (64), totalizando 90 famílias aproximadamente.

Para o presente trabalho foram entrevistadas 16 famílias em cada comunidade. A escolha foi feita por sorteio do sobrenome da família, e dela participaram basicamente os pais de famílias. Além destes, foram entrevistados, em cada comunidade, o vigário da paróquia, a diretora da escola e o presidente do sindicato rural. A inclusão destas pessoas se justificou pelo envolvimento que elas têm com os diversos problemas da comunidade, importantes para a análise no presente trabalho.

Mapa 2 - Município de Guaporé com a localização do Distrito de Oeste.



Mapa 3 - Município de Colorado com a localização do Distrito de Vista Alegre.



5.2 - Abordagem Metodológica

Uma cuidadosa reflexão sobre a viabilidade metodológica para o estudo das mudanças dos valores morais do homem do meio rural fez com que optássemos por uma abordagem predominantemente qualitativa e crítica, em que levamos em conta as contradições e o movimento da realidade investigada e o seu envolvimento com a realidade social mais ampla do sistema capitalista. O que quisemos foi que a metodologia nos ajudasse a perceber a totalidade da experiência dos indivíduos, isto é, que as mudanças fossem apresentadas da forma como eram percebidas pelas pessoas do meio investigado. Considerando que a preocupação fundamental na escolha de um método científico deve ser sua adequação à realidade teórico-empírica investigada, essa metodologia pareceu-nos uma alternativa adequada para o estudo do problema levantado, posto que ela tornou possível a captação e a interpretação do nível de internalização dos valores da sociedade capitalista pelo homem do campo. (65)

5.3 - Instrumentos de Coleta de Dados: Entrevista e Observação Assistemática

Como instrumentos adequados para a coleta de informações, considerando a metodologia adotada, foram usadas a entrevista e a observação assistemática. Essas modalidades de coleta de informações ofereceram-nos a vantagem de podermos inferir outros dados que os depoimentos não revelaram. Houve, além disso, a vantagem de maior flexibilidade na formulação das perguntas e seu aprofundamento ou reformulação, quando necessário. (66)

O roteiro da entrevista apresentou questões abertas e fechadas, estruturadas e não estruturadas. O tempo de entrevista foi de aproximadamente 30 minutos, perfazendo um total de 9 horas e trinta minutos em cada comunidade. Os assuntos tratados

na entrevista foram: situação do trabalho, organização da produção, situação de mercado, renda e capitalização, consumo, apego à propriedade, vida familiar, aspirações, crenças, valores e vivência comunitária. (Roteiro das questões no anexo 2)

A observação assistemática foi feita durante o período necessário para a coleta de informações, considerando-se o enfoque da temática do trabalho. Essa foi feita nos mais diferentes locais em que o agricultor trabalha e vive: na casa, na roça, no galpão, no local de encontros comunitários, nos bares(bodega) e no comércio.

5.4 - Análise dos dados

A análise foi feita a partir da fundamentação teórica levantada, procurando identificar a incorporação ou não dos valores da sociedade capitalista pelo homem do meio rural. Tentou-se ver se houve essa incorporação e, se houve, como se apresenta nas relações entre os membros da família e da comunidade rural.

5.5 - Definição dos termos

a) Valor Moral

"A moral é um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa e impessoal".(67) O ato moral compreende, pois, um comportamento definido por situações sociais vivenciadas pelo indivíduo, mas sempre com sua participa-

ção voluntária. O valor moral, neste trabalho, é definido como aquele valor que, vivenciado pelo indivíduo, conta com um certo grau de participação voluntária do mesmo.

b) Meio rural

O meio rural aqui não é entendido como o meio que se contrapõe ao meio urbano a partir de determinadas características, mas o meio que faz parte do processo de produção da sociedade capitalista como fornecedor da matéria-prima básica e principalmente da alimentação.

c) Comunidade Rural

É aqui entendida como *"uma forma de agrupamento social, que organiza, segundo modalidades historicamente determinadas, um conjunto de famílias fixadas ao solo. Estes grupos elementares possuem, por um lado, bens coletivos e indivisos, e por outro, bens 'privados', conforme relações variáveis mas, sempre, historicamente determinadas. Encontram-se ligados por disciplinas coletivas e designam - tanto tempo quanto comunidade guarda uma vida própria - mandatários responsáveis para dirigir a realização dessas tarefas de interesse geral". (68)*

d) Homem do Meio Rural

Refere-se ao colono que habita no meio rural e que tem como atividade básica a agricultura e/ou a pecuária extrativas. Aparecem como sinônimos: homem do campo, indivíduo do meio rural, camponês ou campesino e agricultor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. Elli BENINCÁ & Athos R. R. da SILVA. Preparação de recursos humanos para o magistério no meio rural. UPF, 1979, mim.
02. FIDENE. Caracterização do DGE-38. Ijuí, s.d., mim., p. 90.
03. Neyta O. BELATO. Mudanças ocorridas no setor urbano em função da modernização da lavoura. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977, p. 30, mim.
04. Cf. Florestan FERNANDES. Anotações sobre o Capitalismo Agrário e Mudança Social no Brasil. IN: SZMROSANJI, Tomas & QUEDA, O. Vida rural e mudança social. São Paulo, Nacional, 1976, p. 137.
05. O. IANNI. Imperialismo e cultura. Rio de Janeiro, Vozes, 1976, p. 13.
06. O termo "produzir" historicamente apresenta dois sentidos: 1) o sentido lato, onde produzir é sinônimo de criar e engloba a arte, a ciência, as instituições, o Estado, a divisão do trabalho, a consciência, a linguagem e a moral; 2) o sentido restrito, mais preciso, onde se fala de produzir bens, alimentos, vestuários, habitação, coisas. Sem desconsiderar este último sentido, uma vez que é a base material do primeiro, no presente trabalho o utilizamos em sentido lato.
07. Adolfo Sanchez VAZQUEZ. Ética. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, p. 17.
08. Cf. Umberto PADOVANI e Luiz CASTAGNOLA. História da filosofia. 11.ed., São Paulo, Melhoramentos, 1977, p. 148.
09. Cf. Johannes HIRSCHBERGER. História de la filosofia. Barcelona, Herder, 1956, p. 109 e s.

10. Cf. Jeremy BENTHAM. Uma introdução aos princípios da moral e da legislação. IN: Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1979, p. 3 a 7.
11. Cf. Émile BRÉHIER. História de la filosofia. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, s.d., t.III, p. 15 e 23.
12. Umberto PADOVANI e Luiz CASTAGNOLA, op. cit., p. 132.
13. Id. Ibid., p. 148 e s.
14. E. KANT. Crítica da Razão Pura. IN: Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1980, p. 396 e 397.
15. E. KANT. Fundamentos da metafísica dos costumes. Rio de Janeiro, Edições e Publicações Brasil, 1962, p.8.
16. E. KANT. ibidem, p. 39-40.
17. Cf. William K. FRANKENA. Ética. 2. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1975, p. 99-100.
18. DESCARTES, Meditações, IN: Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1973, p. 123-130.
19. G.W. LEIBNIZ. Discurso de Metafísica. IN: Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1979, p. 144-145.
20. Adolfo S. VAZQUEZ, op. cit., p. 256.
21. S. FREUD. O Futuro de uma Ilusão. IN: Pequena coleção das obras de Freud. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1974, p. 18.
22. Cf. Adolfo S. VAZQUEZ, op. cit., p. 257.
23. Id. Ibid., p. 252.
24. Id. Ibid., p. 253. Cf. também S. KIERKEGAARD. Estética e ética. Buenos Aires, Editorial Nova, s.d., p. 130-157.
25. Cf. Adolfo S. VAZQUEZ, op. cit., p. 253.
26. Georg LUKACS. Existencialismo ou marxismo. São Paulo, Ed. Senzala, 1967, p. 120-134.
27. Cf. Leandro KONDER. O que é dialética. 4. ed., São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 8.
28. Cf. Johannes HIRSCHBERGER. op. cit., p. 234.
29. Cf. Jacques LECLERC. Las grandes lineas de la filosofia moral. Madrid, Editorial Gredos, 1956, p. 179.

30. Adolfo S. VAZQUEZ, op. cit., p. 258
31. Maria de Lourdes C.D. NOSELLA. As belas mentiras: A ideologia subjacente aos textos didáticos. São Paulo, Ed. Moraes, 1980. p. 22.
32. Marilena de S. CHAUI. O que é ideologia. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 92.
33. K. MARX. Textos filosóficos. Lisboa, Estampa, 1975, p. 191.
34. Id.Ibid., p. 189.
35. Id.Ibid., p. 192.
36. Id.Ibid., p. 193.
37. Id.Ibid., p. 193.
38. Adolfo S. VAZQUEZ. op. cit., p. 194.
39. A.I. TITARÉNKO e outros. Fundamentos da ética Marxista-Leninista. Moscou, ec. Progresso, 1982, p. 75-76.
40. Max WEBER. A Ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, Pioneira, 1967, p. 33 e 34.
41. Octavio IANNI, op. cit., p. 37.
42. Lucian GOLDMANN. Dialética e cultura. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 121.
43. Id. Ibid., p. 121-122.
44. Id. Ibid., p. 123.
45. Id. Ibid., p. 110.
46. Id. Ibid., p. 112.
47. Cornelius CASTORIADES. A Instituição imaginária da sociedade. Paz e Terra, 1982. p. 403.
48. Id. Ibid., p. 403.
49. Cf. a relação dos municípios do DGE 38, com suas respectivas populações rurais e urbanas, no Anexo 1.
50. FIBGE. Sinopse preliminar do censo demográfico de 1980. IX Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro, 1981, v.1.
51. Neyta O. BELATO. op. cit., p. 21.
52. Eugênio LAGEMANN. Imigração e industrialização. IN: RS: Imigração & colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, p.134.

53. Id.Ibid., p. 134.
54. Maria Isaura P. de QUEIROZ. O campesinato brasileiro. 2.ed., Petrópolis, Vozes, 1973, p. 25 e 26.
55. Carlos A. ZAGONEL. Igreja e imigração italiana. Porto Alegre, Sulina, 1975, p. 47.
56. Luiz A. de BONI. O Catolicismo da imigração: do triunfo à crise. IN: RS: Imigração & colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, p. 243.
57. Id. Ibid., p. 236.
58. Carlos R. BRANDÃO. Os deuses do povo. São Paulo, Brasiliense, 1980, p. 180.
59. Maria FROST & Ciro MIORANZA. Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul. Garibaldi, Movimento, 1975, p. 47.
60. Paulo R. BESKOW. Agricultura e Capitalismo no Brasil. IN: Encontro com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, v. 3, n.19, p. 117.
61. Id.Ibid., p. 119.
62. FIBGE, op. cit.
63. FIDENE, op. cit., p. 102.
64. FIBGE, op. cit.
65. Henri LEFEBVRE sugere este método em "Perspectivas da Sociologia Rural". IN: José de Souza MARTINS. (Org.) Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo, Hucitec, 1981. p.173.
66. As vantagens da entrevista e da observação são descritas por SELLTIZ e outros. IN: Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo, Herder, 1976, p. 225.
67. Adolfo S. VAZQUEZ, op. cit., p. 69.
68. Henri LEFEBVRE, Problemas da Sociologia Rural. IN: José de Souza MARTINS (Org.) Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo, Hucitec, 1981, p. 156.

CAPÍTULO PRIMEIRO

O PROCESSO DE FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICO E CULTURAL DOS IMIGRANTES ITALIANOS

Neste capítulo, pretendemos descrever sucintamente o processo histórico da formação das comunidades italianas nas antigas colônias de imigrantes, seus antecedentes, seu modo de vida, sua organização e os valores morais que vivenciavam. Estas informações são indispensáveis para entendermos as mudanças dos valores ocorridos a partir da expansão do capitalismo na região, especialmente depois de 1950.

Partiremos da análise da situação na Itália, no período da imigração, e das razões que determinaram a vinda de famílias italianas para o Brasil, para, posteriormente, descrevermos o "modus vivendi" destas famílias no Rio Grande do Sul, incluindo os aspectos econômicos, sociais e culturais da sua organização. Finalmente, serão apresentados os principais valores morais dos agricultores neste período inicial.

1.0 - O CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

1.1 - A situação italiana no período da imigração

A imigração de italianos ao Rio Grande do Sul teve início em 1875, prolongando-se até princípios do século XX. Este processo migratório não foi um fato isolado. Ele decorre das

transformações sociais, políticas e econômicas acontecidas. no ocidente, em consequência da expansão do capitalismo e das novas formas de produção que passaram a ser adotadas a partir de então.

A revolução industrial, iniciada na Inglaterra e estendida a, praticamente, toda a Europa, marginalizou grande contingente de trabalhadores, tanto do campo quanto da cidade. Isso significou, para a Europa, a existência de mão-de-obra excedente, que passou a ser fornecida para a América, sofredora, na época, de uma crônica carência da mesma. A Grande Depressão de 1873 acentuou os problemas sociais e políticos da Europa que, somados aos problemas decorrentes das lutas nacionalistas de muitos países, criou um clima de instabilidade política, econômica e social em todo o Velho Mundo. (1)

A Itália e, principalmente a região norte daquele país, se apresentava como uma das áreas principais dessa instabilidade. Em 1870, terminaram as lutas da unificação italiana com a conquista de Roma, tomada ao Papa. A unificação, no entanto, não restabeleceu a paz e estabilidade política para a Itália. Pelo contrário, muitas lutas se acirraram e, por um longo período, principalmente o Norte do país, foi palco de choques violentos entre diversos grupos políticos. Antes da unificação, a Península Italiana esteve dividida em reinos, ducados e republicanos. *"Três eixos principais dividiam politicamente as regiões geográficas ao norte e ao sul do rio Pô. Ao norte, o domínio austro-húngaro (...), a oeste a Casa de Sabóia e a França, ao sul do rio Pô a influência vaticana."*(2) Haviam, além disso, ducados que, aproveitando a inabilidade e vacilação vaticana, se estabeleceram como regiões autônomas, oscilando entre o eixo austro-húngaro e o de inspiração francesa. Com a unificação, estas diversidades de tendência políticas não desapareceram. Muitos remanescentes destes eixos continuaram provocando conflitos, o que gerava insegurança entre a população. Surgiram, além

disso, diversas facções políticas que defendiam desde a formação de um estado nacional forte até a aniquilação total do poder temporal do Papa. Outros, lutavam pelo restabelecimento do reino papal, e a subjugação da autoridade civil à autoridade religiosa da Igreja. Tudo isto provocava um clima de instabilidade geral muito grande. Porém, criava também um clima favorável para a Igreja conciliar seus interesses com os interesses dos grupos de trabalhadores que, progressivamente, iam sendo marginalizados do processo de desenvolvimento econômico e social. Para compreendermos esta conciliação, no entanto, precisamos analisar, antes, a situação econômica do norte da Itália neste período.

Apesar das transformações políticas ocorridas com a unificação, a região norte da Itália conservava o mesmo "status" sócio-econômico de antes da unificação. A disparidade entre classe rica e classe pobre dominava ainda toda a região. Persistiam os latifúndios e a maior parte da população agrícola continuava sem terras. Os agricultores permaneciam habitando e trabalhando as terras dos grandes proprietários, recebendo como remuneração apenas os meios essenciais à subsistência. Trabalhando pelo sistema de meias nas terras arrendadas aos proprietários, viviam esmagados pelos impostos e pelos atrasados métodos de cultivo. A indústria incipiente e o pequeno comércio local não conseguiam, por seu turno, absorver um grande contingente de trabalhadores. Conseqüentemente, criou-se uma situação social insuportável que o recém empossado governo central e local não pode superar. A situação agravou-se ainda mais com o progressivo esgotamento das terras, o desflorestamento e a nova política fiscal implantada pelo governo. Foi neste momento que a Igreja Católica, aproveitando a situação de insatisfação geral, se juntou aos grupos sociais marginalizados para lutar contra a nova ordem social, política e econômica em implantação no país.

Contando com a tradição católico-cristã da grande maioria das famílias italianas, a Igreja buscou, aproveitando o apoio dos marginalizados, restabelecer o seu poder temporal perdido pela unificação. Procurou, também, recuperar e conservar o respeito pela sua visão de mundo e preservar sua influência sobre as grandes decisões internacionais, posta em perigo com a disseminação das idéias liberais e anti-clericais dos séculos XVIII e XIX.

Para os grupos marginalizados, por sua vez, a religião católica representava o único meio então disponível, para protestar contra a situação de miséria em que se encontravam.

Hobsbawn esclarece que *"para as massas, era (a religião), principalmente, um método de luta contra a sociedade cada vez mais fria, desumana e tirânica do liberalismo da classe média: segundo Marx (mas ele não foi o único a usar tais palavras), era 'o coração de um mundo sem coração, como é o espírito de um mundo sem espírito... o ópio do povo'.* Mais do que isto: era uma tentativa de criar instituições políticas, sociais e educacionais em um ambiente que não proporcionava nenhuma dessas condições, e um meio de dar às pessoas, pouco desenvolvidas politicamente, uma expressão primitiva de seus descontentamentos e aspirações. Seu literalismo, emocionalismo e superstição tanto protestavam contra toda uma sociedade em que dominava o cálculo racional, como contra as classes superiores que deformavam a religião em sua própria imagem". (3) Servindo como lenitivo e, muitas vezes, como instrumento de manifestação pública contra a ordem social estabelecida, a Igreja Católica foi a entidade em que grupos e famílias marginalizadas mantiveram a sua identificação cultural e conseguiram sobreviver às transformações ocorridas. Com efeito, a conjugação dos interesses da Igreja Católica e dos grupos marginalizados, especialmente de agricultores, incentivou o fortalecimento do sistema religioso das famílias italianas e a dedicação dos sacerdotes católicos à evangelização dos membros

destas. Com isso, o padre tornou-se a liderança social mais significativa dentre as comunidades italianas, pois, além de ministro dos ofícios sagrados, a ele cabia a função de evangelizar, fazer curas (rezar e abençoar os doentes) e de orientar e ajudar a família na educação das crianças e dos jovens. Era ele a autoridade consultada nos momentos das grandes decisões e nas horas mais difíceis. Neste particular, cabe ressaltar que, quando as primeiras idéias sobre a imigração começaram a circular entre a população do norte da Itália, foi o aconselhamento do sacerdote que definiu a transferência de muitas famílias e de jovens italianos para as terras da América. O sacerdote, que tradicionalmente fora o conselheiro e assistente sócio-espiritual da família, também nesta hora se torna a pessoa mais procurada para dar sua opinião sobre a decisão a tomar.

Não foi, no entanto, a Igreja e o incentivo de seus sacerdotes que causaram a imigração. Esta, para a maioria dos agricultores da região, se apresentava como a única saída para a situação de miséria em que se encontravam. E este foi, certamente, o fator determinante para a vinda de italianos para cá. Por isso, *"quando em 1870, o governo Imperial do Brasil decidiu povoar terras incultas e devolutas do Sul do país, houve grande receptividade nas regiões vêneto-lombardo-trentinas e iniciaram-se, a partir de 1875, os movimentos migratórios para o Rio Grande do Sul."* (4)

Ao lado destas razões internas italianas, a imigração teve também a sua motivação por parte do governo brasileiro. Apoiado por grupos econômicos que a desejavam em vista de seus interesses, o governo imperial não apenas facilitou jurídica e politicamente a entrada de estrangeiros no país, como, em grande parte, financiou a sua vinda. Foi um empreendimento de grande envergadura, cujos motivos passamos a descrever.

1.2 - Os motivos brasileiros para promover a imigração

A explicação para o interesse do Governo Imperial e dos governos das províncias para trazer estrangeiros ao Brasil deve ser baseada, em primeiro lugar, na estrutura de produção que passou a vigorar no país no segundo quartel do século passado. Parece que dois fatores básicos teriam determinado o processo imigratório: o decréscimo quantitativo da mão-de-obra escrava, devido ao fim do tráfico, e as necessidades de um mercado interno, em decorrência da implantação de um novo modo de produção provocado pelo nascimento de empresas do tipo capitalista.

Efetivamente, o fim do tráfico de escravos criara a necessidade de se buscar uma alternativa para o crônico problema da falta de mão-de-obra. A mão-de-obra imigrante se apresentava como uma boa solução, além de significar outra vantagem importante: a possibilidade da formação de um mercado interno. Explicando: com as mudanças no processo de produção provocadas pelo nascimento de empresas capitalistas, principalmente com o surgimento das lavouras de café, o sistema escravocrata se tornara um obstáculo para o desenvolvimento pleno do modo capitalista de produção, e a mão-de-obra livre passou a ser imprescindível. O modo de produção que se implantava exigia não apenas a força de trabalho livre, mas, ao mesmo tempo, a expansão de um mercado interno mais efetivo que viabilizasse uma economia mais diversificada e reduzisse os perigos da dependência econômica do país da nova estrutura econômica agroexportadora. Os imigrantes se apresentavam como a alternativa mais viável para atender essas exigências. Eram eles trabalhadores livres e, por isso, poderiam se inserir facilmente no processo de produção em implantação. Vendendo o seu trabalho, viabilizariam a exploração capitalista pelo tempo excedente de trabalho comprado pelo capitalista e não pago em salário e, ao mesmo tempo, como indivíduos provenientes de regiões da Europa em que o capitalismo já se havia alastrado,

constituir-se-iam, pelas necessidades sócio-culturais de que eram possuidores, em absorvedores potenciais dos produtos de mercado. Somava-se a isso o fato de serem eles elementos bem mais aptos, pelo seu passado cultural, para se ocuparem das atividades agrícolas. Esta aptidão ia desde a sua maior experiência nas lides agrícolas, até o interesse maior pela melhoria das condições de vida.

Mas outras influências, menos decisivas, também contribuíram na definição da política imigratória. Uma delas foi a posição de alguns intelectuais de elite que pregavam o "blanqueamento" da população brasileira, pois acreditavam que o subdesenvolvimento do país se devia ao problema da raça de grande parte da população trabalhadora. A superioridade da população branca, segundo a ideologia da elite intelectual dominante, garantiria uma produção maior e, ao mesmo tempo, evitaria o surgimento de um "império negro", que levaria ao fracasso nacional.(5)

Os interesses econômicos das empresas imigratórias, indiretamente, tiveram igualmente influência sobre as decisões governamentais, à medida que essas tentavam "inspirar" parlamentares para que se pronunciassem a favor do empreendimento. De fato, os lucros obtidos com o deslocamento dos imigrantes eram grandes e contavam com a participação de empresários do Brasil e exterior. Por isso, essas empresas lutavam a todo custo para manter a política imigratória oficial e, dentro do possível, procuravam ampliá-la.

Um terceiro e último fator que indiretamente interferiu no empreendimento foi a questão da segurança nacional. Com o povoamento das regiões devolutas, principalmente das zonas fronteiriças, o governo pretendia garantir a integridade do território nacional e acabar de vez com as incursões de estrangeiros em terras brasileiras.

No caso do Rio Grande do Sul, especialmente, a imigração teve um duplo papel: por um lado, ela veio suprir o problema da falta de alimentação e substituir a mão-de-obra escrava. Por outro, contribuiu estrategicamente para garantir a segurança nacional, pois localizada na zona da mata e situada entre a região dos Campos de Cima da Serra, ocupada por descendentes portugueses, a Depressão Central, onde se localizavam os descendentes alemães e a Campanha, também ocupada por portugueses, isolou não só os imigrantes, mas, especialmente, os gaúchos da campanha e os da Serra, o que dificultava uma ação conjunta dos mesmos.(6)

2.0 - O ESTABELECIMENTO DOS IMIGRANTES: O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO

2.1 - A Formação da Pequena Propriedade

Quando os imigrantes italianos começaram a chegar ao Rio Grande do Sul, já se haviam assentado as bases sobre as quais se estabelecia a pequena propriedade. A estrutura que surgiu não resultou de fatores históricos ocasionais, mas decorreu de uma política agrária que tentou conciliar os interesses do Estado, dos grandes latifundiários e dos próprios imigrantes. Ao Estado interessava a ocupação de terras devolutas em vista da segurança do seu território e, ao mesmo tempo, a formação de uma economia que tornasse a província menos dependente dos determinismos da nova cultura agroexportadora. Por isso, ele criou leis que viabilizaram a ocupação de terras pelo sistema de pequena propriedade e facilitou a organização das mesmas, estendendo, até dez anos, o prazo para o pagamento dos lotes pelos agricultores.

Os grandes proprietários de fazendas para a criação de gado, os estancieiros, por seu turno, não se opunham a entrada

de estrangeiros para a ocupação de núcleos coloniais, pois estes não representavam uma ameaça para a estrutura fundiária existente e, até certo ponto, se ofereciam como potenciais consumidores dos produtos da estância e como uma boa alternativa para o problema da mão-de-obra.

Para os imigrantes, o modelo de colonização implantado tornou viável a aquisição de terra e, ao mesmo tempo, a ocupação de toda a mão-de-obra familiar na respectiva propriedade. Cabe ressaltar que uma das aspirações básicas dos imigrantes era a de se tornarem proprietários e independizarem-se dos patrões e latifundiários. Isto era possível nas colônias do Rio Grande do Sul e foi o que motivou a vinda e a instalação dos agricultores nas terras da província.

Mas as explicações do modelo de colonização não se esgotam nisto. A colonização se insere num processo estrutural mais amplo. Não resta dúvida de que o modo de produção implantado no país com a chegada dos imigrantes contribuiu para o rompimento da estrutura tradicional de produção, baseada no latifúndio auto-suficiente e na mão-de-obra escrava. No entanto, ela não se constituiu na causa desta nova ordem, mas antes numa consequência da mesma. Ou seja, foram as novas relações de produção, decorrentes da implantação do modelo capitalista de produção nos grandes latifúndios cafeeiros e nas estâncias produtoras do charque e couros, que determinaram a vinda de agricultores e outros trabalhadores da Europa para o Brasil. O nascimento de empresas do tipo capitalista, dependentes de condições sócio-econômicas diferentes, como do trabalho livre e do mercado consumidor, forçaram a entrada dos estrangeiros. A explicação do problema de mão-de-obra, portanto, é muito mais de cunho qualitativo do que quantitativo, embora não se possa negar a importância do último. O escravo passará a representar uma força negativa para o espírito de expansão do sistema capitalista, à medida que seu círculo de necessidades era muito reduzido. Ele não via vantagem numa superprodu-

ção que viesse aumentar seu salário e isso tornava inviável a exploração do excedente de trabalho e impedia a formação de um mercado consumidor mais consistente e extenso. Já o agricultor e trabalhador imigrante proporcionava todas estas condições.

A fixação dos imigrantes em pequenas propriedades, portanto, decorre das mudanças estruturais ocorridas no Brasil e especialmente no Rio Grande do Sul, com a implantação gradativa de um modelo de produção do tipo capitalista. A pequena propriedade, num primeiro plano, não se opunha às grandes propriedades, pois as colônias se localizavam a uma grande distância da região das fazendas de charqueadas e, por outro lado, vinha atender a duas grandes dificuldades da região, nascidas com as mudanças econômicas: a falta de alimentação e a deficiência de um mercado local. Por isso, os estancieiros e, principalmente, o governo provincial, não só incentivaram, mas até certo ponto, também financiaram a vinda de trabalhadores para que se instalassem em pequenas propriedades de terras do Rio Grande do Sul.

2.2 - O início da Colonização: a formação das comunidades das capelas e a família como unidade de produção

Os colonos aqui chegados procuraram, de imediato, se fixar nas terras que lhes eram destinadas. Iniciaram a ocupação com o desmatamento, a plantação de pequenas extensões de terra e a construção da casa, do galpão e demais dependências onde recolhiam os seus pertences e se protegiam das intempéries e dos perigos naturais da mata. Desenvolveram, inicialmente, uma agricultura de subsistência, com instrumentos e técnicas rudimentares trazidas da Europa. Com a boa produtividade das terras e a disposição para o trabalho, em pouco tempo as famílias já

produziam o suficiente para o seu auto-sustento, passando a oferecer algum excedente para o mercado. Com isso, começaram a surgir um pequeno comércio e pequenas indústrias locais, que buscavam atender as necessidades básicas dos núcleos que se formavam em torno das chamadas comunidades das capelas. Devido às precárias condições das estradas e do sistema de transporte lento e rudimentar, as colônias, nesses primeiros anos, ficaram isoladas econômica, política e socialmente do resto do estado e do país.

A vida, neste período inicial, era muito difícil. Sem maiores recursos, abandonados no meio da mata sem nenhuma comunicação com outras regiões, sem conforto, desiludidos das promessas não cumpridas pelo governo, muitos colonos chegaram ao desânimo. No entanto, como não dispunham de recursos para retornar a sua pátria, sentiram-se forçados a se conformarem e enfrentarem a nova realidade com muita abnegação e trabalho.

Nesta primeira etapa da colonização italiana, todo o trabalho era feito pela mão-de-obra familiar. O trabalho compreendia a derrubada da mata, o plantio, a limpeza do roçado e a colheita. Havia também o trabalho da construção e ampliação da casa, do galpão, para guardar os frutos da colheita, e da estrebaria e chiqueiro para abrigar os animais. Enquanto aguardavam a maturação do milho, trigo e dos outros produtos da roça, muitos pais de família, com seus filhos mais velhos, procuravam os serviços nas estradas ou nas construções públicas da sede da colônia, onde pouco recebiam, mas como não havia outro local de trabalho e como estavam ociosos nos dias das entresafas, contentavam-se com o que lhes era pago.

As colônias italianas foram, inicialmente, divididas em léguas. Cada légua compunha-se de diversas linhas da qual faziam parte os vários lotes rurais. Os limites eram demarcados pelas travessões, que determinavam a divisão territorial entre

as diversas localidades. Os travessões, diz Thales de Azevedo, constituíam "o pólo imediato de convergência e de coordenação da vida nos lotes, a unidade de referência para indicar a localização e as distâncias das colônias e o grupo primário de integração étnica e familiar". (7)

As colônias eram administradas por pessoas nomeadas pelo governo da província. "Em todas as colônias governamentais vinham nomeados: um diretor, que quase sempre era um engenheiro, com amplos poderes governativos e policiais; um vice-diretor, um ou mais escrivães, e o número de engenheiros necessários, não somente para o serviço interno do escritório, como também para o serviço externo, isto é, medição de lotes, traçados de estradas, desenhos, direção de pontes, etc." (8) O diretor tinha amplos poderes de nomear e demitir os fiscais, capatazes e outros empregados subalternos. O diretor e seu pessoal permaneciam na colônia cinco, seis e até oito anos, até quando a colônia, por seu progresso, estivesse em condições de ser emancipada.

Ao lado desses poderes oficialmente constituídos, porém os colonos criavam seu próprio órgão de representação e escolhiam seus líderes. O órgão era a comunidade da capela e os seus líderes os "fabiiqueiros", o padre-leigo e os catequistas. Os fabiiqueiros encarregavam-se de dirigir a capela, organizar festas, resolver litígios entre famílias e levar as reivindicações às autoridades competentes, quando isto fosse necessário. Ao padre-leigo, elemento escolhido pela comunidade em consonância com a autoridade da Igreja, cabia, na ausência do padre ou na falta deste, presidir as celebrações. Os catequistas, pessoas mais ou menos instruídas na religião e de confiança dos membros da comunidade, encarregavam-se da instrução das crianças e dos jovens, iniciando-os ou solidificando-os no conhecimento e na vivência dos valores comunitários e religiosos da colônia. Mas a estrutura e a função das comunidades das capelas merecem um capítulo a parte que passamos a introduzir.

2.2.1 - As Comunidades das Capelas

Diz Vitalina FROSI: *"A disseminação de capelas não se deveu somente ao sentimento religioso do imigrante e tão pouco ao anseio de poder se concentrar em local determinado para uma vivência social, mas, e especialmente, à possibilidade de poder transformar o pequeno núcleo inicial em aglomerados que, no futuro, poderia ser um centro sócio-econômico de projeção".*(9) A capela, muito mais que um lugar de encontro e oração, representava a esperança de um futuro centro comercial e administrativo. *"Tanto isso é verdade que, iniciado o povoamento, a assistência religiosa era quase inexistente por falta de clero. As paróquias mais antigas surgiram vinte anos após a chegada dos primeiros imigrantes, excetuando-se as das sedes das primeiras colônias".* (10) A própria solicitação de um sacerdote para a comunidade era motivado, em muito, por este desejo, pois o padre representava prestígio e poder do núcleo em relação aos outros núcleos.

A comunidade da capela foi o primeiro centro sócio-econômico e cultural das colônias italianas. Essa centralização das forças sócio-econômicas em torno da capela, se deveu, em grande parte, pela limitação do mercado local que, devido às precárias condições das comunicações e do transporte, não se tornava viável além dos limites da mesma. A comunidade da capela, normalmente, contava com uma casa comercial, onde os agricultores vendiam as suas mercadorias e compravam os gêneros necessários para a família. O intercâmbio com outros centros maiores era feito pelos comerciantes. Faziam o transporte das mercadorias com tropas de mulas, *"umas quinze a vinte que, todas as semanas, saíam da colônia carregadas com produtos coloniais, milho, trigo, feijão, batatas e outros gêneros e voltavam para lá levando açúcar, café, arroz, sal, ferramentas, tecidos, louças, quinquilharias, etc..."*(11) Esta situação só se modificou posteriormente com o fenômeno da migração interna, com a expan-

são do mercado dos centros maiores e o surgimento de melhores estradas e corredores de circulação de mercadorias. Até que isso ocorresse a comunidade da capela passou a agrupar as famílias em torno de um pequeno comércio e uma pequena indústria locais, capazes de assegurar um "modus vivendi" relativamente auto-suficiente da mesma.

A centralização econômica ocorria concomitante com a função centralizadora da capela como promotora de vida sócio-cultural, tanto no aspecto religioso e educacional, como, até certo ponto, no aspecto jurídico-político da colônia. *"Não resta dúvida que a capela era também um centro religioso de valor para o colono. A tradição religiosa italiana foi transportada e revivida aqui em plenitude, com seu rigorismo, com seus santos de devoção, com seus atos culturais típicos. E, numa fase carente, com problemas assaz graves para o imigrante, especialmente do tipo psico-social, a vivência religiosa ou as promessas da religião tiveram força de transformar o habitante num ser resignado e submisso, face às adversidades e, corajoso, ante os caminhos a trilhar".* (12)

A religião tinha o papel de explicar a realidade ao colono. Devido à situação de isolamento em que se encontrava, ele buscou explicações míticas e religiosas para o seu mundo. Essa busca se deveu, em grande parte, além do fator isolamento, às peculiaridades do meio: *"Como existe uma dependência muito intensa nos seus papéis com a natureza, buscam instintivamente, para a solução de seus problemas naturais, íntimos e mesmo de ordem social, respostas e caminhos de cunho religioso e sacral, como se encontrassem impossibilitados de buscar, com suas próprias forças a solução adequada às suas realidades."* (13)

A ordem social, a estrutura de poder e a identificação cultural dos imigrantes mantiveram-se graças a ação da igreja e de seus ministros. Seja pela sua atitude tradicionalmente

conciliadora com a autoridade constituída, seja pela função litúrgica de seus rituais, ou seja ainda pela exigência ascética e sua ética de renúncia e convivência pacífica, a religião católica contribuiu, através da comunidade da capela, para preservar a ordem social estabelecida nas colônias. O Estado, por seu turno, sem recursos e, no decorrer do tempo, desinteressando-se pelas colônias de imigrantes, uma vez que as dificuldades infra-estruturais não compensavam a alocação de recursos materiais e humanos para os mesmos, simplesmente se absteve de agir ou interferir de forma mais direta na administração das colônias. Em conseqüência, abriu-se o campo para ação da Igreja e da religião católica, de tal sorte que elas se tornaram as monopolizadoras da realidade cultural das colônias. Por isso, afirma AZEVEDO: *"A Igreja e a religião nem só realizam, aos olhos do imigrante, um micro-mundo italiano, como procuram controlar as agências de socialização como a escola, as associações beneficentes e a imprensa. Elas é que sustentam as tradições e muitas lembranças da Itália: o clero que acompanhou os imigrantes conserva muito tempo esse papel como uma de suas missões, considerando-se civilizador e promotor do progresso religioso e espiritual, do desenvolvimento da arte, da instrução e da assistência e, ao mesmo tempo, um dos mais eficazes liames da união entre o imigrado e a mãe-pátria..."* (14) O monopólio cultural da Igreja, tradicionalmente ligado à cultura italiana, favoreceu não somente a expansão das idéias do doutrinário católico, como, por um longo tempo, alimentou os sentimentos de italianidade (15) entre os imigrantes.

Objetivando expandir e conservar as idéias cristãs e o sentimento patriótico dos italianos, surgiram diversas associações, sempre apoiadas pela Igreja. O Apostolado da Oração e a Ordem Terceira dos Franciscanos, por exemplo, estruturaram-se em vista da defesa da religiosidade alimentada pelo clero italiano contra uma suposta ortodoxia, como a do catolicismo popu-

lar dos brasileiros e a da religião protestante dos alemães. Para proteger a cultura italiana e preservar os valores da lealdade à pátria mãe, difundiram-se associações e clubes, como a "Società Italiana Unione e Filantropia" e as "Cidades de Mútuo Socorro" (16). Também, em vista disso, foram criadas as primeiras escolas, os seminários e os conventos. "A escola italiana tem relevante papel na socialização e na enculturação dos jovens, quer dizer, na aprendizagem e assimilação dos valores e das instituições que se pretende, prolonguem na 'colônia' a vida da Itália". (17) Embora a grande maioria dos agricultores se mostrasse indiferente à escola, entre a classe dos trabalhadores das sedes das colônias, geralmente formada por comerciantes, ferreiros, funileiros, leitores, escriturários, professores, etc., ela se constituiu numa importante preocupação. Mesmo sem apoio oficial do Estado, criaram-na e a mantiveram durante um longo período, através das organizações religiosas e das associações beneficentes e profissionais.

Papel relevante na aculturação e assimilação dos imigrantes e seus descendentes, tiveram os seminários e conventos. Com o intuito de formar sacerdotes, religiosos e lideranças cristãs para as comunidades, muitas congregações instalaram nas regiões coloniais italianas os seus educandários. Com isto, em pouco tempo, criou-se no Rio Grande do Sul um verdadeiro "estado papal", em que, desde as lideranças políticas até o mais simples catequista ou padre leigo passavam a ser formados nestas escolas. Ali aprendiam os princípios cristãos e contactuavam com os valores italianos. Desta forma, era atingido o objetivo primordial da política eclesiástica da fundação de escolas: "o Rio Grande do Sul tornou-se um Estado católico. Intelectuais de renome eram membros ativos de movimentos da Igreja, inúmeros líderes políticos pertenciam às Congregações Marianas ou à Ação Católica, e até mesmo alguns componentes da velha guarda positivista findaram seus dias reconciliados com a Igreja. A passagem quase obrigatória das elites pelos colégios religiosos, muitas

vezes por internatos, não deixou de causar seus efeitos, e coroou-se de sucesso o plano primitivo de levar os gaúchos à pátria de uma religião marcada pela freqüência aos sacramentos".

(18) Com efeito, o monopólio da Igreja Católica conseguiu recriar aqui aquele "*clima de cristandade, onde a participação maciça dos fiéis nas cerimônias de vida religiosa, a freqüência aos sacramentos e a internalização de um código de ética católico faziam recordar os períodos áureos da Igreja medieval*".(19)

Foi, porém, no interior da comunidade da capela e da família, que a influência da religião católica se fez sentir mais intensamente. Era ali que a personalidade do jovem e da criança recebia os primeiros contornos e se sedimentava aos moldes das exigências cristãs. Iniciada na família e continuada na capela, a catequização compreendia o conhecimento dos princípios doutrinários da Igreja católica e a preparação do indivíduo para convivência comunitária. Mas esta educação era continuada ainda posteriormente na família e na comunidade, pela cobrança de um comportamento condizente com as normas sócio-religiosas existentes. E, para a consolidação e manutenção dessas estruturas, existia um esquema de censuras e sanções que atingia tanto os comportamentos individualizados, como os procedimentos coletivos ou comunitários.

2.2.2 - A família do imigrante: unidade de produção e principal responsável pela educação dos filhos.

Anteriormente falávamos que a família se constituía na unidade de produção das colônias italianas. Cada família possuía uma colônia de terra, que variava entre 25 a 50 hectares, de onde ela retirava o sustento e produzia algum excedente para o mercado, para fins de troca por aquelas mercadorias vitais que ela

não podia produzir. A ocupação dos lotes acontecia pelo trabalho árduo da derrubada da mata, da construção da casa, do galpão e demais dependências e do plantio e colheita do roçado. O lote era dividido funcionalmente em áreas de capoeira, em áreas de plantio perene e áreas de culturas renováveis.

Toda a atividade agrícola era desenvolvida pelo agricultor e sua família. Dificilmente contava com a mão-de-obra assalariada. Do trabalho familiar participavam todos os membros da família: crianças, mulheres, velhos e, evidentemente, homens e rapazes. As culturas mais desenvolvidas eram aquelas que vi^{am} atender as necessidades imediatas dos agricultores. Por isso, produziam milho, feijão, batata, arroz, trigo, frutas (principalmente a uva para o vinho), além de criarem ^{bovinos} (para tração e produção do leite) e suínos e galinhas para o consumo. Cabe destacar que, embora a produção estivesse voltada para a subsistência da família, o espírito de economia dos agricultores, acostumados a gastarem o mínimo necessário para o auto-sustento, fez com que, já nos primeiros anos, alguns conseguissem produzir um pequeno excedente para o mercado. Este excedente, com o decorrer do tempo e o surgimento de um comércio mais eficaz, possibilitou a formação de uma reserva financeira, com a qual muitos agricultores passaram adquirir mais terras ou a aplicar em negócios mais lucrativos como no comércio e na indústria. A maior capacidade administrativa de alguns agricultores e especialmente o tino comercial dos negociantes tornaram possível, anos após, o surgimento de um comércio e de uma indústria relativamente fortes que, mais tarde, seriam incorporados ao sistema de produção capitalista em implantação no país. Por outro lado, houve também aqueles que, não conseguindo se adaptar a situação emergente, viram aumentar sua miséria, ou, quando muito, não conseguiram ultrapassar o limite de produção para a auto-suficiência. Foram estes que, posteriormente, com o alastramento do sistema capitalista de produção sentiram-se jogados na marginalidade; como conseqüência, ti-

veram que vender suas terras, já esgotadas e buscar novas alternativas de trabalho, em outras frentes agrícolas ou proletarizaram-se na cidade ou no campo.

Voltando à análise da família como unidade de produção importa destacar ainda as relações de trabalho que ocorriam em seu interior. A família italiana era patriarcal. Por isso, quem mandava sobre a mulher, os filhos e a propriedade era o pai. Esta subordinação ocorria também no trabalho: a administração dos serviços e a distribuição das atividades dos membros da família cabia ao chefe. A mulher assumia esse papel só em casos da ausência do marido. Os negócios e a gerência do dinheiro eram outras tarefas que o pai arrogava a si. Embora houvesse aqueles que consultassem as opiniões da esposa e dos filhos mais velhos, a palavra final sempre cabia a ele. Quanto à divisão dos trabalhos, havia uma certa especialização da parte dos homens e das mulheres: *"A mulher reservava-se o cuidado da casa, a recomposição das camas, preparar as refeições, tirar o leite de vacas, tratar as galinhas (os outros animais eram tratados pelos homens). As mulheres ajudavam também nas atividades da lavoura... Os homens ocupavam-se do trabalho do campo, dos pomares, das estrebarias, dos paióis, das cantinas, da matança de porcos, carneiros, reses, do preparo do salame, da conservação de carnes salgadas, defumadas, charqueadas. Lavar, dirigir carroças, 'slitas', grades de aplainar, 'grãpia', charretes de passeio, são outros ofícios do homem". (20)*

A hierarquia do poder compreendia a seguinte ordem: pai, mãe, filho mais velho, filho casado e demais filhos em ordem decrescente conforme a idade. A mulher sempre era colocada num plano inferior ao do homem. Além de perder o seu sobrenome, a mulher casada passava a depender econômica e socialmente do marido. A ausência, por doença ou morte do chefe de família, por exemplo, era tido como uma desgraça. Acreditavam que a mulher não

teria condições de gerenciar a família e por isso faltaria a direção do lar e a própria vontade de trabalhar iria diminuir. A situação era considerada menos calamitosa quando na família já houvesse algum filho-homem, capaz de assumir a direção.

No relacionamento dos pais para com os filhos as preferências variavam. O pai geralmente preferia filho-homem, pois esse o ajudaria no serviço da lavoura e, ao mesmo tempo, garantiria a manutenção do nome da família na geração futura. Já a mãe dava preferência à filha-mulher, porque a auxiliaria nas lides da casa e na educação dos filhos menores. As famílias mais pobres, por seu turno, desejavam ter, normalmente, filhas-mulheres, pois isso lhes eliminava a preocupação com a herança do lote de terra que devia ser dado em caso de filho-homem. O dote da filha-mulher era mais fácil de se conseguir, pois se resumia em algum dinheiro e no enxoval.

O tratamento dos pais para com os filhos e dos irmãos entre si também dependia do sexo. Os filhos-homens tinham maior liberdade para saídas a bailes, festas e visitas a amigos e parentes. Já as filhas só podiam sair quando acompanhadas dos pais ou de alguma pessoa de confiança dos mesmos. No tratamento entre irmãos, predominava a superioridade dos homens, fazendo com que muitas vezes, as irmãs cumprissem ordens e se sujeitassem às determinações dos primeiros. Assim, a mulher se tornava um ser submisso e obediente ao homem.

A autoridade dos pais se mantinha por um sistema de coação, que compreendia repressões e castigos físicos (puchões de orelha, palmadas, surras...) e sanções mais graves, como expulsão da família, da comunidade da capela e o amaldiçoamento paterno e materno. Em relação a este último, o efeito psicológico era muito grande, pois, acreditavam os italianos, que o filho amaldiçoado pelos pais viveria uma vida infeliz e pobre. Além disso, a expulsão da família implicava na perda do direito ao dote ou herança da propriedade, um dos valores mais importantes

dos imigrantes.

A estrutura familiar, nas colônias italianas, mantinha-se pelo sistema de transferência hereditária. Geralmente cabia ao filho mais novo assumir a herança paterna, com a responsabilidade de sustentar os pais até o fim de suas vidas e os irmãos e irmãs solteiros. Os demais filhos recebiam um lote de terra da propriedade do pai, ou, quando esta não suportava mais divisões, um lote novo que era comprado de algum proprietário local ou de outras regiões coloniais.

A educação era de responsabilidade dos pais, mas também a comunidade oferecia instrução complementar pela catequese, pela pregação dos padres e instrução dos professores. Havia entre os imigrantes italianos uma clara distinção entre educação e ensino. *"O ensino abrangia conhecimentos ministrados pelo professor e a educação consistia em seguir determinados comportamentos e evitar outros. À semelhança dos animais que se amestram quando pequenos, a criança se deve ensinar a obedecer, a trabalhar e a ser leal desde pequena, segundo o velho ditado: 'é pequenino que se torce o pepino'."* (21)

Era grande a preocupação dos pais pela educação dos filhos, mas quanto ao ensino a maioria se mostrava desleixada. MANFROI nos dá o seguinte depoimento: *"Quando se pergunta aos colonos, por que razão não enviam seus filhos à escola, a resposta é sempre a mesma: eu vivi, comprei terras sem saber ler nem escrever; meus filhos podem fazer o mesmo."* (22) Como vemos, o agricultor mostrava-se indiferente ao ensino, pois acreditava que para enriquecer e trabalhar na roça não era preciso saber ler e escrever. Em razão disso, os descendentes italianos vieram contribuir significativamente para o montante de analfabetos no Rio Grande do Sul e no Brasil.

As expectativas dos filhos em relação ao seu futuro era se tornarem proprietários e casar. Com exceção daqueles que

se dirigiam aos seminários e conventos para serem sacerdotes ou religiosos, os demais tendiam a seguir a rotina dos pais: Obter um pedaço de terra e casar. *"Os pais, por seu turno, pobres, presos à terra em pequenas propriedades policultoras, pouco mais tinham a oferecer a seus filhos, além de uma vida semelhante à que levavam, a não ser que estes seguissem a vocação eclesiástica."* (23) Foi esta situação de pobreza geral e de limitação cultural que determinou, certamente, a grande corrida de filhos e filhas de colonos aos seminários e conventos, em busca de uma vida melhor e mais confortável. Tanto isto é verdade que, logo que novas alternativas de ascensão social começam a aparecer, os seminários se esvaziam e muitos dos já professos, abandonam a batina e se tornam funcionários públicos, professores, profissionais liberais, etc. As expectativas das filhas-mulheres também não fugiam à regra: a saída era arrumar um bom partido, casar e passar o resto da vida se dedicando ao cuidado do marido e dos filhos. Outra alternativa, era entrar para o convento e se tornar religiosa.

Concluindo nossa reflexão sobre a estrutura e o papel social da família nas colônias italianas, gostaríamos de destacar ainda a sua função na formação religiosa dos filhos. Na família, iniciava-se a catequização dos filhos, cabendo à mãe ensinar-lhes as orações e devoções tradicionais e familiares e, desta forma, introduzi-los na corrente da tradição vigente. Ela devia ensinar também os deveres da pessoa para com a religião. Quanto a isto nos diz ZAGONEL: *"O dote da nubente era importante, mas não menos importante era o devocionário e a habilitação para ensiná-lo aos filhos. Quando a apreciação popular afirmasse que 'fulana não presta para esposa de sicrano porque não sabe as orações', então sua cotação era baixíssima. Era importante ser saudável, trabalhadora, excelente dona de casa (costurar e cozinhar) e saber as orações."* (24) Ao pai era atribuído o papel de apoiar a mãe na educação dos filhos e de coordenar as orações, co

mo o terço diário e as novenas realizadas na família. (25)

A educação iniciada na família se complementava na comunidade da capela, principalmente pela catequese e pelas celebrações litúrgicas. A catequese era dada geralmente por uma pessoa de boa reputação ou, eventualmente, pelo próprio padre ou algum religioso. Na catequese aprofundavam-se os conhecimentos elementares da religião católica (cuja iniciação ocorria na família) e se preparava a criança ou o jovem para entrar, definitivamente, como participante efetivo da comunidade da capela. O processo de inserção da criança e do jovem acontecia através de diversos ritos celebrados na própria comunidade, como o da "*primeira comunhão*" (26) e "*confirmação ou crisma*". (27)

Dessa forma, comunidade da capela e família agiam interativamente para a formação moral dos seus membros, o que determinou o surgimento de uma consciência moral tipicamente místico-religiosa, em que se confundiam princípios do doutrinário católico-cristão, credences populares e costumes familiares. Não resta dúvida que esta moral, no entanto, sempre teve a função utilitária de manter a hierarquia de valores de uma realidade social estabelecida e de favorecer os grupos nela constituídos.

2.3 - A cosmovisão dos imigrantes e seus descendentes

Já falamos anteriormente que os colonos italianos se identificavam culturalmente muito mais pela religião católica, do que por qualquer outro aspecto sócio-cultural. A importância da religião explica-se, em parte, pela tradição religiosa trazida da Europa, mas não se esgota nisto. Para tanto, contribuiu também o sistema de colonização adotado pelo governo, que distribuiu os colonos por lotes rurais, ao invés de aglomerá-los em pequenas aldeias, como na Itália. O isolamento a que foram jogados, levou-os a criar as comunidades das capelas, que se torna-

ram os pólos de convergência sócio-econômico e cultural das mesmas. Embora o governo tivesse traçado uma ou mais vilas que deveriam se tornar os centros sócio-econômicos de cada colônia, foram as comunidades das capelas que efetivamente vingaram.

A capela, inicialmente, tinha um cunho basicamente litúrgico de recordações dos cultos vivenciados na Itália. Mas, em pouco tempo, passou a ter um papel sócio-cultural muito importante, de tal forma que o termo capela deixou de significar apenas igreja (templo) para significar: a) igreja, b) cemitério, c) escola, d) salão de festas, e) campo de esporte e ainda f) a região geográfica em que residia determinado número de famílias as sociadas à capela. (28)

A importância assumida pela comunidade da capela, somada a situação de isolamento das colônias italianas, determinaram a formação de uma cosmovisão profundamente mítico-religiosa. Esta cosmovisão, influenciada pela religião católica, sofreu, no entanto, adaptações ao caráter agrário da cultura dos imigrantes e seus descendentes. Dessa maneira, os valores religiosos e sua expressão normativa tenderam a identificar-se com as da nova sociedade a que pertenciam. A destruição do mundo cultural dos imigrantes quando da sua transferência da Europa para o Brasil, implicou na reconstrução do mesmo aos moldes do seu passado na Itália conjugado com a nova realidade aqui encontrada. Se, por um lado, conservaram grande parte dos valores, costumes e hábitos da sociedade rural italiana, de outro, os colonos tiveram que fazer as devidas adaptações à nova ordem econômica e sócio-cultural em que passaram a viver.

O novo mundo limitava-se à família e à comunidade da capela. Não havia outros referenciais e, por isso, a religião se tornou a ideologia dominante na interpretação do mundo. Tudo se movia em torno da religião, dando até mesmo a impressão de que fora dela não podia haver outra forma de vida social. Ou, como dizem DEBONI e COSTA: "... num ambiente de cristandade, privados

de participação política, geográfica e culturalmente insulados entre as montanhas, lutando até o desespero para sobreviver fisicamente no meio da selva, foi ao redor da religião que surgiram comunidades espontâneas de relações primárias - as capelas - as quais, por um bom período, pareciam cristalizar ao seu redor as formas todas de relacionamento religioso e social".(20)

Em vista disso, "o imigrante foi um homem mítico-religioso que integrou mensagens do mundo rural e da religião católica para formar as paredes de sua cosmovisão. Viveu uma visão de mundo em que o natural e o sobrenatural se recolhiam num mesmo alvo, não distinguindo, às vezes, esses elementos devido à ausência de uma estrutura inteligível que lhe permitisse abordar a realidade, diferenciando-a em suas formas, funções e valores." (30) Isso não implica dizer que o imigrante não tinha um pensamento racional, mas que via a sua realidade de maneira unitária. Os elementos da sua sociedade apareciam-lhe entrelaçados tão intimamente que adería e obedecia aos costumes e tradições com tal freqüência e regularidade que os atos habituais se convertiam em automáticos. Os comportamentos eram concebidos invariavelmente como determinados pela natureza e por forças sobrenaturais. O indivíduo, embora tivesse uma vontade que devia ser educada, era concebido em seu pensar e agir como um ser programado por Deus, cujo destino já estava delimitado. Deus, efetivamente, era o criador, normalizador e dono absoluto do mundo.(31) Consideravam-no uma autoridade suprema que dava prêmios e castigos imediatos e infalíveis. Deus não era um pai que tinha filhos, mas um senhor que agia com servos. Por isso, todo o rigor no cumprimento do dever era exigido destes, cuja maldade, às vezes, o irritava. Deus possuía um exército de anjos e santos que se ocupavam do controle do mundo, mas as decisões finais, quem as tomava, era ele. (32)

A constituição da divindade compreendia três pessoas

unidas pela mesma vontade e pelo mesmo espírito. Deus Pai, criador e senhor absoluto do mundo; Jesus Cristo, o filho, enviado do Pai ao mundo para redimir os pecados dos homens e salvar as pessoas de boa vontade; e o Espírito Santo, cuja dificuldade de compreensão do seu papel na história da salvação, levou os agricultores a desconsiderá-lo ou a colocá-lo num segundo plano, embora constantemente invocado nas orações.

A obediência e a submissão de Jesus Cristo à vontade do Pai era insistentemente lembrada como forma de legitimar a autoridade de Deus sobre os homens e dos pais sobre os filhos. Deus, neste particular, era uma figura projetada a partir das relações do interior da família, à medida que tinha a função de legitimar a autoridade nela constituída bem como a da comunidade da capela. A vontade divina, assim como a vontade paterna e a vontade da autoridade religiosa da comunidade, eram inquestionáveis quanto a sua legitimidade. A insubordinação merecia sanções e castigos que, no plano natural, iam desde a surra até a expulsão da família ou da comunidade e, no plano sobrenatural, das penitências para a obtenção do perdão dos pecados à condenação eterna ao fogo do inferno.

Ao lado de Deus, acreditavam os imortais, existiam outros seres sobrenaturais com funções muito bem definidas. Um grupo destes entes, os anjos, tinham o papel de proteger os seres humanos contra os males do demônio, que era considerado inimigo mais potente de Deus, do qual derivava todo o mal deste e do outro mundo. Aos santos cabia o encargo de fazer cumprir a vontade de Deus entre os homens, tanto pela exortação a seus exemplos de vida, como pela sua capacidade de intervir nos acontecimentos históricos. Eram eles os advogados dos homens diante de Deus, especialmente Jesus Cristo, de quem buscavam obter complacência e favores para seus devotos.

A estrutura da mentalidade mítico-religiosa dos imi-

grantes compreendia ainda, outra figura transcendental importante: Maria, a mãe-de-Deus, a Nossa Senhora, a Virgem. Maria recebeu as mais diversas atribuições, mas era como a Mãe-de-Deus e a intercessora dos necessitados que mais a cultuavam. Como mãe de Jesus, foram-lhe conferindo todas as virtudes de uma boa-mãe: pura, dedicada, submissa, meiga e extremamente preocupada com o bem estar dos seus filhos. Viam-na como uma pessoa assexuada, enquanto ser de virtude que gerara a vida de seu filho a partir de uma concepção divina, eliminando, portanto, a participação do homem. Com isso não apenas destacavam sua pureza, como reforçavam os sentimentos de repúdio pelo ato sexual, considerando um mal necessário para reprodução da vida, mas que denegria a dignidade humana, especialmente da mulher. A virgem Maria era o modelo, portanto, que incentivava a renúncia sexual por parte da mulher imigrante. Mas era ele também a consoladora nas horas de angústia, a protetora contra os males deste mundo, a intercessora dos homens diante do seu Filho e de Deus Pai e a aplacadora da ira divina quando Ele pretendia castigar os colonos pelas suas perversidades.

O mal, segundo o pensamento formado nos agricultores pela ideologia da religião católica, provinha do demônio, ser sobrenatural que havia sido expulso do céu pela sua ambição de querer se tornar um ser igual a Deus. Ele tinha a capacidade e a função de provocar todos os males, seja para provar a fidelidade do cristão, ou para seduzi-lo para o pecado. Luta entre Deus e o demônio, que se travava no mundo sobrenatural, também ocorria na vida natural. Por isso, haviam diversos recursos, considerados sagrados, que serviam como meios para exorcizar o mal e o demônio, e outros que presenciabilizavam a graça divina. A confissão, a comunhão eucarística, os cultos, o terço, o crucifixo, a água benta, eram alguns destes recursos.

Também quanto ao espaço, havia uma clara distinção entre o sagrado e o profano. Os lugares, como o templo, o cemitério

e os capitéis, e até certos espaços da casa, como os em que se localizavam os quadros e as imagens de santos, eram considerados sagrados. Os demais, embora também ali Deus estivesse presente, fiscalizando e vendo tudo, eram lugares profanos. Por outro lado, existiam os lugares considerados malditos, como especialmente aqueles em que haviam sido cometidos crimes ou suicídios. Havia ainda os lugares amaldiçoados pelo padre ou pelo bispo, geralmente por questão de brigas ou desavenças havidas entre os seus habitantes e as autoridades religiosas. Os mais crentes evitavam de permanecer em tais lugares, temendo alguma desgraça maior e acreditando na impossibilidade de ali haver algum progresso.

Os imigrantes distinguiam também dias e tempos sagrados. Esses decorriam da prescrição do ano litúrgico da Igreja Católica, conjugado com o ritmo das atividades agrícolas. Os casamentos, por exemplo, eram evitados nos períodos do advento e da quaresma, pois além da resistência dos sacerdotes em realizar as cerimônias, uma vez que o ano litúrgico considerava esses períodos como de penitência e jejuns, havia coincidência com as épocas do plantio, capina e colheita agrícola.

No ano litúrgico, eram pontos altos a Páscoa, o Natal e a festa do padroeiro da capela. O período que antecedia o domingo da Páscoa era um tempo de muita penitência, jejum, abstinência de carne, silêncio e orações. Os agricultores, nestes dias, recordavam-se dos sofrimentos de Jesus Cristo e sua morte cruenta na cruz. Confessavam-se, faziam penitência e participavam de todos os atos litúrgicos, como missas, novenas, via-sacras e adorações ao santíssimo. No período que antecedia o Natal, ocorriam procedimentos semelhantes, mas o ambiente era de menor tristeza e não se exigia tanta penitência. A festa maior, porém, ocorria no dia em que celebravam o padroeiro da capela. Nesta data, as comemorações iniciavam cedo, com a alvorada festiva e a missa, estendendo-se, depois, por um dia todo, com muita comilância, bebedeira, cantoria, jogos e diversões.

Outros acontecimentos que alteravam a monotonia da vida dos agricultores eram os casamentos e as mortes. Ambos, geralmente, atingiam toda a comunidade e até comunidades vizinhas. As festas de casamento iniciavam com a celebração do casamento religioso e depois se estendiam, durante um dia todo, com comes e bebes, cantos, jogos e, às vezes, um baile familiar. Os dias de luto de uma família, por outro lado, eram respeitados por todos. Nas proximidades da casa do falecido ou na aproximação de algum parente do mesmo, evitavam-se algazarras, músicas e cantorias. No dia do enterro, todos os membros da comunidade procuravam acompanhar o féretro, em sinal de respeito à família do morto e de amizade e consideração para com o desaparecido.

Havia, entre os italianos, uma grande preocupação com a vida futura. Acreditavam na existência de uma outra vida, na qual o indivíduo poderia viver numa das seguintes situações: no céu, feliz e salvo para sempre, no purgatório, expiando algum mal ou pecado ainda não pago, ou no inferno, infeliz, sofrendo e condenado para sempre. Para a salvação eterna era indispensável ser religioso, obediente aos mandamentos da lei de Deus e aos mandamentos da Igreja, colaborador ativo da atividade da capela, bom pai ou mãe de família (se casado), assíduo participante nas celebrações litúrgicas e nos sacramentos, honesto e trabalhador. Quem não tivesse vivido dentro destes padrões tinha ainda uma chance de conseguir a salvação através dos favores dos parentes e amigos ainda vivos. Neste particular, são inúmeros os fatos contados pelos agricultores mais antigos, de aparição de defuntos que retornavam pedindo missas e orações. Acreditavam eles que, com o cumprimento do pedido feito, o defunto poderia pagar suas dívidas e, com isso, conseguir o céu. Para o condenado ao inferno, porém, não restavam esperanças e nada mais podia ser feito.

Cabe ressaltar que, nestas comunidades de capela, dominadas por uma concepção sacral do cosmos, a religião estava rela

cionada também de outras maneiras com o ciclo produtivo agrário. Não só o agricultor se adaptava ao mundo do sagrado, mas também "procurava manipular as forças sagradas e dobrá-las à sua vontade e aos seus interesses, a serviço de aspirações temporais, como a produtividade, a proteção contra as intempéries e as pragas, os preços dos produtos, a segurança dos indivíduos e da família. É o que explica a troca de serviços entre a Igreja e o camponês e os benefícios materiais prodigalizados em reciprocidade." (33) Por isso, o camponês recorria à benção das culturas, a promessas e novenas, pedindo a proteção de Deus, dos anjos e santos para os seus pertences e seus familiares. Cabia ao padre a função de abençoar as culturas, trabalho que era recompensado com o sustento do pároco e o "adjutório" para a manutenção das obras da igreja, como templos, salões e casas de formação de religiosos e sacerdotes. Além disso, cabia aos agricultores, membros da sociedade da capela, ajudar em caso de grave infortúnio, famílias e pessoas da comunidade pelo oferecimento de horas de trabalho para a plantação, limpeza e colheita. Atos deste tipo eram considerados merecedores da complacência divina e contavam pontos positivos para a boa reputação do indivíduo na comunidade, além de contribuir para a sua salvação futura.

Para cada tipo de dificuldade, havia também um santo especializado. Por isso, conforme a necessidade, o agricultor recorria a proteção de determinado santo, oferecendo-lhe, em troca do favor, desde objetos de estimação, até o compromisso da mudança do seu modo de vida com a correção dos seus vícios. Assim, havia o santo protetor das tempestades, o santo das secas, o santo das doenças, o santo do parto, do casamento, etc...

A cosmovisão religiosa dos imigrantes conjugava, como vemos, os seus próprios interesses com os da tradição religiosa que traziam e com os da pregação que lhes era oferecida pelo clero. A preocupação básica se resumia na manutenção da ordem social, seja pela preservação da estrutura de poder, seja pela con

tinuidade do modo de produção e reprodução da vida. Não resta dúvida, pois, que o imigrante italiano era católico e um assíduo praticante da religião não apenas por fé, mas, e especialmente, por conveniência. Sua vivência religiosa tinha muito mais a função de conservar a ordem e dar continuidade a estrutura sócio-econômica e cultural constituída, do que de converter-se num autêntico praticante da religião e do evangelho. Neste particular, a própria Igreja, através dos seus sacerdotes, objetivava antes recuperar e reconstituir aqui um verdadeiro reino papal, do que propagar a boa nova do Evangelho. Ou como falam Luiz DEBONI e Rovílio COSTA: *"A pregação do padre pouco levava de anúncio da fé, mas, em compensação, encontrava-se impregnada de uma parênética que funcionava como sancionamento de determinada ordem social. O sermão insistia em não blasfemar, em assistir a missa, em confessar-se e comungar pela Páscoa, em rezar o rosário em família, em trabalhar, em não ser supersticioso e, resumindo tudo, em estar sempre caminhando na presença de Deus-juiz, ante o qual os homens haviam de apresentar-se isso para não falar do severo controle religioso sobre a vida matrimonial."* (34)

Concluindo nossa reflexão, podemos afirmar que a cosmovisão mítico-religiosa dos imigrantes e seus descendentes não decorreu apenas da cosmovisão da Igreja Católica. Se esta vingou, foi em vista das relações sociais concretas que ocorriam no interior das comunidades, cuja estrutura comportava este tipo de interpretação do mundo. Cabe ressaltar, ainda, que a cosmovisão católica-cristã não permaneceu alheia à mistificação decorrente da adequação desta, em função das necessidades dos agricultores. Enquanto ela tolerou e se adequou às estruturas sociais existentes, manteve-se hegemonicamente no poder, como referencial exclusivo na interpretação do mundo dos agricultores. Quanto a isto, aliás, afirma Cândido P.F. de CAMARGO: *"a característica essencial do catolicismo tradicional rural é a sua identificação, ao nível dos valores e normas, com a sociedade inclusiva rural. Em*

outros termos, os valores, normas e papéis da sociedade são atendidos, explicitados e sancionados de modo acentuadamente sacral; esta constelação axiológica e cognitiva é constituída pelo repertório do catolicismo tradicional. Dessa forma, as normas de conduta e os valores a que eles se referem são vistos, ao mesmo tempo, como padrões normais de comportamento da sociedade, e como sancionados pela autoridade da tradição religiosa. Na realidade, os papéis da vida profana são também confirmados pelas normas e valores da religião." (35) No momento, porém, em que as mudanças a nível da infra-estrutura e superestrutura começaram a acontecer, a religião perdeu sua exclusividade na interpretação do mundo e a cosmovisão mítico-religiosa dos agricultores passou a se romper. Iniciou-se então um processo de transformação da visão tradicional dos agricultores e, com isso, uma nova ordem de valores se estabeleceu. Até que isso ocorresse, porém, a interpretação mítico-religiosa do mundo interferiu profundamente na estrutura e hierarquia dos valores dos agricultores imigrantes.

2.4 - Descrição fenomenológica dos valores morais dos imigrantes e seus descendentes

Neste capítulo, serão descritos os princípios fundamentais que embasavam o comportamento moral dos agricultores italianos no período de sua fixação até o estabelecimento da nova ordem, determinada pela expansão do modelo capitalista de produção. Acreditamos que as transformações, provocadas pela participação mais efetiva na produção para o mercado, alteraram não apenas a hierarquia, mas a própria substância destes valores, cuja estrutura passamos a descrever.

2.4.1 - Dedicaco ao trabalho

Talvez o principal valor dos imigrantes tenha sido a dedicaco ao trabalho. Isto decorria da situaco de abandono e miséria em que eles se encontravam, pois jogados  própria sorte, o trabalho se lhes apresentava como o único meio de superarem a situaco existente. As dificuldades naturais da selva e as terras acidentadas, somadas às precárias condies dos seus instrumentos de trabalho, exigiam dedicaco constante nos serviços de derrubada da mata, de plantio, de limpeza dos roçados, de colheita e de armazenamento e conservacão dos produtos obtidos da terra. Havia, além disso, o trabalho do cuidado dos animais, da horta, do pomar, da vindima e da própria casa. Dependentes das suas próprias forças, os italianos aprenderam a valorizar o trabalho e a considerá-lo como um valor indispensável para a sua sobrevivência e a de seus descendentes.

Em vista de sua dedicaco, o imigrante italiano se tornou símbolo do trabalho. Sobreviveu e venceu pelo trabalho. A força de seus músculos, com machado e cunha, derrubou a mata, plantou e colheu os frutos da terra e com as planchas, ergueu a casa e o galpão onde recolheu os seus pertences. No processo de construo de sua independência econômica, objetivo final de toda família imigrante, participaram todos os membros da família indistintamente, desde as crianças até as pessoas mais idosas.

Este despreendimento e dedicaco, os italianos transferiram para os seus filhos, que os incorporaram como valores inerentes à vida que levavam. Ser bom era ser trabalhador e ser trabalhador significava poder sobreviver e enriquecer à custa do trabalho pessoal.

Nas comunidades italianas admitia-se a pobreza, porém, não se tolerava a preguiça. *"A pobreza e o infortúnio não diminuiam tanto a imagem familiar, quanto a preguiça e a desorganiza*

ção do trabalho." (36) COSTA apresenta algumas expressões correntes que mostram a importância dada ao trabalho nas famílias: "a) 'I zê pōveni, mã i lavora', isto é: 'eles são pobres, mas trabalham.' No caso, o 'sen pobre' ficava em segundo plano, diante da dedicação ao trabalho. A pobreza aparece, então, como aliada do infortúnio; b) 'I lavora come ôrsi, ma i ga de tutto', isto é: 'eles trabalham como 'ursos' (expressão intraduzível), mas têm tudo'. Aqui, a abundância é vista como fruto do trabalho organizado e pertinaz; c) 'I zê mai stã gente de laoro, i zê come i negri', isto é: 'nunca foram gente de trabalho, são como negros. Uma tradição familiar de pouca dedicação ao trabalho reflete-se na imagem social negativa que passa de geração a geração unida a um preconceito racial, da semelhança existente entre o italiano preguiçoso e o negro que não trabalha.'" (37)

Esta quase obsessão pelo trabalho não só fez com que, em um curto período de tempo, as colônias alcançassem um grande desenvolvimento agrícola, o que fez do Rio Grande do Sul o celeiro do Brasil, como de outro lado, criou nos imigrantes e sua geração um sentimento profundo de dedicação ao trabalho, de tal forma que a própria identidade pessoal se colocava em termos de sua capacidade de trabalhar. Ser digno e bom, era ser trabalhador e não se render jamais diante das dificuldades decorrentes do mesmo.

2.4.2 - Honestidade

No período da imigração e por um longo tempo depois, a ausência de cartórios nas colônias italianas era quase total. A "palavra dada" era o único documento disponível para a realização de transações comerciais. Ou, como diz COSTA: "fidelidade à palavra dada era o fundamento de contratos, de empréstimos e de negócios de vulto." (38) Por isso, o indivíduo era educado para ser

fiel ao prometido. De fato, tanto o imigrante como os seus filhos aprenderam a cumprir com a palavra dada, de tal forma que, como testemunha COSTA, *"há exemplos de terras que foram vendidas e pagas sã com base na palavra dada, e as escrituras foram feitas dez ou mais anos apõs."* (39)

O não cumprimento da palavra empenhada implicava na perda do crédito em toda a comunidade e nas comunidades vizinha. Dificilmente alguém desonesto conseguia reconquistar o crédito dos outros indivíduos. Este fato atingia não somente o indivíduo, em particular, mas todos os membros de sua família. Comprometer-se implicava no comprometimento do nome de toda a sua família.

A honestidade, porém, não se restringia a negócios e trocas. Toda a pessoa tinha a obrigação de ser honesto em todas as circunstâncias: no namoro, nas amizades e na convivência familiar e comunitária. A traição a um amigo ou o abandono da noiva ou namorada de forma irresponsável, baixavam a cotação do indivíduo. Tanto quanto nos negócios, a irresponsabilidade de algum membro da família poderia pôr em xeque a honestidade da mesma entre os membros da comunidade. Por isso, era exigida honestidade de todo o indivíduo em qualquer circunstância e especialmente os pais cobravam, de forma intensa, esta virtude dos filhos.

2.4.3 - Coragem

A capacidade de enfrentar dificuldades, de se jogar num empreendimento difícil e perigoso como a derrubada da mata, a abertura de estradas e a ocupação de terras virgens, exigiam coragem e despreendimento da parte do colonizador italiano. *"Era necessário muito coragem para o colono lançar-se sozinho no meio da floresta, armar uma barraca com taquara, derrubar árvores seculares para a sementeira e, enquanto o fruto não amadurecesse, alimentar-se de pinhões e de caça."* (40)

A coragem do colonizador, decorria, evidentemente, da situação emergencial em que se encontrava. *"Não fossem suficientes a desilusão e o sofrimento suportados na Itália e na viagem para o Brasil, o imigrante aqui se encontrava diante de um dilema dramático: não menos abandonado que em sua pátria, numa região desconhecida, jogado no meio de uma floresta virgem, cercado pela solidão, tinha que vencer ou morrer. E para vencer precisava lutar contra elementos gigantescos da natureza, praticamente desarmado e sem recursos de primeira necessidade."* (41) Diante desse dilema, o italiano despertou para a coragem e fez dela um valor imprescindível, que transmitiu para os seus descendentes. Ser capaz de desafiar perigos e dificuldades sem temer e nem esmorecer foi uma virtude propagada e exigida dos filhos de imigrantes por um longo tempo.

A virtude de ser corajoso alimentava-se de perspectiva de ser proprietário. Não há dúvida de que um dos objetivos principais da vinda dos imigrantes para o Brasil foi o de se tornarem proprietários, o que os levou a enfrentarem corajosamente todas as dificuldades. Com efeito, diz ZAGONEL: *"O imigrante recebendo uma porção de terra e podendo-a resgatar com módicas prestações ou, mesmo, com trabalhos públicos na construção e conservação de estradas, enchia-se de coragem pela esperança de ser dono de sua propriedade."* (42) O medo e a covardia eram rejeitados e a pessoa que se mostrasse oscilante, diante dos problemas e das circunstâncias em que se encontravam, era ridicularizada publicamente. O único medo que toleravam era em relação ao sobrenatural, como o aparecimento de almas de defuntos e do demônio. Os imigrantes tinham muito medo dos mortos e do demônio e acreditavam na possibilidade do seu aparecimento. Por isso, cultivavam orações e possuíam objetos para evitar tal fato. Era comum mandarem celebrar missas pelas almas do purgatório, para atender almas penosas que teriam aparecido pedindo orações. Fora desse medo, porém, incentivavam seus filhos a enfrentarem as mais

diferentes situações com muito destemor e coragem.

2.4.4 - Sinceridade e lealdade

Ao lado da honestidade nos negócios, os italianos se destacavam pela sinceridade no tratamento com seus semelhantes. A sinceridade social era cobrada de todos os membros da família e ela significava tanto a rejeição da mentira e da "fofoca", bem como a fidelidade no cumprimento da obrigação assumida com qualquer pessoa da comunidade. "Pode-se dizer", escreve COSTA, "que a segunda grande idéia que determinava a imagem social do nome familiar, após a dedicação ao trabalho, era a honestidade social. Expressões típicas marcam este valor: 'Varda que coeste le zê mia coze per gente de la nostra famêia', isto é, 'olha que estes não são procedimentos para gente de nossa família', referindo-se às normas mais livres, à participação de bailes, às saídas à noite... Tratando-se de moças, a censura era mais forte: 'No te si nganca digna del nome que te ghê', isto é, 'Não és nem digna do nome que tens'. Indicava a repressão da mãe às filhas, por motivo de comportamentos sentimentais duvidosos." (43)

A sinceridade e lealdade no namoro implicava no respeito às normas e costumes estabelecidos. Por isso, recomendava que os rapazes fossem leais às namoradas, respeitando-as, e que estas se fizessem respeitar, evitando contatos físicos e não permitindo maiores intimidades. Ambos, mas especialmente a moça, tinha que zelar pela honra e o bom nome da família. "Se uma filha, por desventura", afirma BATTISTEL, "caísse no 'erro', a família ficava desonrada. Os pais indignados, muitas vezes deserdavam tal filha ou a castigavam e reprimiam de uma ou outra forma. Uma moça assim era ridicularizada e apontada por todos." (44) Um pouco mais adiante continua o mesmo autor: "Os rapazes violadores de moças eram severamente castigados. Quando não eram presos, os prô

prios pais da comunidade prendiam-no, amarravam-no num tronco de árvore e depois o castigavam duramente com uma 'boa' surra. (45)

A lealdade também compreendia o respeito e a ajuda aos vizinhos e pessoas da comunidade. Não se admitia que alguém falasse mal do outro. Falar mal do outro era pecado. Neste ponto, os pais, geralmente, mostravam-se muito exigentes com os filhos menores: não permitiam, sob pena de levarem uma surra, que se metessem nas "conversas de adultos" ou comentassem histórias envolvendo vizinhos e amigos. Por outro lado, todos eram despertados para a solidariedade nos momentos de dificuldades de qualquer elemento da comunidade. Ajudar os outros era uma obrigação que solidificava a unidade comunitária, condição de sobrevivência sócio-cultural dos seus membros.

2.4.5 - Fé

A fé era uma experiência coletiva, bem mais de que uma vivência pessoal e interior. Ela implicava na manifestação religiosa comunitária, pois, como já falamos anteriormente, os italianos se identificavam culturalmente pela vivência dos valores religiosos. Em vista disso, o ato de fé nos valores religiosos da comunidade tornava-se imprescindível, ao menos na forma de sua manifestação exteriorizada, como condição de o indivíduo poder participar da vida social da capela. Ele podia duvidar interiormente da cosmovisão religiosa vigente, mas exteriormente obrigava-se a manifestar sua "crença" na doutrina da igreja, sob pena de ser excluído ou isolado da convivência comunitária.

A exigência social da vivência dos valores religiosos agia, outrossim, psicologicamente sobre o agricultor, de tal forma que ele se sentia incapaz de conviver, por um longo período, em contradição com a ordem social estabelecida. Ou, em outras palavras, a interioridade psicológica do agricultor, formada den-

tro de um padrão sócio-cultural mítico-religioso, não suportava, por longo tempo, as oposições criadas entre a descrença e as exigências da fé da família e da comunidade de que fazia parte, implicando, portanto, a sua conversão ou sua saída em busca de um ambiente diferente, onde seu posicionamento pudesse ser aceito. Sentia-se obrigado a aceitar a situação existente, ou então devia se retirar da comunidade.

Por outro lado, cabe destacar que a fé era uma condição indispensável para a sobrevivência sócio-cultural dos agricultores. Por ela criavam coragem para enfrentarem as dificuldades do seu meio e alimentavam a esperança de um futuro melhor, nesta vida ou mesmo numa vida de após-morte. Atuando como lenitivo ou constituindo-se como um referencial de identificação cultural, a fé nos valores católicos-cristãos tornava-se, por isso, numa virtude inalienável do contexto sócio-cultural das colônias italianas.

2.4.6 - A fidelidade conjugal e a obrigatoriedade de os pais instruírem os filhos dentro dos princípios cristãos.

A continuidade da tradição familiar trazida da Europa e a preservação do "status quo" dependiam da família. A propriedade privada não poderia ser mantida sem uma sólida estrutura familiar que fornecesse a mão-de-obra para o trabalho e a educação dos indivíduos dentro dos padrões sócio-culturais estabelecidos. Por isso a fidelidade conjugal e a responsabilidade dos pais na procriação, sustento e educação dos filhos era cobrado insistentemente pelos demais membros da comunidade e pelas autoridades religiosas. Ter uma grande prole considerava-se graça de Deus e saber sustentá-la e educá-la corretamente era um dever sagrado.

A indissolubilidade do casamento era inquestionável e

sua função se reduzia à procriação e educação dos filhos e o estabelecimento de uma descendência certa e legítima, herdeira da propriedade dos bens. A transmissão hereditária incluía os valores, costumes e hábitos tradicionais, o que garantia para a família a preservação da sua cultura e, para a Igreja Católica, a continuidade de sua influência. Já para o Estado, incapaz de interferir de forma mais intensa nas colônias, a educação aos moldes tradicionais preservava o que mais lhe interessava naquele tempo: a ordem social e o progresso econômico às custas do sacrifício dos agricultores.

A educação e a instrução religiosa dos filhos iniciava cedo na família. Desde os primeiros sinais de compreensão e quando a criança começava a pronunciar as primeiras palavras, eram-lhe ensinadas orações e cantos litúrgicos. À medida que crescia, levavam-na a participar mais diretamente das orações da família e da comunidade. As mães apuravam-se em ensinar as orações e o catecismo às crianças, pois quanto mais cedo estas as soubessem, melhor seria a reputação da família, e especialmente da mãe, na comunidade e perante o padre. Normalmente aos sete ou oito anos, depois de convenientemente preparadas, as crianças realizavam a primeira comunhão. Depois disso, cabia aos pais exigir a participação dos filhos nas "desobrigas dominicais" e na frequência aos sacramentos.

Todos os vícios ou comportamentos impróprios, que pudessem pôr em perigo a estrutura familiar, eram renegados. As sanções a atos desta natureza, iam de conversas e advertências públicas, a surras ou mesmo atitudes extremas de expulsão da família e comunidade. Não resta dúvida de que a estrutura machista, predominante nas colônias italianas, repreendia e censurava muito mais a mulher do que o homem nestes casos. A mulher pega em adultério praticamente deixava de existir na sociedade, pois ninguém se atrevia conversar com ela ou visitá-la, "para não ser

considerada uma igual". Já, quanto ao homem, havia maior tolerância, embora sua reputação também baixasse muito entre os membros de sua comunidade. Geralmente era evitado atribuir-lhe qualquer papel mais significativo de liderança e o seu círculo de amigos se reduzia bastante, chegando a casos de isolamento quase total.

2.4.7 - Vivência ascética

Influenciados pela situação de isolamento e miséria em que viveram nos primeiros anos e pela pregação dos padres e religiosos, os agricultores aprenderam a valorizar a vida ascética e a desprezar a luxúria e os gastos inúteis. Condenavam tudo que fosse considerado "mundando", como sexo, riquezas (menos terra e dinheiro), a luxúria e a prepotência. Instigados constantemente nos sermões ao cuidado para com estes vícios, eram incentivados a aceitarem a pobreza e a vida ascética que levavam, como virtudes que lhes garantiriam a salvação eterna e a prosperidade econômica já neste mundo. Com efeito, conheciam o sexo como um mal necessário, indispensável para a reprodução da vida que, no entanto, punha em perigo a integridade moral do indivíduo, da família e da comunidade. Por isso, pregavam a repressão e o controle da vida sexual, especialmente por parte da mulher, como condição da sobrevivência da integridade cultural das colônias. A manutenção do "status quo" dependia da preservação da família como unidade produtiva e como unidade sócio-afetiva. O rompimento dessa estrutura poria em perigo toda a estrutura social das comunidades italianas. Criou-se, com isso, o tabu sexual, em que homens e mulheres, e estas de maneira especial, passaram a se rejeitar como seres sexuados, eliminando toda e qualquer relação entre o ato sexual e sua realização psicofísica e espiritual. Além disso, os assuntos de sexo eram proibidos de serem tratados publicamente em qualquer ambiente. Tal é verdade

que muitas moças e rapazes chegavam ao casamento sem saberem como eram gerados os filhos. Acreditavam muitos que "os bebês eram trazidos 'par na veccia co'a sponta': por uma velha num cesto de palha". (46)

A renúncia aos gastos inúteis, o espírito de poupança em todos os aspectos, eram vistos como meios provisórios para o enriquecimento. De todos os membros da família, era exigido que se limitassem a gastar o mínimo necessário para sua sobrevivência e, desta forma, contribuíssem para a emancipação econômica da família. Ou, como afirmam De BONI e COSTA: "Paralelo à ideologia do trabalho corria uma maneira diferente de conduzir-se economicamente: gastava-se o menos possível. A economia fino all osso' do programa financeiro do governo italiano parecia definir a mentalidade do colono, acostumado a contentar-se com pouco e desejoso de ter uma reserva financeira e de ampliar suas posses. Era um acumular lento, de grão em grão, mas que, em alguns casos, principalmente nas relações entre luso-brasileiros, facilitou o enriquecimento." (47)

Este espírito ascético, muito mais que uma mentalidade católica, parecia se identificar com aquele espírito que Max Weber analisou em "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo": "De fato, o *summum bonum* desta ética, a obtenção de mais e mais dinheiro, combinada com o estrito afastamento de todo o gozo espontâneo da vida é, acima de tudo, completamente substituída de qualquer carácter endemonista ou mesmo hedonista, pois é pensado puramente como uma finalidade em si, que chega a parecer algo de superior à 'felicidade' ou 'utilidade' do indivíduo; de qualquer forma, algo de totalmente transcendental e simplesmente irracional. O homem é dominado pela produção de dinheiro, pela aquisição encarada como finalidade última de sua vida (...). Esta inversão do que poderíamos chamar de relação natural, tão irracional de um ponto de vista ingênuo, é evidentemente um princípio orientador do capitalismo, tão seguramente quanto ela é es-

tranha a todos os povos fora da influência capitalista." (48)

Sem dúvida, este espírito de poupar, somado à dedicação ao trabalho, fizeram com que, em alguns anos de vida, muitos conseguissem uma relativa independência econômica, sendo o pequeno capital produzido aplicado, geralmente, na compra de mais terra ou nalgum comércio ou indústria locais. No decorrer dos anos, no entanto, o acúmulo de capital passou para as mãos ágeis de comerciantes, "enquanto que o colono continuou com sua vida parcimoniosa e, mais tarde, em muitos casos, teve mesmo de defrontar-se com o fantasma da proletarização." (49)

O espírito de renúncia à luxúria e ao prazer e a aceitação da vida humilde que levavam como condição para o enriquecimento futuro, constituíram-se em valores importantes para os imigrantes. Este espírito era reforçado pela doutrinação da Igreja, defensora da idéia de que a pessoa que soubesse ser humilde e renunciar aos prazeres hedonistas e endemonistas, seria abençoada por Deus e sua recompensa implicaria o seu progresso econômica e a garantia da salvação eterna.

2.4.8 - Respeito e obediência aos pais e autoridades

A preservação da unidade produtiva familiar, isto é, a administração das terras e determinação quanto às técnicas de plantio e de colheita e a efetivação de contratos e negócios dependiam da autoridade paterna e, na ausência deste, da autoridade materna. Para se manter esta estrutura familiar, insistia-se na necessidade e no dever dos filhos obedecerem ao mando do pai e da mãe. A desobediência, muito mais que um desacato à autoridade poderia significar o abalamento da estrutura social existente que tinha como base a família.

A família italiana, como já foi dito, era patriarcal.

Ela supunha uma grande autoridade do pai sobre a mulher e os filhos. A sua estrutura compreendia uma série de papéis pré-determinados: ao homem (pai) cabia a autoridade, o controle da instituição e os serviços de maior repercussão econômica. Já à mulher era reservado a autoridade da família, quando o marido estivesse ausente (morte ou viagem). Cabiam-lhe os serviços considerados secundários, como os cuidados da casa, a educação dos filhos e o preparo das refeições. Em função destes papéis e para manter a estrutura existente, eram atribuídos aos pais poderes sagrados nas suas decisões sobre a família. Acreditava-se que a desobediência dos filhos às resoluções importantes dos pais acarretava maldições, como a infelicidade permanente e o fracasso econômico. Criou-se, assim, um sentimento de reverência e subjugação à autoridade paterna e materna, sentimento endossado pela pregação dos padres e religiosos, que diziam serem os pais os legítimos representantes de Deus na terra. Afirma COSTA: "*A autoridade paterna e materna atribuía-se a função de Deus na família. Por isto os pais sentiam-se inbuídos do poder de perdoar ou de condenar, de abençoar ou de amaldiçoar.*" (50)

Em termos de comunidade, este poder sagrado estendia-se ao padre e às demais autoridades constituídas. Em relação a estas últimas, a obediência e o respeito eram recomendados nos casos em que houvessem obtido a aprovação da comunidade e da autoridade eclesiástica (padre ou bispo). Se a pessoa indicada para assumir uma função pública não mantivesse boas relações com a autoridade religiosa local, geralmente acabava sendo desacatada pela comunidade toda, de tal sorte que dificilmente continuava no seu posto. A aprovação da autoridade religiosa era fundamental para a permanência de qualquer autoridade na comunidade.

A Igreja atribuía poderes sagrados ao padre, e a sua autoridade comparava-se ao poder de Deus. Podia, portanto, abençoar e salvar, amaldiçoar ou condenar os fiéis. Acreditavam, por isso, os colonos que, indispor-se à autoridade do padre ou de

qualquer pessoa por ele constituída em poder na comunidade, significava pôr em perigo sua salvação. A condenação do indivíduo pelo padre implicava não apenas na perda da possibilidade da salvação eterna mas também na sua expulsão ou isolamento da comunidade da capela. Este castigo, por vezes, atingia toda a família do infiel. Por isso, desde cedo as crianças eram instruídas para aceitarem e respeitarem a autoridade religiosa, principalmente a do padre.

Este respeito era também recomendado pelos pais para os filhos, no tratamento de pessoas mais velhas. Ser velho significava ter experiência, ser "calejado" no trato dos problemas e das maldades deste mundo. Cabia ao jovem, pois, ouvir os conselhos, obedecer e seguir as orientações dos mais idosos.

Todo este poder instituído na família e na comunidade era aureolado pelo poder absoluto de Deus. "... Deus é uma autoridade suprema, que dá prêmios e castigos imediatos e infalíveis. Deus não é um pai que tem filhos, mas um senhor que tem súditos e servos. Deus (também) é o dono da natureza que manipula em favor ou contra o homem. As secas, as enchentes e as tempestades eram, muitas vezes, vistas como castigos contra a blasfêmia ou a pouca frequência aos atos religiosos." (51)

Esta cosmovisão mítico-religiosa se sustentava e, ao mesmo tempo, sustentava a estrutura de poder dos pais e do padre, criando nos filhos e nos fiéis um verdadeiro sentimento de pavor ante as autoridades. Ou, por extensão, os pais e o padre eram considerados os deuses e donos do poder, que podiam abençoar e trazer a felicidade para os filhos e fiéis, ou condená-los eternamente à infelicidade. Para fugir à maldições e garantir a herança futura, os filhos se submetiam, em geral pacificamente, às autoridades constituídas, mantendo-se, desta forma, a estrutura de poder da comunidade e da família.

2.4.9 - Submissão à fatalidade da vida

A explicação do mundo e da vida era dada pela cosmovisão religiosa cristã. Segundo esta cosmovisão, já comentada acima, tudo girava em torno da determinação da vontade divina. Diante da impotência real de determinarem e controlarem os diversos fenômenos da natureza, como secas, tempestades, doenças, mortes, etc., os imigrantes se submetiam a eles por uma explicação fatalista. "*Temos que aceitar, porque Deus quis assim*" diziam, buscando, com isto, resposta e consolo para seus sofrimentos e as suas interrogações.

Aceitar as fatalidades sem nelas esmorecer significava subjugar-se à vontade divina que, querendo redimir os pecadores ou testar a fidelidade e a coragem dos crentes, permitia as catástrofes. A capacidade de aceitá-las como castigos ou como testes de fé, ajudaria a aplacar a ira divina e, no futuro, aumentaria a sua generosidade para com os homens. Embora, muitas vezes, o agricultor italiano tenha reagido violentamente nestas situações, blasfemando contra Deus e os santos, normalmente não o fazia conscientemente. As suas imprecações ocorriam em momentos de ira, portanto, num estado psicológico alterado. Conscientemente condenavam a blasfêmia, de tal sorte que constantemente recorriam à confissão para exorcizá-la.(52)

Recomendava-se aos filhos e demais pessoas da família e comunidade a virtude de submissão à vontade divina. "*Deus sabe o que faz e nós nem sempre compreendemos a extensão de sua sabedoria. Por isso, nós, pobres pecadores e ignorantes, não temos o direito de nos opor às determinações de Deus.*" Os pecados e a ignorância eram justificativas suficientes para explicar a ação de Deus entre os homens, razão pela qual ela devia ser aceita sem contestações.

2.4.10 - Participação nas atividades religiosas e comunitárias

A inserção social do indivíduo acontecia, principalmente, através dos rituais públicos da comunidade da capela. Dentre eles, destacavam-se o batismo, a primeira comunhão e o crisma. (53) A celebração destes rituais era precedida dos períodos preparatórios, com exceção do batismo, cabendo aos pais o encaminhamento dos filhos. A fase de preparação compreendia o estudo do catecismo (54), os ensaios do ritual e a preparação "espiritual" (confissão) de todos os membros da comunidade, especialmente das pessoas mais diretamente envolvidas, como os pais, irmãos dos neo-catecúmenos e os padrinhos. Ao catequista era atribuída a função de preparar os jovens e as crianças, mas os pais tinham também a obrigação de tomar as lições de catecismo dos seus filhos. Os que não cumprissem com esta obrigação eram criticados pelos vizinhos e, especialmente a mãe, considerada pessoa irresponsável e má.

A vivência religiosa e a participação nas cerimônias dominicais e nos "dias de santo" era obrigatória. A frequência aos sacramentos de comunhão e confissão, ao menos nas festividades mais importantes do ano, como Páscoa e Natal, tornava-se indispensável para a boa reputação do indivíduo diante da comunidade e da autoridade religiosa. Havia, inclusive, um mandamento da Igreja que obrigava a participação nestes sacramentos por ocasião de certos períodos litúrgicos, como a Páscoa (55), o que reforçava ainda mais o condicionamento dos italianos à frequência das celebrações religiosas. A falta, nestas celebrações, só era admitida em casos de doença ou outros impedimentos graves: mau tempo, enchentes ou grandes distâncias. Nos períodos mais intensos do ano litúrgico, porém, a obrigatoriedade eliminava qualquer empecilho, com exceção dos casos de doenças graves, sem possibilidade de locomoção.

Não se tem notícias de que os italianos desrespeitassem os dias sagrados, executando tarefas proscritas para estes dias. Suspendiam todos os trabalhos exceto os indispensáveis: trato de animais, ordenha da vaca, preparo de alimentos e alguns pequenos trabalhos de limpeza. Raros eram os casos em que algum agricultor tenha se ocupado de atividades agrícolas nos domingos e feriados religiosos, mesmo porque, acreditavam eles, isto poderia significar provocação à ira divina, trazendo conseqüências dramáticas para si e para a família. Cabe, porém, uma ressalva quanto ao tipo de trabalho permitido ou não. Para tanto, partimos da seguinte colocação de RIBEIRO e TONIAZZO: *"No que diz respeito à observância dos domingos e dias santos, havia uma distinção feita entre o trabalho artesanal realizado com fins lucrativos e aquele para consumo próprio. Para aquela minoria que comercializava o artesanato, o preceito do repouso era respeitado com particular severidade e sancionado incisivamente pelo padre e pela opinião pública. O fruto do trabalho em dias santificados não poderá trazer lucros diretos, ou seja, não poderá ser comercializado. Convém notar que a reprovação da opinião pública atingir menos severamente as transgressões cometidas pelas mulheres do que aquelas cometidas pelos homens. Isto se torna claro se tivermos presente que os produtos da atividade artesanal masculina estavam já num nível profissional".*
(56)

Muitas mulheres, no entanto, passavam o domingo trabalhando, fazendo crochê, costurando, sem se culparem por tais atividades. Isto revela, até certo ponto, o lazer bastante restrito das mulheres ("não temos outra coisa pra fazer") e a nítida separação entre produção para consumo próprio e produção para o mercado. Só mais tarde, com o incremento da produção de mercado, começou-se admitir o trabalho dominical nas lavouras, especialmente em épocas de plantio e colheita. Até então os domingos e feriados eram dias de missa, de visitas a amigos e vi-

zinhos, de conversas, de jogos de baralho ou de alguma outra diversão da tradição cultural italiana.(57) O domingo era um dia de descanso prescrito pelo Senhor, que devia ser respeitado por todos. Rezar na capela e não trabalhar eram mandamentos indispensáveis na organização do tempo mítico (58) dos italianos.

2.4.11 - Dedicacão e ajuda na construçãõ e conservacão dos bens comunitários

A capela, o salão de festas e mais tarde, a escola foram os três espaços mais importantes da vida social do imigrante. A construçãõ, conservacão, limpeza e até embelezamento dependiam da dedicacão dos membros da comunidade. Levados, talvez, pela ambiçãõ de fazerem da sede comunitária da capela um futuro centro econômico-administrativo e religioso, a maioria dos agricultores se dedicavam com afinco a tal empreendimento. Tanto isto é verdade que Frei BRUNO, em relatório enviado ao Mons. SCALABRINI, em 1904, assim se expressa: "*(com efeito) sozinhos construíram um sem número de capelas assaz graciosas e, embora, em necessidades, não descuidavam de construir a casa do Senhor e de embelezá-la (...). Todos colaboravam ofertando trabalho braçal e dias de serviço. Traziam produtos da terra que eram, posteriormente, vendidos em benefício da construçãõ. Em pouco tempo, caso não sobreviessem intempéries, a obra era concluída. Fosse em madeira ou em alvenaria, a capela era sempre uma obra da comunidade, lugar de culto e centro social, centro comercial e sinal de progresso e prestígio da região.*" (59)

Seja por costume e tradiçãõ ou por necessidade, o italiano aprendeu a valorizar a sua comunidade e a se preocupar com a conservacão das coisas que dela faziam parte. Pelo trabalho seu e de sua família ou pela oferta de algum produto de valor, ele contribuía para a construçãõ e manutençãõ dos bens comunitários.

rios. Isto fez com que se criasse nele e em todos os membros da família o sentimento de compromisso e de serviço pelo bem coletivo.

2.4.12 - Justiça e Liberdade: preservação da propriedade de

O valor-base que levou o imigrante italiano a se afastar da sua terra natal e enfrentar a nova realidade foi a perspectiva de se tornar livre e independente economicamente pela posse da terra. *"A expressão 'qui siamo proprietari', a nota dominante nas correspondências dos primeiros imigrantes a seus familiares na Itália, mostra o sentido interior da mensagem italiana no início da aventura. Ser proprietário, ser dono da terra, debastar a mata, abrir estradas (industriais), organizar uma família e enriquecer com o próprio trabalho, foi o que fez o italiano, o imigrante típico no Rio Grande do Sul. As demais perspectivas e até ideais religiosos foram vistos sob este ângulo: ter saúde para trabalhar e ter terra era tudo. Do trabalho familiar e social, surgiria a riqueza da família, a escola e a Igreja para a comunidade."*(60)

A preservação da sua propriedade e de seus bens constituía o valor mais importante do imigrante italiano. Por isso, a justiça que ele exigia era a de ter assegurada a posse de sua propriedade e garantida a não interferência de qualquer indivíduo nos limites de seu lote. Exigia que o que era seu fosse respeitado da mesma forma que ele respeitava o que era de seu vizinho ou de qualquer outro membro da comunidade da capela.

A liberdade significava para ele, em primeiro plano, possuir a sua terra e, em segundo lugar, poder usá-la conforme seus interesses e objetivos. Significava também estar despreocupado quanto ao seu direito de se ver respeitado como proprietá-

rio. Ter sua terra, trabalhá-la, fazê-la produzir, obter os seus frutos, guardá-los ou vendê-los de acordo com suas necessidades e seus desejos, esta a idéia de liberdade do colono imigrante. Era, ainda, poder andar livremente nas estradas, certo de ser considerado digno, porque trabalhador e proprietário. Ser livre significava, fundamentalmente, estar seguro de que, sua propriedade, da qual dependiam os seus e os frutos necessários para a sobrevivência, estavam socialmente garantidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. Atílio ALÉSSIO. As relações entre grupos rurais de Cruz Alta, num processo de modernização da estrutura produtiva. Rio de Janeiro, FGV, 1981, min. (Tese de mestrado), p. 30.
02. Vitalina M. FROSI & Ciro MIORANZA. Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul, UCS, 1975, p. 11.
03. Eric J. HOBBSAWN. A era das revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977, p. 251.
04. Vitalina M. FROSI & Ciro MIORANZA, op. cit. p. 14.
05. Loraine S. CIRON. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. IN: Aldair M. LANDO et alii. RS: Imigração & colonização, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, p. 55.
06. Id. Ibid., p. 60.
07. Thales de AZEVEDO. Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Cátedra INL, 1982, p. 190.
08. Júlio LORENZONI, Memórias de um imigrante italiano. Porto Alegre, Sulina, 1975, p. 62.
09. Vitalina M. FROSI & Ciro MIORANZA, op. cit., p. 47.
10. Id. Ibid., p. 74.
11. Júlio LORENZONI, op. cit., p. 74.
12. Vitalina FROSI & Ciro MIORANZA, op. cit., p. 75.
13. Vania B.P. MERLOTTI. O Mito do padre entre descendentes italianos. 2.ed., Caxias do Sul, UCS, 1979, p. 45.

14. Thales de AZEVEDO, op. cit., p. 230.
15. "Uma faceta dramática e ao mesmo tempo pitoresca do problema é que, em geral, os velhos imigrantes, principalmente os camponeses, se tornavam italianos no exterior. Atribuía-se a uma política do tempo da unificação a afirmação de que a Itália estava feita, mas faltava ainda fazer os italianos." Citado por Thales de AZEVEDO, op. cit., p. 230; mais adiante afirma o autor: "Por sua natureza intrínseca, a luta pela italianidade é um movimento de defesa e de conservação do complexo sócio-cultural e econômico-político da sociedade 'colonial', além de uma tentativa de manter os laços afetivos, políticos e econômicos com a metrópole de origem. Id. Ibid., p. 244.
16. Id. Ibid., p. 234.
17. Id. Ibid., p. 237.
18. Luis A. DE BONI. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise, IN: Aldair M. LANDO, op. cit., p. 248.
19. Id. Ibid., p. 242.
20. Luis A. DE BONI e Rovílio COSTA. Os italianos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/UCS/Vozes, 1982, p. 149.
21. Arlindo I. BATTISTEL e Rovílio COSTA, Assim vivem os italianos: vida, história, contos, comidas e histórias. Porto Alegre, EST/UCS, 1982, p. 57.
22. Olívio MANFROI. Imigração Alemã e Italiana: estudo comparativo. IN: ISBIEB, Imigração Italiana: Estudos. Porto Alegre, EST/UCS, 1979, p. 192.
23. Luis A. DE BONI, op. cit., p. 243.
24. Carlos Albino ZAGONEL. Igreja e Imigração Italiana. Porto Alegre, EST/Sulina, 1975, p. 59.

25. O rosário ou terço era uma das principais orações italianas. Compreendia cinco séries de dez Ave-Marias intercaladas por outras orações e, às vezes, por uma breve mensagem bíblica e um Pai-Nosso. No final do ritual fazia-se mais alguma reza pedindo ou agradecendo alguma graça especial e conclui-se com o sinal da cruz.
26. A "primeira comunhão" era um ritual religioso em que a criança ou o néo-catecúmeno recebia pela primeira vez a eucaristia, que para os cristãos católicos significa receber o corpo de Cristo. O ritual compõe-se de cantos, leituras de textos bíblicos e a celebração da "Santa Missa". Depois deste ritual, seguiam as festividades durante o dia todo, com almoço, música, jogos, guloseimas, bebedeiras, etc...
27. Por ocasião da visita oficial de um bispo à comunidade da capela os jovens renovavam suas promessas de fidelidade aos mandamentos de Deus e da Igreja e depois eram ungidos pelo bispo com óleos bentos.
28. Citado por DE BONI e COSTA, op. cit., p. 120.
29. Id. Ibid., p. 125.
30. Vania B. P. MERLOTTI, op. cit., p. 32.
31. Então Deus falou, pronunciando todas estas palavras: 'Eu sou teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da escravidão. Não terás outro Deus diante de mim. Não farás para ti escultura, nem imagem alguma daquilo que existe no alto, no céu, ou aqui em baixo, na terra, ou daquilo que existe debaixo da terra, nas águas... Não proferirás o nome do Senhor em vão, pois o Senhor não deixará impune quem proferir seu nome em vão. Lembrar-te-ás do dia de descanso para santificá-lo... Honrarás teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias sobre a terra, que o Senhor, teu Deus te dará. Não cometerás adultério. Não furtarás. Não apresentarás fal-

so testemunho contra teu próximo. Não cobiçarás a casa de teu próximo; não desejarás a mulher de teu próximo, nem seu servo, nem sua serva, nem seu boi, ou o seu burro, nem coisa alguma que pertença a teu próximo." (Gen. 20, 1-17)

32. Rovilio COSTA. Valores da Imigração Italiana cem anos após. IN: ISBIEB, op. cit., p. 206.
33. Thales de AZEVEDO, op. cit., p. 203.
34. DE BONI e COSTA, op. cit., p. 128.
35. Cândido P. F. CAMARGO. Família e Religião na sociedade rural em mudança. IN: SZMRECSÁNYI, Tomás e QUEDA, Oriowaldo. Vida Rural e Mudança Social, São Paulo, Nacional, 1976, p.178.
36. Rovílio COSTA, op. cit., p. 202.
37. Id. Ibid., p. 202-203.
38. Id. Ibid., p. 204.
39. Id. Ibid., p. 204.
40. Carlos A. ZAGONEL, op. cit. p. 41.
41. Id. Ibid., p. 41.
42. Id. Ibid., p. 42.
43. Rovílio COSTA, op. cit., p. 204.
44. Arlindo I. BATTISTEL, Colônia italiana: religião e costumes. Porto Alegre, EST, 1981, p. 28.
45. Id. Ibid., p. 28-29.
46. DE BONI e COSTA, op. cit., p. 160.
47. Id. Ibid., p. 85.
48. Max WEBER, op. cit., p. 33.
49. DE BONI e COSTA, op. cit., p. 85.
50. Id. Ibid., p. 206.

51. Id. Ibid., p. 206.

52. "Quanto à blasfêmia, tão comum entre os italianos, cabe uma análise mais detalhada. AZEVEDO, define a blasfêmia como "um elemento do complexo religioso da cultura agrária de origem. Revela a crença de que a natureza reflete a vontade dos entes sobrenaturais e que as suas perturbações podem ser conjuradas por apelos dramáticos, em forma de desafio à divindade." (AZEVEDO, op.cit., p. 207). O blasfemador acreditava, pois, que pelo "palavrão" poderia obter determinados efeitos. Por isso, apesar de na teoria ser reprimida severamente, na prática era tolerada, pois acreditava-se no seu efeito benéfico. "Blasfemar, (nos diz BATTISTEL), era uma espécie de auto-afirmação. Os próprios adolescentes se orgulhavam em blasfemar, pois 'homem grande é quem blasfema'; criança, se blasfemar, apanha. Havia os que blasfemavam muito, especialmente alguns carreteiros, lavradores... Pessoas havia, sobretudo os padres-leigos, que procuravam corrigir os blasfemadores, mas de vez em quando, essas pessoas blasfemavam também. Vários entrevistados informaram que era perigoso chamar a atenção ao blasfemador pois ele podia se incomodar e blasfemar mais e propositalmente, só para provocar a ira de quem o reprimia... Se ninguém ligasse aos blasfemadores, as blasfêmias desapareceriam mais facilmente, pois o blasfemador não acharia graça em blasfemar, quando não fosse contrariado ou motivo de riso ou admiração." (BATTISTEL, op. cit., p. 35).

53. O batismo era uma cerimônia religiosa realizada pelo padre ou padre-leigo, e em casos extremos por qualquer fiel, em que ocorria, segundo a crença dos italianos cristãos, a lavagem dos pecados da criança e a sua introdução no reino de Deus e da Igreja. Morrer sem ser batizado significava estar condenado ao "limbo", caso criança, e ao "inferno" se a pessoa fosse adulta e voluntariamente se negasse a ser batiza-

- da. Quanto a primeira comunhão e à crisma ver notas 26 e 27.
54. Catecismo era um compêndio elementar de instrução religiosa em que apareciam os princípios fundamentais da doutrina católica, como questões sobre cosmovisão, os "dez mandamentos da Lei de Deus" e os "mandamentos da Igreja Católica Apostólica Romana". Era complementado com as orações tradicionais do devocionário italiano e com alguns cantos que faziam parte do repertório para o dia da festa.
55. A Páscoa era o período do ano em que a Igreja recordava os sofrimentos e a morte de Cristo na Cruz. Neste período, recomendava muita penitência e oração para seus fiéis com o fim de espiar seus pecados, considerados a causa dos acontecimentos pascoais. Compreendia, este tempo mítico, 40 dias de jejuns e abstinência de carne, intensificados nas sextas-feiras e na semana que antecedia ao domingo da Páscoa. Nesta semana, deviam ser evitadas conversas em voz alta, blasfêmias, cantorias e músicas e os bailes e festas eram expressamente proibidos. Nestes dias, ocorriam muitas confissões e a participação na comunhão intensificava-se. Isto se devia à obrigatoriedade instituída pela Igreja, e pela crença dos agricultores que achavam que a pessoa que não cumprisse com seus deveres sagrados estaria pondo em perigo a salvação eterna e chamado a desgraça sobre si e sua família. A visão escatológica dos agricultores, com efeito, muito contribuiu para a sua fidelidade e o cumprimento do seu dever para com a Igreja.
56. Cleodes M. P. J. RIBEIRO e Maria Elena P. FONIAZZO, O Artesanato feminino na região de colonização italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul. IN: ISBIEP, op. cit., p. 234.
57. DE BONI e COSTA relacionam alguns jogos dos italianos: "a mora", "o jogo de bochas", "a bisca", "três sete" e "escova". (op. cit., p. 163-164).

58. Tempo mítico é aqui usado no sentido que ELIADE lhe dá: "Numa fórmula sumária, poderíamos dizer que, ao "viver" os mitos, sai-se do tempo profano, cronológico, ingressando no tempo qualitativamente diferente, num tempo "sagrado", ao mesmo tempo primordial e indefinidamente recuperável". Citado em Mito e realidade. São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 21.
59. ZAGONEL, op. cit., p. 52-53.
60. Rovílio COSTA, op. cit., p. 199-200.

CAPÍTULO SEGUNDO

INSTAURAÇÃO DE UM NOVO PROCESSO SÓCIO-ECONÔMICO NA REGIÃO EM ESTUDO - PRINCIPAIS AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO E MUDANÇAS MAIS SIGNIFICATIVAS.

1.0 - FATORES DETERMINANTES DAS MUDANÇAS: OS AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO

O processo econômico instaurado na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, especialmente de 1950 para cá, insere-se no quadro da política econômica mundial do ocidente do pós-guerra. Em decorrência dos conflitos entre as nações hegemônicas, especialmente na luta pelos mercados mundiais, a partir da segunda guerra mundial, redefinem-se os papéis dos diversos países componentes do chamado "mundo ocidental capitalista". Cada país passou a se especializar na produção de bens de mercado, segundo a sua "vocaçãõ". O Brasil, país tradicionalmente agrícola, foi chamado a contribuir de forma mais intensa no fornecimento de matérias-primas, alimentação e produtos semifaturados. Conseqüentemente, a agropecuária passou a ser reaparelhada tanto a nível de máquinas, equipamentos, adubos e inseticidas, quanto no plano financeiro e comercial.

A conjuntura internacional, a partir da década de 1930, havia permitido ao país entrar no processo de industrialização, especialmente voltada para a substituição das importações. Estas

mudanças vieram delegar, a partir de então a um papel essencial à atividade agrícola como fornecedora de excedentes para a indústria nacional emergente. Para os produtores e as fazendas, por seu turno, a produção para o mercado se apresentou como uma alternativa mais ou menos compensadora em alguns momentos, mas a produção para a auto-subsistência continuou sendo sua principal preocupação. Significativa alteração, porém, ocorreu a partir da década de 1950, em que fatores decorrentes da conjugação das necessidades internas do país, de sua indústria, com os interesses dos países hegemônicos e das empresas multinacionais que aqui passaram a se instalar, introduziram novas formas de produção agrícola em todo o país. No caso do Rio Grande do Sul, este processo de caracterizou "pela introdução de novos produtos e novas técnicas, pela utilização de equipamentos e insumos de origem industrial que permitiram intensificar a produção e integrar ainda mais a agricultura ao conjunto da estrutura econômica nacional, como fornecedora de matérias-primas e produtos de exportação". (1)

Dois fatores básicos contribuíram de forma radical neste processo de modernização: 1) os interesses de grupos econômicos, especialmente do setor industrial, voltados à produção de máquinas, equipamentos e fertilizantes e 2) os interesses do governo federal, preocupado em se fortalecer através de uma política desenvolvimentista, em grande parte comprometida com potentes grupos multinacionais, voltados para a promoção da "Revolução Verde" com o objetivo de expandirem sua produção industrial.(2) Cabe ao Estado, através dos governos federal e estaduais, o papel de alocar recursos e de promover a comercialização dos produtos agrícolas através da criação de uma infra estrutura de armazenamento e transporte.

Quando teve início o processo de expansão urbano-industrial, uma das primeiras providências do sistema foi adequar a economia rural para o atendimento da demanda de mercado. A economia rural não se encontrava aparelhada para tal. Ela estava de

fasada em seu desenvolvimento e não conseguia corresponder às exigências de especialização. Não tinha condições de produzir as matérias primas e os alimentos, ao menos em nível satisfatório, para atender a demanda urbana, e nem se achava preparada para consumir a produção industrial. Por isso, logo que a nova política se impôs, a primeira alternativa foi a transformação da situação de produção da economia agropecuária, especializando-a de modo que correspondesse às exigências do mercado emergente. Para tanto, foram deslocados recursos do meio urbano-industrial para o campo, com o apoio do governo federal, o que determinou a mudança do modo de produção, inicialmente nos grandes latifúndios e, posteriormente, nas médias e pequenas propriedades.(3)

No processo de adequação da economia rural às necessidades e exigências do sistema capitalista, papel relevante teve a indústria, colaborando na constituição de um setor de fabricação de meios de produção para agricultura, como tratores, colheitadeiras, fertilizantes, herbicidas, defensivos e equipamentos em geral. Neste aspecto, destacaram-se as empresas estrangeiras e do capital oligopolítico internacional, pela sua participação de forma decisiva, tanto nos setores industriais de bens de consumo como de bens de capital. (4)

Na transformação da realidade sócio-econômica local, além dos agentes já descritos, dois órgãos contribuíram de forma radical para a consumação do processo: as cooperativas e os sindicatos dos trabalhadores rurais.

As cooperativas surgiram da conciliação dos interesses dos grandes e médios proprietários, que viram nelas um órgão de representação e de barganha na luta pelas suas reivindicações, tanto diante dos ministérios da Agricultura e da Fazenda, como diante dos governos federal e estadual e das agências bancárias, especialmente o Banco do Brasil e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Com isso, o crescente poder econômico dos grandes e

médios proprietários se fez acompanhar de um órgão de grande força política, que lhes trouxe inúmeros benefícios de toda a ordem.

A participação dos pequenos produtores só começou a ocorrer no momento em que estes perceberam que as cooperativas se apresentavam como a única alternativa para seus problemas de exaustão das terras e de descapitalização. A necessidade de recuperar suas propriedades e de introduzir mudanças no sistema produtivo fez os colonos buscarem, nas cooperativas, o suporte financeiro e técnico de que precisavam.

A introdução dos pequenos produtores, no entanto, só foi viabilizada no momento em que estes se tornaram um recurso de maior poder de barganha dos grandes e médios proprietários diante do Estado e dos órgãos oficiais. A força política dos colonos, principalmente pelo fator quantitativo, levou os grupos de granjeiros, fazendeiros e comerciantes, que mantinham o controle das cooperativas, a abrir-lhes as portas e a chamá-los a participar das entidades cooperadas.

Inicialmente o papel básico das cooperativas se resumia na conjugação de esforços pela melhoria de técnicas de produção, como selecionamento de sementes, correção dos solos, nivelamento dos terrenos, combate a pragas e doenças e ampliação dos meios de estocagem e comercialização dos produtos. No decorrer dos anos e com o crescimento de seu potencial econômico e sócio-político, as cooperativas passaram a monopolizar tanto a produção, como boa parte do transporte, armazenando e comercializando a produção agrícola. A sua influência também se fez sentir na política dos preços e na liberação e taxaço dos créditos para financiamento do plantio, da aquisição de máquinas e equipamentos.

As cooperativas passaram a executar, entre seus associados, o papel de divulgadoras e organizadoras do processo de produção capitalista. Neste processo, elas envolveram não só os

grandes proprietários (fazendeiros e granjeiros), mas também os pequenos e médios produtores. Segundo ALESSIO: "as cooperativas, como são um instrumento do sistema vigente na implantação e desenvolvimento da modernização, passaram a desenvolver atividades práticas, como auxiliar o Banco do Brasil no financiamento dos pequenos estabelecimentos através de um mecanismo de repasse. Eram pequenas lavouras que sob o controle técnico e econômico de cooperativas especializavam-se na produção de trigo e soja. A soja, que auxiliou a expansão das cooperativas e sua consolidação, fez com que também os pequenos produtores se associassem em maior número às cooperativas, promovendo, assim, sua evolução."(15)

A ação das cooperativas, além de atingir a produção agro-pastoril e agrícola, ocupou, também, destacado papel na comercialização de produtos industrializados, como fertilizantes, inseticidas, sementes, produtos de consumo caseiro, eletrodomésticos e, mais recentemente, armarinhos, tecidos e até bijouteiras, passando, portanto, a competir de igual para igual com o comércio local, em geral.

Em função desta postura, além de um órgão de representação dos interesses dos proprietários rurais, as cooperativas tornaram-se verdadeiras empresas que em geral, defendiam os interesses dos grandes proprietários e do próprio Estado, relegando a segundo plano ou até esquecendo as necessidades dos pequenos e médios produtores. Como empresas, passaram a implementar, no meio rural do Estado, a modernização da lavoura e a adequação desta às necessidades e exigências do modelo de produção em expansão.

Os sindicatos dos produtores rurais não fugiram à "sina". Assim como as cooperativas, estes, inicialmente órgãos de classe dos pecuaristas, constituíram-se em organismos de apoio ao sistema, defendendo, geralmente, os interesses dos grandes proprietários rurais. A conjunção das aspirações dos antigos fazendeiros e da nova classe dos granjeiros, pelo consorciamento

das suas atividades em vista da modernização e estabilização do processo produtivo, fez dos sindicatos entidades representativas de seus interesses.

O objetivo básico dos sindicatos era a defesa dos interesses dos seus associados através do aparelhamento destes, para que pudessem enfrentar a luta da competição econômica. Este aparelhamento compreendia a orientação no sentido da adoção de técnicas modernas mais apropriadas, tanto na agricultura como na pecuária, e a assistência e acompanhamento dos associados em questões trabalhistas, na política agrícola, na assistência médica e odontológica, etc. Nos momentos de crise, os problemas comuns e as mesmas reivindicações levaram os sindicalistas a se mostrarem solidários na luta pelos seus interesses. Mesmo assim, os sindicatos não fugiram à regra do sistema: sua luta sempre girou em torno do que o próprio sistema capitalista exigia: maior produtividade, maior lucratividade e "participação social" mais efetiva. Por isso, concomitantemente em que atendiam as necessidades de seus associados, os sindicatos oportunizavam a implementação do sistema, divulgando os valores e a estrutura de produção do capitalismo. Houve momentos, principalmente nos últimos anos, em que alguns problemas mais afetos aos pequenos e médios proprietários, ameaçados de perderem seu poder aquisitivo e, em diversos casos, já privados de suas propriedades, foram temas de discussão e até bandeira de luta de muitos sindicatos. Estes, no entanto, foram movimentos esporádicos e não temários preponderantes nos mesmos.

É evidente que este papel ideológico dos sindicatos e seu atrelamento ao Estado se deve, em grande parte, à política sindical existente no país desde o seu nascedouro. Interferindo na sua política, limitando sua ação, cassando seus líderes e, em muitos momentos, controlando-os de forma violenta, o Estado conseguiu fazer dos sindicatos um instrumento útil para a concretização de sua política desenvolvimentista.

Outros agentes que tiveram influência significativa no processo de expansão capitalista no meio rural foram os frigoríficos e as empresas comerciais. Os frigoríficos, incentivando, através de orientação e financiamento, a produção de suínos, de aves, de gado leiteiro e de corte, adequaram, dessa forma, a produção agrícola aos seus interesses empresariais e aos interesses do sistema. Da mesma forma, as empresas comerciais buscaram criar uma infra-estrutura de financiamento, de crédito e de controle que viabilizasse a participação mais efetiva dos agricultores no consumo dos produtos oferecidos pelo mercado. Pela adequação da produção e do consumo aos seus interesses, estes agentes conseguiram impor aos agricultores um comportamento produtivista e consumista e com isso, (visto que os preços mais elevados dos produtos industrializados favoreciam estes agentes) boa parte do lucro da produção agrícola passou a lhes pertencer.

A EMATER (6), órgão vinculado à Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, contribuiu de igual forma para a implementação do sistema agroexportador, principalmente pela divulgação de métodos e técnicas de produção agrícola, adequadas aos interesses das empresas comerciais e industriais do país. Desconhecendo ou desconsiderando a cultura e a tradição agrícola do trabalhador rural, os técnicos da EMATER estenderam, sob o pretexto de mais eficientes e produtivos, os métodos de produção adequados aos objetivos do capitalismo urbano-industrial.

No plano ideológico, temos a destacar, também, os papéis dos meios de comunicação social, da família, da Igreja e da escola.

No atual contexto das relações sociais, cabe um papel preponderante aos MCS na transmissão e, até certo ponto, na elaboração da cultura de um país. Os MCS "são os carregadores e os transformadores da cultura, isto é, da maneira de comer, de fu-

mar, de dançar, de cantar, de morar, de viajar, de beber, de se vestir, etc." (7) Substituindo a cultura regional e a tradição, ou manipulando-as de acordo com os objetivos do capital, os MCS têm contribuído para a construção de uma identidade cultural do trabalhador rural que se adequa aos interesses do sistema sócio-econômico em implantação. Ocupando-se, em boa parte do tempo, com propaganda, eles têm criado ou reforçado nos indivíduos desejos e necessidades que vêm ao encontro dos interesses do capitalismo, como o consumo de mercadorias e a criação da ilusão de uma felicidade conquistável a preço de riquezas e capital.

Manipulando notícias, mostrando apenas o que interessa aos patrocinadores, condicionando clientes ou impondo determinados padrões de comportamento e hábitos de vida, os MCS têm contribuído para a manutenção e expansão do capitalismo no país e na região em estudo.

O papel não menos importante, nesse processo, coube à família. Ela é a primeira instituição com que uma pessoa entra em contato em sua vida.

A função ideológica da família, numa sociedade burguesa, pode ser inferido do próprio ideal de família que propaga. Sabemos que, a partir da Revolução Industrial, a família do tipo conjugal passou a ser considerada como ideal. As características principais desse tipo de família são: a relativa exclusão da grande parte dos parentes afins e consangüíneos dos negócios da família; a diminuição da freqüência da interação social com os parentes; a escolha livre entre os cônjuges, a partir de um sistema de cortejamento baseado nas leis do mercado ou de troca e o direito ao rompimento dos laços matrimoniais, caso as relações entre marido e mulher forem instáveis e/ou insuportáveis. (8) Desse esboço, podemos extrair os princípios que sustentam a família do tipo burguês: o individualismo, a competição, o isolamento, o consumismo e a indiferença afetiva e moral em relação aos indi-

vídúos que vivem fora de seu contexto.

Na sociedade capitalista, ela tem a função fundamental de procriar, manter e socializar os filhos. Alimentando o individualismo e vivenciando relações de poder a partir de critérios da sociedade capitalista, a família tem, na realidade, fortalecido o egocentrismo e realimentado as idéias de dominação do homem sobre a mulher, do pai sobre o filho, do irmão mais velho sobre o mais moço, do filho homem sobre a filha mulher, o que reforça as relações sociais do tipo capitalista. Assimilando e vivenciando estes valores, a família do agricultor está contribuindo para a implantação e o fortalecimento da ideologia do sistema capitalista.

O papel da Igreja (9) no contexto das relações capitalistas já é bem mais complexo. Não há dúvidas que houve momentos em que ela serviu ao sistema, principalmente contribuindo para alienar o povo, através do encobrimento das contradições do sistema econômico implantado no país após 1964. Ao menos no período de 64 a 68, constatamos a convivência da igreja com o Estado, pois, além de não denunciar e criticar a situação social, a absolutização do poder, a corrupção dela decorrente e a dominação e opressão resultantes da situação estrutural imposta à nação, assume uma função conciliatória com o Governo, procurando, dessa forma, manter uma posição de neutralidade. Neste período, a Igreja serviu de intermediária, principalmente entre os movimentos operários e de estudantes como o governo central.

A partir do final da década de 60, no entanto, com o fortalecimento, dentro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da corrente de bispos e religiosos mais preocupados com a questão social do povo brasileiro, o discurso oficial e a pastoral da Igreja Católica passam a contestar o regime implantado. Os documentos e pronunciamentos oficiais começam a ter tons de denúncia e oposição. Com a promulgação do AI-5, a situação do

país se deteriora em nível de política e em grau de repressão. A perseguição a religiosos e religiosas, a estudantes, a professores, a líderes comunitários, a presidentes de sindicatos e de outras organizações camponesas, além dos mais diversos tipos de operações dos agentes de repressão do Governo, buscando difamar o nome de pessoas de prestígio na hierarquia da Igreja, levou a CNBB, instituição oficial da Igreja Católica do Brasil, a tomar uma posição mais crítica em relação ao Governo e ao sistema sócio-econômico por ele implantado no país. Assumindo uma posição cada vez mais distanciada do Governo, a Igreja começou a denunciar as torturas e outras formas de violência existentes no país e a mostrar as contradições do regime, como a negação da justiça aos pobres, a má distribuição das terras, a exploração indiscriminada dos operários, as más condições de educação e de saúde de grande parte da população brasileira, a impunidade de corruptos e de policiais criminosos e a facciosidade da ideologia da Lei de Segurança Nacional. Juntamente com as suas preocupações de ordem teológica, sacramental e pastoral, os padres e religiosos católicos passaram a se ocupar com os problemas políticos e sociais do país, buscando oferecer aos fiéis subsídios para a compreensão e realização de uma ordem social mais justa. Cabe destacar porém, que a crítica oficial se limitou, basicamente, à contestação do regime implantado, não havendo, uma oposição mais radical contra o sistema capitalista como tal. A crítica oficial da Igreja, manifestada pela cúpula hegemônica da CNBB, se fixou na denúncia de algumas conseqüências do sistema, mas as raízes capitalistas não foram atingidas. As propostas alternativas ao sistema, quando ocorreram, surgiram de grupos não hegemônicos e de manifestações isoladas de pessoas e grupos. Oficialmente, a Igreja manteve-se cautelosa, o que tem facilitado a implementação do sistema capitalista.(10)

Resta analisar a função ideológica da escola neste contexto de mudanças. Estudos realizados definem o papel da escola,

- 113 -

no sistema capitalista, como aparelho ideológico do Estado, (11) como instrumento de reprodução social (12), de desenvolvimento sócio-econômico (13), de controle/dominação econômica e política de uma classe sobre a outra (14), de força política da classe do minante (15) de opressão (16) ou de conservação e reprodução das condições vigentes na sociedade (17). Todos estes estudos, parecem revelar não apenas abordagens diferentes de um mesmo problema, mas as diferentes formas em que a escola é utilizada para atender interesses do sistema. No caso da realidade em estudo, ela parece ser, fundamentalmente, um instrumento de reprodução ideológica, não tanto pelas idéias que veicula, mas, principalmente, pela sua ineficiência no tratamento de questões pertinentes à realidade dos alunos de cada localidade. Esta é, aliás, a única diferença entre a escola do meio rural e a escola urbana: a sua maior ineficácia em relação a essa última, mormente se analisada como agência de transformação e/ou de modernização. A única contribuição que tem dado é ter ajudado, de forma precária, no processo de selecionamento de alguns membros das comunidades rurais que, posteriormente, se transformaram, com raras exceções, em ideólogos e trabalhadores do sistema vigente. A grande massa da população rural, no entanto, não foi e continua não sendo atendida pela escola. O ensino que nela é oferecido é eficaz para o sistema, pela ineficiência no trato das questões dos agricultores. Na indiferença da escola em questionar os problemas e as situações de exploração, que ocorrem, no meio rural, reside, exatamente, a sua função reprodutora. Esse papel ela tem exercido, nos parece, com muita propriedade nos últimos anos. (18).

2.0 - AS PRINCIPAIS MUDANÇAS SÓCIO-ECONÔMICAS E CULTURAIS OCORRIDAS NA REGIÃO

A substituição gradativa da agricultura de subsistência pela agricultura voltada para a produção de mercado trouxe consigo alterações significativas quanto à propriedade, ao uso de técnicas modernas de produção, às ocupações das pessoas; introduziu um novo processo de trabalho e fez surgir novas necessidades nos indivíduos.

No período da produção para a subsistência, como vimos anteriormente a pequena propriedade que compreendia, em média, 25 hectares, era suficiente para manter a família do agricultor. Neste período, a produção agropecuária era caracterizada mais pelo valor de uso do que pelo valor de troca. Não existia especialização em determinada cultura; as unidades produtivas voltadas à subsistência se dedicavam à produção de várias culturas: milho, feijão, arroz, mandioca, trigo, erva-mate, cana-de-açúcar, criação de aves, suínos e gado bovino. Só o excedente era comercializado no mercado local.

Já no final desse primeiro período, à medida que cresce a família do colono, o problema fundiário se agrava. As propriedades sofrem um processo de esfacelamento, o que determina a redução de sua área. Na busca de solução para esse problema, muitos colonos começam a se transferir para outras frentes agrícolas, mormente Santa Catarina e Paraná.

Na década de 50, a agricultura de subsistência começa a ser substituída pelas culturas do trigo e da soja. A introdução destas culturas, que exigem maiores extensões de terras e alta tecnologia, agrava a estrutura fundiária existente, bem como a situação da agropecuária da região. A política de modernização, implantada no meio agrícola da região, caracterizou-se pela

introdução de novas técnicas de produção. Para tanto, o governo passou a subsidiar as atividades agropecuárias, especialmente daquelas propriedades com maiores extensões de terra. Só mais tarde a pequena propriedade passou a receber, também, incentivos para a modernização do seu processo produtivo.

As pequenas extensões de terra da maioria dos agricultores, no entanto, os impossibilita de explorar lucrativamente suas propriedades. Isto provoca, a partir de 1970, o fenômeno da aglutinação das propriedades menores e a migração dos colonos para os centros urbanos ou para outros estados da Federação. Muitos deles acabam se proletarizando.

O novo processo de produção veio aguçar, até certo ponto, as contradições da região. De um lado, tem-se a exigência da produção especializada, com um alto índice de aplicação da moderna tecnologia, extensões de terra razoáveis, grandes volumes de capital e a racionalização no uso da mão-de-obra. De outro, mantém-se uma estrutura fundiária retalhada em pequenas propriedades, sem condições para atender as exigências do processo em curso.

As alterações no processo produtivo repercute, de igual forma, nas relações de trabalho. Na região, houve dois períodos distintos na utilização da mão-de-obra: o primeiro, com características pré-capitalistas, em que a força de trabalho é utilizada na produção de subsistência. O trabalho, realizado pela família do produtor, não tem valor de mercadoria e não existe, praticamente, o trabalho assalariado.

Neste primeiro período, há uma sup^{er}exploração do fator trabalho, bem como do fator terra. Isto se deve, em parte, ao baixo índice de tecnologia, ao uso de instrumentos manuais pouco desenvolvidos (enxada, foice, plantadeira manual, etc.), e às técnicas pouco eficientes na conservação ou recuperação de solos. A utilização de técnicas não adequadas acarreta o mau apro-

veitamento do solo, esgotando rapidamente sua fertilidade, o que provoca a queda na produtividade. Este fenômeno é acompanhado por um desgaste muito grande da mão-de-obra empregada nas lides agropecuárias. Em conseqüência, *"as pequenas propriedades em regime de produção de subsistência, estruturalmente bloqueadas, não conseguem acumular recursos a um nível que lhes permita a ampliação de sua área e a modernização tecnológica. Simplesmente reproduzem a forma em que realizam a produção. Na grande propriedade, a supervalorização da força de trabalho continua presente, aliada a um subaproveitamento da propriedade fundiária, decorrente da extensão da terra e da tecnologia empregada. Esta última não diferindo da empregada nas pequenas propriedades."* (19)

O segundo período compreende o da especialização do processo produtivo. É o início da introdução de técnicas modernas de produção de trigo e soja, mais tarde acompanhadas, também, por novas formas de produção de suínos e aves. A introdução destas culturas acarreta mudanças no uso da força de trabalho, principalmente pela exigência da especialização e pela transformação do trabalho em mercadoria.

Na medida em que a produção realizada nos estabelecimentos passa do carácter de subsistência para mercadoria, também o trabalho assume carácter de mercadoria, constituindo-se, portanto, num valor de troca. Ocorre a transformação do agricultor de trabalhador para a subsistência em assalariado. É o processo de proletarização que se acentua, à medida que a produção primária se desenvolve e exige cada vez maiores investimentos. Em conseqüência, um grande número de pequenos proprietários e parceiros (20) passa a trabalhar como assalariados no meio rural ou vem para a cidade engrossar o contingente da mão-de-obra de reserva.

Foi a partir de 1970, principalmente, que se consolidou o uso, em larga escala, do capital nas atividades agrárias, estímulo direcionado, basicamente, para a produção do trigo e da

soja.

Cabe destacar, ainda, que a forma como se realiza o processo da produção das culturas para o mercado passa, inicialmente, por um período de transição onde as relações entre os agentes não são de um tipo definido. A estrutura de uso e posse da mão-de-obra incorporada e da tecnologia assumem formas variadas, permitindo, durante o processo, relações que caracterizam uma economia de subsistência ao lado de relações tipicamente capitalistas. O capital introduzido vai, portanto, gradativamente, forçando alterações profundas não só na realização da produção, como também nas relações sociais que a partir de então se estabelecem.

Com efeito, a realidade sócio-cultural do período da produção para a subsistência, alicerçada numa cosmovisão mítico-religiosa agrária, passa a dar lugar a um novo modo de ver e pensar a realidade. As novas relações que se estabelecem entre os agricultores e os centros urbanos, a expansão dos modernos meios de comunicação social, a transferência de boa parte da mão-de-obra da família do produtor agrícola para as cidades, o crescimento da importância da escola como agente reprodutor da ideologia capitalista e, enfim, a introdução de novas instituições sociais ou a redefinição das já anteriormente existentes, fizeram com que fossem rompidas os tradicionais mecanismos de controle social e introduzidas novas idéias quanto à interpretação e a organização cósmica do "mundo rural".

No capitalismo, o processo de modernização sócio-cultural tem como base dois fatores: a disponibilidade de recursos para o consumo de bens e a necessidade de consumi-los. Para que o consumo ocorra, não basta que o agricultor tenha recursos, é preciso que ele sinta necessidade de consumir os bens e serviços que lhe são oferecidos pelo novo contexto que se lhe apresenta. Por isso, neste sistema, assume papel preponderante a propaganda, pela qual os indivíduos são condicionados ao consumo dos ob-

jetos oferecidos em lojas, supermercados e cooperativas. Para que este condicionamento ocorra, os diversos agentes passam a "bombardear" os consumidores com oferta de produtos que facilitam suas vidas, aumentam a lucratividade e trazem satisfação e felicidade.

O fenômeno da modernização sócio-cultural da região não fugiu à regra deste condicionamento. Inicialmente, ela ocorreu pela transformação do valor da produção que de subsistência passou para a de mercado. Isto introduziu um novo sentido nos objetos produzidos e consumidos pelos agricultores, pois, de bens de uso, passam a ter, também, um sentido de valor de troca. Em consequência, o novo mundo que se apresenta aos agricultores é um mundo comprável, cujo preço pode ser negociado em lojas e supermercados. Para tanto, cada qual deverá apenas se equipar do recurso necessário para a troca: a mercadoria. Esta, porém, só poderá ser adquirida pelo dinheiro, que é a grandeza que torna os objetos (mercadorias) qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis, exercendo a função de medida universal dos valores. Por isso, o dinheiro se constitui no objeto principal dos agricultores, pois, por meio dele, o "mundo" se torna acessível.

Mas, para que a necessidade surja, é preciso que os agricultores tenham tempo livre para o consumo dos bens oferecidos. Este tempo livre é conseguido pela redução do tempo socialmente necessário para a produção, o que é alcançado pela introdução de técnicas modernas de plantio, de controle de ervas daninhas e pestes, e do aperfeiçoamento das técnicas de colheita e armazenamento. Também o trabalho socialmente necessário para as lides complementares na propriedade rural, como trato de animais e o serviço da própria casa, é reduzido pela introdução de equipamentos, instalações e eletrodomésticos. Com isso, cria-se um tempo livre para o agricultor, tempo que é preenchido para o consumo de bens de mercado e de serviços que o contexto social

oferece.

Os serviços são implantados na região de acordo com a exigência da totalidade das atividades produtivas, especialmente aquelas voltadas para a atividade agropecuária. Assim, à medida que a produção agropecuária se volta para o atendimento das exigências do mercado oligopolítico nacional e internacional, expandem-se os serviços econômicos (transportes e casas de crédito), os serviços sociais (comunicações, saneamento e energia elétrica) e os serviços voltados para o atendimento da saúde da população (atendimento médico, hospitais, consultórios, postos da saúde, farmácias,...). Também os setores da educação e cultura sofrem as conseqüências do processo implantado: há um aumento considerável de escolas de 1º e 2º graus, além da expansão de vagas no ensino superior. Ocorre, também, o incremento para que sejam ampliadas e conservadas as manifestações culturais da região, bem como introduzidos novos hábitos, com a implantação de bibliotecas, a realização de festivais, de festas com repercussão estadual e nacional, promoções esportivas e outras. Igrejas, partidos políticos, sindicatos e associações de classe e representações empresariais, passam a organizar, com relativa frequência, encontros e cursos com o objetivo de oportunizar uma melhor preparação de seus membros, a formação de quadros, o aperfeiçoamento profissional, além da promoção da cultura geral.

No transporte há um considerável crescimento das vias ferroviárias, fluviais e, principalmente, rodoviárias. Apesar de os custos do transporte rodoviário serem mais elevados, persiste o uso deste na região, devido a condicionamentos infra-estruturais, como a deficiência dos demais tipos de transportes e o constante aumento da produção primária da região. Em conseqüência, a cada ano cresce o número de ciclomotores, automóveis, caminhonetes, utilitários, veículos de transporte coletivo e veículos de carga.

As casas de crédito e o comércio se expandem com o

binômio trigo-soja. A necessidade crescente de recursos financeiros para a produção em larga escala, tem provocado a instalação das redes bancárias e outros tipos de casas de créditos. O progressivo uso de financiamento bancário, a mecanização da lavoura, o uso de adubos, fertilizantes, corretivos de solos, têm produzido uma mudança ao nível da quantidade e da qualidade do produto, tornando os agricultores consumidores, em larga escala, dos produtos de mercado. Com isso, abriram-se novas perspectivas para o comércio que vem se ampliando consideravelmente.

Muitos dos estabelecimentos que se instalaram nesta região, o fazem a título de interesses próprios sendo que o trabalho com o produtor, propriamente dito, penetra naturalmente, por iniciativa do próprio produtor. Por isso, acompanhar o desenvolvimento da agricultura é o grande desafio imposto aos bancos e casas de crédito, haja vista que, em realidade, os produtores passam a exigir sempre maiores vantagens em termos de financiamentos, créditos, repasses e outras formas de desviar o problema burocrático das mãos do produtor.

Nas comunicações, há notável progresso nos setores da telefonia, da radiofonia, da televisão e dos correios e telégrafos. A região, atualmente, é atingida pelas programações da Rede Brasil Sul de Comunicações, rádio e televisão, pela TV Bandeirantes e TV Guáiba. É significativo, também, o número de emissoras de rádio AM e FM. Da mesma forma, a circulação de jornais e revistas apresenta um aumento considerável.

Todos estes fatores têm influenciado poderosamente sobre o modo de ser e pensar dos agricultores, provocando mudanças no seu modo de interpretar, valores e vivenciar a vida. Essas mudanças serão tema de análise do capítulo que segue.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. Atílio ALÉSSIO. As relações entre grupos rurais em Cruz Alta, num processo de modernização da estrutura produtiva. Rio de Janeiro, F.G.V., 1981, mim. (tese de mestrado), p. 55.
02. Id. Ibid., p. 57.
03. FIDENE. Caracterização do DGE-38. Ijuí, s.d., mim. p. 105.
04. Paulo R. BESKOW. Agricultura e capitalismo no Brasil. IN: Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, v. 3, n.19, p. 114.
05. Atílio ALÉSSIO. op. cit., p. 86.
06. EMATER. Associação Riograndense de Empreendimentos e de Assistência Técnica e Extensão Rural.
07. Pedrinho GUARESCHI. Sociologia crítica: alternativas de mudanças. Porto Alegre, Mundo Jovem, 1984, p. 115.
08. Cf. William J. GOODE. Revolução mundial e padrões de família. São Paulo, Nacional, 1969, p. 10-15.
09. Quando usamos o termo Igreja, estamos falando na Igreja Católica Apostólica Romana.
10. Cf. J.B. L BÂNIO. Conflito Igreja - Estado. IN: Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1978, v. 4, p. 34-39.
11. Louis ALTHUSSER. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa, Presença, 1980.

12. Pierre BOUIDIEU e J. C. PASSERON. A reprodução. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1975.
13. Theodore SCHULTZ. O capitalismo humano. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
14. EIAP/CPDA/IESAE/FGV. Trabalho rural e alternativas metodológicas de educação. Rio de Janeiro, 1980, v.I.
15. Antonio GRAMSCI. Os intelectuais e a organização da cultura. 3. ed., Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1979.
16. Paulo FREIRE. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
17. Wagner ROSSI. Capitalismo e educação. 2. ed., São Paulo, Moraes, 1980.
18. DALMORO, fazendo um estudo do significado da instituição escolar no município de Sananduva (RS), concluiu que, a partir das transformações introduzidas pelo Estado nas décadas de 1930 e 1940, a escola passou a ser uma instituição na qual, aos poucos, os colonos passaram à posição de "sócios-menores", especialmente sujeitos à normas e regulamentos determinados pelo Estado. Este, como "sócio-maior", estabelecia programas, definia horários e o padrão aceitável de aprendizagem". Cf. Selina M. DAL MORO. De escola paroquial à escola pública: o significado da escola no desenvolvimento de Sananduva/RS. Rio de Janeiro, FGV, 1985 (tese de mestrado) mimeo., p. 218.
19. FIDENE, op. cit., p. 93.
20. Entende-se, neste texto, como parceiro aquele produtor sem propriedade rural que arrenda uma porção de terra para o cultivo de produtos agrícolas e paga o aluguel da mesma através de um percentual da produção que obtém em cada colheita.

CAPÍTULO TERCEIRO

A SECULARIZAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DA COSMOVISÃO DOS AGRICULTORES: NOVO PADRÃO DE VIDA E ALTERAÇÕES DOS VALORES MORAIS

1.0 - CONSIDERAÇÕES SOBRE OBJETIVOS E METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentaremos os dados coletados através de entrevistas e observações assistemáticas, junto aos agricultores de Oeste e Vista Alegre. Como já referimos na Introdução do presente trabalho, a metodologia utilizada para a apresentação e interpretação dos dados, é predominantemente qualitativa e crítica. Para a definição dos valores que serão analisados, foram levados em conta algumas questões que consideramos mais significativas dentro do contexto atual, como a preocupação com a riqueza e a propriedade, com a conservação da natureza, a importância do trabalho, o valor da família, o significado da vida sexual, o valor dos princípios de honra, honestidade, companheirismo e amizade, o consumismo e a ânsia pelo dinheiro como critérios de felicidade e de liberdade, a hierarquia de poder na família e na comunidade e a importância da religião na determinação dos valores morais dos agricultores. A definição destes aspectos com os princípios e valores morais que envolvem foi feita, levando-se em conta os depoimentos de pessoas que tinham e têm conhecimento da realidade em estudo e as diversas bibliografias consultadas sobre o tema.

A apresentação e análise dos dados foi feita dentro do quadro teórico, evidenciando-se a relação entre a infra-estrutura sócio-econômica e a superestrutura ideológica com os critérios de valoração que os agricultores apresentam. Por isso, nos preocupamos em apresentar, além do valor em si, o contexto concreto em que ele é criado e vivenciado.

Cabe destacar, ainda, que, embora não tenhamos descuidado dos aspectos quantitativos, a preocupação predominantemente qualitativa-crítica levou-nos a apresentar, em certos momentos, determinados depoimentos que, mesmo pouco representativos em termos quantitativos, qualitativamente foram muito importante para a nossa análise. Em termos quantitativos, relatamos apenas o número de afirmações coincidentes.

Para a interpretação e a análise dos resultados, os depoimentos dos agricultores foram classificados e categorizados, no sentido de obtermos agrupamentos coincidentes em torno das questões levantadas a partir do critério da recorrência. Depois de conjugados, acabamos por definir sete grandes itens em torno dos quais fizemos a análise dos valores morais. Esses itens, com os valores morais que envolvem, passamos a descrever a seguir.

2.0 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

2.1 - Produção para o mercado: a mudança nas relações com a natureza e a propriedade agrícola e suas implicações morais.

No contexto das relações capitalistas de produção e reprodução da vida, a orientação para a riqueza se constitui num dos principais estímulos e num dos critérios básicos para a definição da conduta e da consciência moral dos indivíduos.

A vida econômica de uma sociedade compreende, em primeiro plano, a produção material de bens destinados a satisfazer as necessidades vitais; alimentar-se, vestir-se, morar. Para tanto, o ser humano realiza, pelo trabalho, a transformação da natureza e adequa os objetos às suas necessidades. Com a mudança introduzida historicamente pelo homem, transformando os objetos de bens de uso em bens de troca (mercadoria), ele provocou a concomitante alteração nas relações dele com os meios que produzem esses objetos. Assim, a terra, de mero meio produtor de bens de uso, foi transformada em propriedade (mercadoria) e meio produtor de bens de consumo. A relação inicial do ser humano com a natureza e principalmente com a terra, como meio fornecedor de bens necessários para a subsistência, com o surgimento da propriedade privada e, principalmente, com o capitalismo, é acrescida de um novo sentido, pela sua transformação em meio de produção e reprodução de riquezas e de acumulação de capital.

A relação que o ser humano estabelece com a natureza, em si mesma, não tem valor moral. Mas a implicação neste nível surge, quando a relação homem-natureza, homem-terra, repercute sobre o bem-estar da humanidade. Se considerarmos que a preservação da natureza é condição para a preservação da vida humana, temos que concluir que a ação destruidora que o homem hoje está promovendo sobre meio ambiente, tem implicações morais significativas. Acreditamos que não é moralmente bom e nem eticamente justo que em função do lucro e da produtividade, se ameace o presente e o futuro da espécie humana, seja pela ação destruidora provocada, ou pelo descompromisso que este modelo econômico apresenta em relação à criação de condições para a manutenção da natureza.

É esta relação do homem com a natureza que procuramos estudar neste momento, partindo dos dados levantados junto aos agricultores de Oeste e Vista Alegre.

Para tanto, partimos da análise das respostas às seguintes questões:

1 - Qual é o melhor lugar para se viver? 2 - O senhor já pensou alguma vez vender sua terra? Por quê? 3 - O que o senhor produz na sua propriedade e para quê? 4 - O senhor usa inseticidas, herbicidas, adubos químicos em sua propriedade? Por quê?

Com a primeira questão, pretendemos constatar o apego do agricultor a sua propriedade, os motivos desse apego e o sentido que ela tem em sua vida. Pela segunda, além de complementar a primeira, buscamos constatar se existe o desejo do agricultor se apropriar de mais terras, e qual a razão desse desejo. Além disso, queríamos descobrir os motivos que levam o agricultor a se transferir para os centros urbanos, caso manifeste tal aspiração. Através da terceira questão, almejamos verificar a finalidade da produção dos agricultores e, pela última, o nível de preocupação do agricultor com a conservação da natureza, bem como, as razões que o levam a explorar indiscriminadamente suas terras.

Vinte e dois (22) dos trinta e dois (32) agricultores manifestaram preferência por viver no meio rural, apresentando para tanto, diversas razões. Para 12 deles, o desejo de permanecer em suas propriedades, deve-se às melhores condições naturais de vida que a propriedade do meio rural oferece, como atesta o seu depoimento:

"O melhor lugar para morar é aqui, porque o ar é puro, não há poluição, não é tão apertado e é mais calmo. Aqui a gente vive fora de muita confusão e conversa e se tem de tudo para comer."

A preocupação com a qualidade de vida também aparece no depoimento que segue, analisado, porém, do ponto de vista de sua organização estrutural. Esta é a opinião de 7 agricultores:

"Eu gosto de morar aqui, porque a terra é boa e tem eletrificação rural; as 'localidades' estão bem estruturadas, têm escolas e não têm problemas de estradas. Por isso, morar aqui é quase como morar na cidade. Aqui a gente tem até telefonia rural e a cooperativa está instalada."

Houve agricultores, três (3), que manifestaram sua preferência por razões de ordem afetiva:

"O melhor lugar é aqui, porque aqui nasci e aqui me criei: a gente sempre puxa pela terrinha natal. É bom aqui, porque, graças a Deus, me dou bem com todo o mundo e estou conseguindo atender os compromissos que a gente fez."

Como podemos verificar, em todos esses depoimentos, transparecem dois fatores que são fundamentais no estabelecimento da preferência dos agricultores pela vida no meio rural: as condições de sobrevivência (ar puro, ausência de poluição, calma, alimentação, instalações, estradas...) e a perspectiva de poder manter o "status quo" ou, então, enriquecer.

Com efeito, aqueles agricultores que vêem atendidas suas necessidades vitais e para os quais a propriedade agrícola possibilita a manutenção da perspectiva de enriquecer, consideram o local onde moram como o melhor. Outros, porém, ou por anseio por melhores condições de vida e um trabalho menos penoso, ou pelo desejo de ampliarem suas propriedades através da aquisição de novas terras em outras regiões do país, acham o lugar onde vivem ruim, o trabalho agrícola penoso e a vida que levam monótona. Isto atestavam os depoimentos dos outros 10 agricultores em relação à primeira pergunta.

Podemos constatar, porém, mais claramente este fato, nas respostas relativas à questão sobre o desejo da venda da propriedade. A grande maioria dos agricultores, vinte e seis (26), já pensou ou está pensando vender suas terras para ir morar em outros locais, como nas regiões agrícolas do Pará, Mato Grosso,

Paraná e Goiás. Lá, afirmaram 21 deles:

"existe maior liberdade e possibilidade de adquirir uma maior área de terra. Lá é melhor, porque o cara trabalha tudo com máquina e não precisa ficar só no braço."

Três (3) agricultores, decepcionados com o trabalho agrícola, acham que a solução está na busca de uma alternativa de vida:

"Aqui na colônia a gente marca passo e não vai pra frente. Pensei sair daqui para ir trabalhar na cidade."

Outros dois (2), disseram que, se tivessem condições, iriam se transferir para a cidade, para garantir um futuro melhor para os filhos:

"Se fosse rico, talvez moraria na cidade para dar estudo para os filhos."

Os demais seis agricultores não manifestaram interesse em sair do local onde moram.

Estes depoimentos mostram que, apesar da aparente divergência nos motivos, há um fator determinante comum, que secundariza as intenções de todos os agricultores; o desejo de melhorar as condições de vida e de enriquecer. A busca da riqueza e o desejo de melhores dias não é uma exclusividade dos tempos atuais, pois este sentimento já o podemos constatar nos primeiros imigrantes italianos. No entanto, em nenhum momento anterior, este sentimento esteve presente de maneira tão marcante, a ponto de um agricultor afirmar:

"Hoje, o que vale é ganhar dinheiro, o resto é besteira!"

Isto está determinando, atualmente, uma mudança radical na relação do agricultor com sua propriedade, pois cada vez mais ele passa a valorizá-la fundamentalmente como meio produtor de bens de mercado, ficando em segundo plano a preocupação com

a produção de bens necessários a sua sobrevivência. Além disso, levado pelo desejo da produção e do lucro, ele está passando a explorar a terra de forma indiscriminada, não se preocupando com sua conservação. Perguntados sobre o que produziam e para que, a seguinte resposta apareceu em 30 oportunidades:

"Planto soja e milho para vender. Também crio porco para vender, mas, com o preço do porco, agora não dá para continuar."

Dos outros dois (2) entrevistados, um disse que trabalhava com avicultura e o outro era apenas empregado, recebendo um determinado salário.

Embora todos os agricultores também produzam bens para sua subsistência, o que mais os preocupa é a produção de bens de mercado. Buscando cada vez produzir mais, eles não medem esforços pessoais e pouco se preocupam com a conservação da natureza. Isto pudemos constatar quando perguntamos sobre o uso de inseticidas, herbicidas e adubos químicos. As respostas podem ser sintetizadas na seguinte afirmação:

"Uso adubo químico, porque dá melhor produção. Veneno não precisa, porque a terra é limpa e não existe muita peste. Depois é perigoso usar estes venenos, porque a gente pode até perder a vida e a gente consegue conservar limpa a terra sem estas drogas."

Este foi o depoimento de 14 agricultores.

Pelo depoimento, poderíamos até concluir que há agricultores que se preocupam com a conservação da natureza. Não queremos negar isto de forma absoluta, mas relativizar tal preocupação. Senão, analisemos o que revelam as explicações que aparecem neste depoimento em relação ao não uso de venenos na propriedade rural: *"veneno não precisa, porque a terra é limpa e não existe muita peste."* E, mais adiante: *"e a gente consegue conservar limpa a terra sem estas drogas."* Ao que nos parece, as prin-

cipais razões que levam os agricultores a rejeitarem o uso de agrotóxicos, não são as preocupações com a conservação da natureza, mas as condições favoráveis de exploração da propriedade rural sem a necessidade do uso dos mesmos. A pergunta que levantamos é a seguinte: Caso houvesse necessidade do uso de agrotóxicos para manter ou aumentar a produtividade das lavouras, os agricultores se negariam a usá-los por razões de ordem ética? Parece-nos que não.

Esta tese se torna mais contundente, ao analisarmos os depoimentos dos agricultores que possuem propriedades maiores, acima de 50 hectares, com características de exploração em larga escala. Constatamos que estes, num total de quinze, costumam usar agrotóxicos em suas lavouras. Quando perguntamos o motivo do uso desses produtos, a maioria justificou apresentando duas razões: 1) que o Banco do Brasil só financia o combate às pragas através de produtos químicos e, 2) que não há outra alternativa para o controle das pragas, a não ser a capina, mas esta técnica é inviável economicamente, pelo alto custo da mão-de-obra e a ausência de financiamento para a mesma.

Nisto transparece a dependência criada no agricultor, em decorrência da subjugação da produção agrícola ao modo de produção capitalista. Cabe ressaltar que este fenômeno ocorre de forma estrutural, como um processo de múltiplas faces e que envolve todas as zonas do pensamento e da atividade humana. Envolve, por isso mesmo, a dimensão ética da relação do agricultor com o seu meio, especificamente a terra de sua propriedade.

A terra, e no sentido mais abrangente, a própria natureza, em si mesmas, não encerram limitações morais. Estas só adquirem significado valorativo à luz dos objetivos e tarefas da sociedade como um todo. Por isso, o que está em jogo nesta relação do ser humano com a natureza são os interesses da sociedade que, infelizmente, na sociedade capitalista, são reduzidos aos interesses do capital. A exploração indiscriminada da natureza e

o utilitarismo frio, estão destruindo tudo em vista do lucro imediato. Este reducionismo está acabando com o meio circundante e modificando os próprios sentimentos do ser humano para com a natureza. Nos agricultores em estudo, esta é uma realidade que está tomando conta do seu modo de ser, pensar e valorar a vida. Tudo passa a girar em torno da lucratividade, o que alimenta a indiferença moral dos agricultores em relação à natureza e suas propriedades. Embora muitos agricultores valorizem a vida no meio rural pelos benefícios naturais que ela apresenta, poucos deles estão preocupados com a preservação desses benefícios. É verdade, também, que o agricultor italiano jamais se preocupou com a preservação da natureza, mas esta indiferença tem crescido nos últimos anos com a mudança no modo de produção.

2.2 - As mudanças nas relações de trabalho e suas implicações morais: lucratividade X criatividade.

No capítulo 2, mostramos que o trabalho foi um valor importantíssimo para os imigrantes italianos e condições para a sua sobrevivência. Neste momento, buscamos verificar qual a importância desse valor, hoje, entre os agricultores do Oeste e Vista Alegre. Para tanto, analisaremos, inicialmente, as respostas das questões: 1) A pessoa que não trabalha merece viver? Por quê? e, 2) A vida do colono é boa? Por quê?

Através destas duas questões, objetivamos constatar os seguintes aspectos: 1) o significado do trabalho enquanto realização do ser humano com um ser capaz de criar, ou apenas como meio de enriquecimento; 2) a relação entre os objetivos da existência e o trabalho como celebração desta existência; 3) as atitudes dos agricultores, no atual estágio, em relação à preguiça e à improdutividade e; 4) a alienação e a imoralidade nas relações de trabalho dos agricultores de Oeste e Vista Alegre.

Quanto à pergunta "a pessoa que não trabalha merece viver", as respostas foram as mais variadas, o que revela divergências nas posições dos agricultores perante a relação entre dedicação ao trabalho e o direito à vida.

Há os que consideram a vida humana um direito universal, que precisa ser respeitado em qualquer circunstância. Oito (8) agricultores disseram que: *"todo o mundo tem direito de viver. Não é por não trabalhar que vamos matar o outro. Mas acho que todo o mundo devia ser obrigado a trabalhar, para ganhar sua vida. O trabalho é obrigação do homem e da mulher. Sem trabalhar não se arranja nada na vida, nem comida."*

Outros sete (7) acham que a vida deve ser respeitada, porque é lei de Deus não matar, mas se queixam dos problemas que são criados pelos que não trabalham:

"Merece viver, mas dá um monte de problema. Matar não dá, às vezes dá vontade, mas então a gente não pratica o mandamento de Deus. Melhor seria que não tivesse este tipo de gente no mundo, mas Deus criou e botou gente de toda a espécie neste mundo."

Houve um grupo de cinco (5) agricultores, que diante desse problema, não admite a morte, mas sugere algumas saídas:

"Tendo saúde e não trabalhar, não pode. Agora, não se pode matar ninguém. Deveria haver uma lei que obrigasse o cara a trabalhar. As autoridades deveriam tomar uma decisão e obrigar o cara trabalhar."

Alguns, além de acharem que a vida deve ser respeitada, consideram que a culpa nem sempre é do indivíduo que não trabalha. Este ponto de vista, que aparece no depoimento a seguir, foi defendido por quatro (4) agricultores:

"Viver merece. Porque a pessoa está no mundo não porque quis, mas porque outras a botaram aqui. Então, viver ele me-

rece. Se não trabalha é porque, talvez, não teve oportunidade, não lhe deram uma mão, não o ajudaram. Talvez ele não teve ensino, se criou assim meio atirado..."

No entanto, um número de seis (6) entrevistados, manifestou-se menos complacente com os preguiçosos:

"Se ele não trabalha, também não merece viver. Quem não trabalha porque não quer, merece a "força", porque ficam por aí explorando o cara que trabalha."

E justificam:

"Quando a gente tem serviço, está apurado no serviço e vai procurar um deles para trabalhar, eles querem cobrar um tanto senão não trabalham e ficam aí "de verde" e a gente se sacrifica demais para ajuntar o produto".

A importância do valor trabalho, para alguns, até maior do que o direito à vida, manifesta que o espírito produtivo dos antigos imigrantes italianos continua presente ainda hoje. Os agricultores de Oeste e Vista Alegre ainda avaliam a dignidade da pessoa pela sua capacidade de trabalho e pela dedicação que tem a ele. Apesar dessa valorização, o trabalho na agricultura continua cada vez mais alienante, pois não traz satisfação para a maioria dos agricultores. Isto pode ser constatado com certa clareza nas respostas sobre a qualidade de vida do agricultor. Na da menos de quatorze (14) agricultores disseram que, "a vida não é muito boa, porque a gente sofre muito no trabalho, a gente goza pouco. Só é boa porque tem um pouco de tudo para o gasto da casa (comida) e não tem obrigação de trabalhar quando não quer."

Um pouco diferente é o depoimento de outros cinco (5) agricultores. Sem considerar a vida muito boa, eles acham que ela ainda é melhor do que a vida da cidade, principalmente se comparada com a vida do operário e suas condições de trabalho:

"É melhor na colônia do que trabalhar de empregado, porque a gente não tá de obrigação: o dia que a gente quer trabalhar, trabalha, e o dia que quer descansar, descansa."

Mas, esta aparente liberdade do agricultor, manifestada no depoimento acima, é negado por este outra opinião de outros três (3) agricultores:

"A vida na colônia é mais ruim do que boa, porque na época do serviço (plantio e colheita) se tem que trabalhar de 15 a 16 horas por dia. Eu acho que o operário é menos judiado que o colono, porque ele (o operário) no fim de semana está descansando, está livre e o colono não. Tem o animal pra tratar, tem trabalho..."

Houve um outro grupo de cinco (5) agricultores que considera a vida do colono boa, desde que determinadas condições se apresentem:

"Quando 'o tempo' corre bem, a vida é boa, porque é uma vida mais descansada, pouca preocupação..."

Os outros dois (2) agricultores afirmaram que a vida do agricultor:

"é boa porque a gente tem saúde, graças a Deus, e comida. A gente está sem dinheiro mas come bem... Mas a gente tem que trabalhar bastante e desanima porque as coisas não têm preço."

A queixa que aparece no final do depoimento, coincide com as razões apresentadas por este outro depoimento de três (3) agricultores, em relação às condições de vida e do trabalho agrícola:

"A vida do colono não é ruim, pode-se dizer que é boa. O cara pode viver livre, mas ele tem os seus problemas: tem que agüentar a temperatura do tempo e ele está imprensado entre aquele que vende o insumo e o outro que industrializa o produto (comprador). Quer dizer, o agricultor ali no meio, não tem uma margem de lucro".

Considerando os dados que todos estes depoimentos nos oferecem e as diferentes posturas dos agricultores diante do valor trabalho, podemos levantar duas hipóteses que se opõem: a) que o trabalho é tão importante para agricultor, porque ele o considera um meio de auto-realização e humanização, ou b) o trabalho, embora importante como condição de sobrevivência, apresenta-se como um castigo para o agricultor, principalmente pelas condições em que é realizado.

Na primeira hipótese, o trabalho, antes de ser um conjunto de deveres a ser cumprido, deveria ser um momento privilegiado de alegria e auto-realização. Ele traria, como consequência, a felicidade para o trabalhador, pois seria um encontro de realização, onde cada agricultor se sentiria humanizado. O trabalho não seria considerado um sofrimento, mas uma celebração alegre da presença da pessoa no mundo.

Parece-nos que o trabalho não tem este sentido para os agricultores, mesmo porque, como vimos, ele é realizado muito mais por necessidade do que por uma opção livre e consciente. Eles trabalham como se estivessem cumprindo pena. Por isso, parece prevalecer a nossa segunda hipótese.

Este espírito negativo do trabalho, que provavelmente sofreu influências da doutrina judaico-cristã, já se apresenta nos antepassados desses agricultores. No entanto, tem-se acentuado nos últimos anos, à medida que novas relações de trabalho foram sendo introduzidas no campo pela adequação da agricultura aos interesses do capitalismo mundial. Com efeito, mesmo que para os antepassados imigrantes o trabalho jamais tenha se apresentado, em termos absolutos, como razão de pleno prazer e felicidade, o sentido que ele tinha e a forma como era realizado trazia mais satisfação para eles do que as formas do trabalho atual. O trabalho não era considerado apenas como meio de produção de bens de consumo e de mercado, mas tinha, também, um sentido de auto-realização. Isto constatamos nas conversas informais que

tivemos com os agricultores mais idosos, como atesta o depoimento de um deles:

"Antigamente a gente tinha mais gosto de fazer o serviço, porque a gente via o resultado do esforço da gente."

Também podemos verificar esta satisfação dos agricultores mais idosos pelo trabalho, pela sua persistência em continuar trabalhando, mesmo não tendo, muitas vezes, as melhores condições de saúde ou necessidade econômica de fazê-lo.

Na atualidade, esta relação mais prazerosa do agricultor com o trabalho diminuiu significativamente, o que podemos concluir pelos depoimentos apresentados acima.

A razão fundamental dessa mudança de valor, parece-nos ser a expropriação cada vez maior a que está exposto o agricultor no atual estágio da produção agrícola. Esta expropriação ocorre, principalmente, pela redução da participação do produtor agrícola nos bens que produz (ele não é dono do que produz) e, ainda, por lhe ser negado, cada vez mais, a possibilidade de conhecer, por dentro, todo o processo de intervenção e transformação que ele faz na natureza pelo trabalho. A especialização do modo de produção capitalista, está tirando do agricultor a possibilidade de se realizar integralmente como ser criador, desnaturando-o de sua condição de ser inteligente e global, capaz de criar e recriar o mundo em que vive. Assim, passando a absorver técnicas de produção que ele não conhece, consumindo instrumentos de trabalho e outros produtos que encontra prontos nos mercados, ingressando num sistema de relações comerciais e financeiras das quais ele não tem a menor idéia de como funcionam e o que objetivam, o agricultor se vê transformado num indivíduo cada vez mais impotente com características cada vez mais medíocres. No trabalho, esta mediocridade pode ser constatada pela sua insatisfação crescente com o modo de produção e suas relações de trabalho.

Com efeito, o trabalho, embora ainda um valor importantíssimo para os agricultores, define-se como tal, muito mais por ser um meio de produção de bens de mercado e de consumo, do que como processo de autorealização e humanização. A avaliação do trabalho decorre da riqueza e não da satisfação resultante da percepção de um ato criativo e criador. A decorrência moral dessa postura é a redução da satisfação humana diante do trabalho e a diminuição da capacidade criativa do homem no mundo.

Em conseqüência, além de desprezar o seu trabalho e considerá-lo qualitativamente inferior a maior parte das ocupações oferecidas nos centros urbanos, o agricultor está procurando fazer de tudo para que os seus filhos não continuem no meio rural.

2.3 - Honestidade e fidelidade ao dever assumido.

Os princípios de honestidade e do cumprimento do dever para com os concorrentes apresentam-se formalmente, na moral burguesa, como universalmente humanos e supraclassistas. Na realidade, não são mais que o reflexo das relações sociais capitalistas, adquirindo maior vigor exatamente nas condições da estabilização da reprodução capitalista e da concentração do capital. Eles servem para assegurar o curso normal das atividades comerciais, sendo, portanto, um mecanismo imperativo e de controle dentro do sistema capitalista.

O fato do capitalismo colocar, muitas vezes, o indivíduo em situações em que tem de optar independentemente, por sua própria conta e risco, exige a ostentação de tais virtudes.

No entanto, a moral burguesa, pelas contradições que apresenta, pode levar facilmente o indivíduo à hipocrisia e à falsidade. A ostentação das virtudes de honestidade e do cumpri-

mento do dever, não impede que o indivíduo possa atingir o êxito por caminhos escusos, por meios pouco condizentes com estas virtudes. Considerando que, na verdade, o valor principal que a moral capitalista sustenta é o lucro, a obtenção de riquezas, facilmente os meios e as formas utilizadas para atingi-lo passam a segundo plano. Em conseqüência, degeneram-se as virtudes de honestidade e de fidelidade, em hipocrisia e dever abstrato, sem poder pragmático algum. A solução é encontrar outras formas de coação e de controle, o que é conseguido através de um sistema burocrático e legalista de regulação, como cartórios, bancos, cooperativas, etc. Por isso, à medida que se expande o modo de produção capitalista, aperfeiçoa-se este sistema de controle. Em decorrência, as virtudes de honestidade e de fidelidade ao dever, cedem lugar à coação legal, onde o papel assinado e registrado em cartório vale mais que a própria pessoa humana. Isto revela o esvaziamento dos conceitos de honestidade e do dever e o surgimento de indivíduos cada vez mais dependentes do controle burocrático e legalista exterior.

O indivíduo do meio rural, nos parece, não está fugindo desse condicionamento. Isto nos levou a analisar o seu posicionamento e sua atitude em relação aos valores de honestidade e da fidelidade ao dever assumido.

Para analisar estes valores, fizemos as três seguintes questões:

1) Aconteceu alguma vez o senhor ter feito um negócio com alguém, e este ter voltado atrás, por outro ter entrado na transação e oferecido mais dinheiro? 2) O homem de hoje tem mais palavra do que o de antigamente? e, 3) O senhor faz negócios, ainda hoje, sem assinar contrato? Por quê?

As respostas á primeira pergunta foram todas negativas. Talvez isso se deva a uma questão de honra dos agricultores, pois, para eles, perder um negócio para um igual, por ser engana

do, significa ignorância e mediocridade.

Quanto à questão sobre a fidelidade à "palavra dada", houve divergência, mas a grande maioria, vinte e quatro(24), declarou que, *"o homem antigamente era mais honesto. Hoje ele é mais 'vivo', porque se ele te pode passar para traz, ele te passa."*

Ou, então:

"Eu acho que palavra ele só tem por documento; não dá para confiar mais."

Os demais oito (8), disseram que não houve mudança alguma, porque bons e maus indivíduos sempre existiram:

"É tudo mais ou menos igual. Fazer negócios com pessoas sem assinar contrato eu faço, desde que seja conhecida e for de confiança. Têm pessoas boas que dá para confiar, mas outras não."

As respostas à questão referente à realização de negócios sem a assinatura de contrato, deixam mais claro a confiabilidade que eles têm entre si, do ponto de vista da honestidade. A maioria dos agricultores foi categórica. Vinte (20) deles afirmaram:

"Hoje, se é para fazer um negócio, não faço sem fazer contrato; pode ser com qualquer pessoa, até um irmão meu. O negócio é preto no branco."

Outros seis, acharam que a assinatura de contrato depende do tipo de negócio e da pessoa com a qual se está negociando:

"O contrato é feito com pessoas desconhecidas, porque pode ser uma pessoa boa ou má. Tem pessoas boas e más. Agora, a assinatura de contrato depende também do tipo de negócio: um negócio maior precisa sempre de contrato."

Não se pode esquecer que esta mudança de atitude dos agricultores em relação aos negócios tem grande influência dos treinamentos e das orientações que os bancos, as cooperativas, os sindicatos e os próprios comerciantes começaram a dar aos seus clientes. Isto podemos constatar no depoimento abaixo, que sintetiza a idéia de seis (6) agricultores:

"Hoje em dia não dá mais de fazer negócio sem documento. O próprio banco e a cooperativa exigem. O senhor não compra nada sem assinar uma nota, não é? A base é isso aí!"

Pelos dados que estas declarações nos oferecem, podemos concluir que houve mudança no valor "honestidade", principalmente pela diminuição da confiabilidade mútua nos negócios. Mas também, nas demais relações comunitárias e familiares, já não existe tanta honestidade, pois hoje são mais comuns os casos de rompimento de amizade por causa de atitudes desonestas, como enganar o namorado, lograr o amigo ou vizinhos, ou trair a própria família. A transformação nas relações humanas, em decorrência da expansão capitalista, tem provocado o aumento do individualismo e diminuído a confiabilidade mútua. A supervalorização do lucro tem feito dos homens seres ridículos e medíocres, onde um papel assinado tem mais valor que a palavra da pessoa humana.

2.4 - A família e seus valores: fidelidade conjugal, divórcio, controle de natalidade e hierarquia de poder - obediência e submissão.

As novas relações de produção introduziram modificações nas relações familiares, principalmente quanto ao papel desta como unidade de produção e fornecedora de mão-de-obra. No período inicial da imigração, a família se apresentava, praticamente, como o único centro da vida afetivo-social e econômica do seus membros. Tudo girava em torno da família. Hoje, isto mudou. A famí-

lia continua com o papel de reprodutora de mão-de-obra, tanto biológica como ideologicamente, mas já não se constitui como a única possibilidade de vida sócio-econômica e afetiva. Devido ao processo de proletarização, muitos de seus membros buscam mercado de trabalho nos centros urbanos ou nas grandes propriedades agrícolas, rompendo dessa forma, os laços que os unia à família. Isto, somado aos contatos contínuos dos agricultores com os meios de comunicação social e outros aparelhos de divulgação de novas ideologias acerca da família, tem modificado as concepções das pessoas a respeito de alguns valores a ela vinculados, que passamos a analisar.

2.4.1 - Fidelidade conjugal

Perguntamos se tinham conhecimento de casos de infidelidade conjugal na localidade, a quase totalidade dos entrevistados do distrito de Vista Alegre respondeu afirmativamente.

Comparando a situação de alguns anos atrás e hoje, treze (13) agricultores deram o seguinte depoimento:

"Acontecem casos de infidelidade agora mais do que antes. Infidelidade sempre houve, mas agora ela é bem maior."

E apresentaram as razões:

"Eu acho que isto acontece porque há mais população, as oportunidades são maiores e quando o casal não se dá bem, por motivos que sabe lá..., acontecem essas coisas. Pela Igreja não é certo, mas acontece... Eu acho que não são os casais que se amam menos, mas as oportunidades que são maiores."

Os outros três (3) declarantes se acharam sem condições de responder a pergunta.

Já os habitantes de Oeste consideram que a maioria é

fiel, embora admitam o aumento de casos de infidelidade nos últimos anos:

"Aqui na colônia há pouca infidelidade, mas há, e parece ter aumentado, pelo menos pelo que a gente ouve falar."

Este depoimento sintetiza a opinião de dez (10) moradores de Oeste.

Dos outros seis (6), dois (2) afirmaram que é muito difícil ocorrerem casos de infidelidade entre os agricultores e os outros quatro (4) não souberam responder a pergunta.

Há um consenso entre os agricultores das duas comunidades de que a infidelidade maior, quando ocorre, acontece da parte dos homens. Casos de infidelidade feminina são raríssimos e a mulher pega em adultério dificilmente terá condições de continuar vivendo na comunidade de que faz parte.

2.4.2 - Divórcio

Outro valor que começou a fazer parte da vida das famílias brasileiras, nestes últimos anos, foi a propagada libertação de homens e mulheres de situações angustiantes no casamento, pelo rompimento legal dos laços matrimoniais. Buscamos, também constatar a posição dos agricultores diante do divórcio, através da seguinte questão: "O Senhor aceitaria que um filho seu ou filha sua se divorciasse?"

As respostas divergiram muito. Há aqueles que aceitam o divórcio, em determinadas circunstâncias. Sete (7) agricultores se manifestaram da seguinte forma:

"Aí depende da circunstância. Se o casal chegar a um ponto que não dá mais, a gente aceita com a maior naturalidade."

Outros quatro (4) declararam que embora não gostem, aceitam, já que sendo de maioria, a responsabilidade é de cada um:

"Eu ficaria sentido, mas aceitaria, já que depois de maior de idade, quem manda na vida dele, é ele mesmo."

Um (1) dos agricultores afirmou que aceitaria a separação (desquite), mas não permitiria um novo casamento:

"Se não desse para continuar vivendo juntos, aceitaria que a filha ou filho voltasse para casa, mas não aceitaria que casasse de novo com outra pessoa."

A grande maioria, vinte (20), dos trinta e dois pesquisados, no entanto, se manifestou radicalmente contra o divórcio, justificando sua posição:

"Não gostaria, porque não seria lei, não é da religião católica. Porque no nosso tempo de juventude não tinha essa lei e também meu pai não gostava que se fizesse divórcio. Nunca se falava disso..."

Ou, então:

"Não, se tem um Deus, deve praticar a religião, senão não existe Deus."

E ainda:

"Não aceitaria, porque acho um negócio meio a esquerda".

Nos depoimentos transparece claramente a influência da religião católica na posição dos agricultores. Também a tradição familiar é lembrada como razão para resistir ao divórcio.

Para a grande maioria, portanto, o casamento continua sendo indissolúvel, embora se deva admitir que já há hoje, uma maior tolerância dos agricultores para com aqueles casais que apresentam sérios problemas de relacionamento e querem se divorciar.

2.4.3 - Controle de natalidade

Dizíamos, no capítulo 2, que o número de filhos significava, para as famílias mais antigas, uma bênção de Deus, principalmente porque representava mais mão-de-obra para o trabalho familiar. Com o processo de proletarização e modernização dos meios de produção, pela introdução de técnicas mais modernas que absorvem menos mão-de-obra, o sentido da geração de filhos mudou. Não há mais necessidade de tanta mão-de-obra e isto reduziu a razão de ser de uma grande prole. Juntam-se a isso, os problemas cada vez maiores dos pais para sustentar os filhos e as crescentes dificuldades em poder oferecer a eles um futuro promissor. A oferta e a propagação de métodos de contracepção tem contribuído, igualmente, para o controle do número de filhos de cada casal.

Para constatar a mudança em relação ao controle da natalidade, perguntamos, inicialmente, "quantos filhos a família pretendia ter e quantos filhos tinham tido os seus pais."

Os dados apresentados mostram que as famílias dos pais desses agricultores tiveram, em média, 9 filhos. A pretensão das famílias atuais é ter, no máximo, de 3 a 4 filhos.

Quando perguntamos a razão dessa redução no número de filhos, a resposta de vinte e cinco (25) entrevistados foi:

"Hoje não dá para ter mais, porque a dificuldade é grande."

Outros sete (7) apresentaram a argumentação abaixo:

"Antes se dizia que não podia ter controle de natalidade, pelo menos a religião falava isto aí, que seria pecado e não sei o que... Hoje em dia não, é comum, é normal que o casal vá escolher qual o número de filhos que vai ter. Também a dificuldade é maior, porque se fosse criar 14 filhos agora não sei como

inha conseguir. Tem que dar mais de tudo: roupa, estudo, comida..."

Para que haja este controle, constatamos que o meio mais utilizado é o anticoncepcional, seguido do controle natural.

Na questão da anticoncepcionalidade, devemos destacar a grande influência da doutrinação da Igreja Católica no passado. Hoje, no entanto, esta oposição tem sido superada pelas circunstâncias criadas pelo novo modelo sócio-econômico e cultural, a tal ponto, de a Igreja se ver obrigada a tolerar o controle artificial. Sua influência, no entanto, continua existindo, principalmente no repúdio ao uso de métodos abortivos. Quanto a isso, todo e qualquer método abortivo, como o próprio aborto, continua sendo rejeitado pelos agricultores.

A mudança de posição dos agricultores acerca da anticoncepcionalidade, revela-nos o quanto modificou o conceito deles acerca da sexualidade. Muitos dos velhos tabus, como a pecaminosidade de qualquer ato sexual, (mesmo entre casais) a incondicional renúncia ao prazer sexual e o papel exclusivo do sexo como meio reprodutor da vida, começam a ceder lugar a uma concepção de vida sexual mais prazerosa.

Longe está, no entanto, de ser uma realização plena dos agricultores como seres humanos, principalmente por não se constituir, ainda, num ato totalmente livre, desvinculado das relações de propriedade que o homem, principalmente, mantém sobre a mulher. O empobrecimento físico, espiritual, intelectual e afetivo a que homens e mulheres do meio rural estão expostos, é a razão fundamental da sua vida sexual pobre e ainda, pouca prazerosa.

O pouco cuidado que homens e mulheres têm com o seus corpos, a rapidez com que envelhecem, principalmente as mulheres a falta de jovialidade e de alegria, e o ar de discriminação e medo com que tratam dos assuntos do sexo, demonstram a pobreza

da vida sexual que levam. Também na vida afetiva, nota-se que o homem, embora já tenha mudado um pouco, trata a mulher como alguém que lhe é dependente e que está a serviço dos seus caprichos e desejos. O machismo ainda prevalece.

2.4.4 - Hierarquia de poder: obediência e submissão

O pai sempre foi a autoridade máxima nas famílias italianas. Hoje, no entanto, este poder já não é o mesmo. Pelas respostas à pergunta, "seus filhos lhe obedecem mais hoje do que o senhor e seus irmãos obedeciam a seus pais?", pudemos constatar que ocorreu uma redução no poder dos pais sobre os filhos. Houve consenso entre os entrevistados de que atualmente já não se obedece mais tanto, como revelam os depoimentos que seguem:

"Eu acho que nós obedecíamos mais. Naquele tempo, a gente tinha mais respeito, o pai falava e a gente já entendia tudo. Hoje, a gente fala duas ou três vezes e nada... Nós tínhamos mais respeito. Hoje a piazada leva tudo na brincadeira." Foi esta a declaração de dezesseis (16) agricultores.

"Naquele tempo os 'velhos' eram mais severos. Hoje a gente não é como eles. Nós obedecíamos mais o pai; era só ele dar uma olhadinha e nós já sabíamos o que tinha que fazer." Isto afirmou um grupo de doze (12) entrevistados.

"Bem, acho que hoje em dia está cada vez mais difícil a educação. Parece que tem muita liberdade; essa piazadinha não obedece mais como antes..." Foi a idéia síntese de mais quatro (4) entrevistados.

Se é verdade que os filhos obedecem menos hoje do que há alguns anos passados, também temos que concordar que os métodos de punir a desobediência e o desrespeito modificaram muito, como podemos constatar nestas colocações de um agricultor:

"Meu pai não era carrasco, mas gostava de respeito com os mais velhos. Isso era o que ele mais 'puxava': o respeito com a família e com as outras pessoas. Deus me livre de a gente responder a um mais velho; era capaz dele nos suar na hora. Se não fazia, chamava para um lado e repreendia. Depois..."

A violência usada para reprimir comportamentos que pudessem comprometer a autoridade do pai e o nome da família mostra o autoritarismo reinante nas famílias italianas, há alguns anos atrás. As novas relações sócio-culturais e a propagação de novas idéias acerca das relações familiares romperam com esta estrutura e, com ela, foi abaixo boa parte do poderio paterno.

A maioria dos agricultores (embora nem todos concordassem e seis achassem que o método e a rigidez usados antigamente eram melhores) disse não ser correto bater nos filhos e que, quando ocorrem problemas de mau comportamento, a melhor maneira de resolvê-los é dialogar com os filhos. Oito(8) porém, fizeram a ressalva de que há momentos em que é "preciso usar a força, para que o filho obedeça."

Nota-se que ainda há uma preocupação maior dos pais em relação ao controle na educação das filhas do que dos filhos. A vigilância em relação às filhas continua sendo maior. Perguntados sobre "se filhos e filhas têm os mesmos direitos na família", todos responderam que sim. No entanto, quando interrogados "se filhos e filhas têm a mesma liberdade para ir a festas, bailes, cinema ou sair com namorado" a resposta, "não, porque não fica bem", foi repetida vinte e três (23) vezes.

Esta atitude de protecionismo manifesta o espírito machista ainda reinante entre os agricultores, que considerando a mulher frágil e indefesa, se arrogam o direito de vigiá-la e protegê-la. Daí a permanência da submissão maior da filha mulher à autoridade paterna e materna.

Embora os agricultores continuem achando que os filhos

devem obedecer os pais e a eles se submeter, dezoito (18) disseram que consideram que a decisão sobre o futuro da vida dos filhos deve ser dos próprios filhos. Outros doze (12) já não admitem que os pais escolham o esposo ou a esposa para seus filhos, ou que decidam a "vocaçãõ" que esses devem seguir. Disseram eles:

"Hoje é diferente, a gente tem que dar liberdade para que cada filho escolha o que quer. Afinal, a vida, quem vai viver é ele."

Dois (2) deles não se pronunciaram sobre o tema.

A rigidez nas atitudes do pai com os filhos diminui, mas não ocorre, ainda, uma relação entre iguais. O pai continua sendo a autoridade máxima na família e todas as decisões importantes, normalmente, continuam passando por seu crivo. Isto apareceu claramente quando perguntamos "quem decidia os negócios e os assuntos mais importantes da família". Todas as respostas afirmam ser o pai. Alguns disserem consultar os filhos e a esposa, mas a decisão final sempre cabia a eles.

Embora tenham ocorrido alterações nas relações entre marido e mulher e entre pais e filhos, ainda continuam prevalecendo os valores de obediência e submissão à autoridade do marido e do pai. Há hoje uma dispersão maior do poder, mas longe está de se poder falar de relações entre pessoas humanas iguais. Mantém-se a relação de superioridade do homem sobre a mulher, do mais idoso sobre o mais jovem, do irmão sobre a irmã e do pai sobre o filho. Por isso, a obediência e submissão à hierarquia de poder na família, ainda se constituem em valores importantes nas famílias desses agricultores.

2.5 - Da austeridade ao consumismo - uma nova relação com os objetos: a ética do consumo e o vazio moral do indivíduo.

Uma das principais características do capitalismo mono-

polista atual é o consumismo. Nele, o ideal de felicidade humana é colocado na realização dos desejos mais imediatos, prevalecendo os princípios do prazer e a indiferença moral dos indivíduos. Neste contexto, os desejos não decorrem da criação e da vivência das pessoas, mas são fabricados por especialistas de "marketing", a serviço dos interesses dos grandes monopólios econômicos e sutilmente inculcados nos indivíduos através dos modernos meios de divulgação ideológica, já anteriormente comentados.

No caso dos agricultores em estudo, buscamos constatar a influência dessa ideologia consumista e suas repercussões morais, através de três questões: 1) Quais são os objetos comumente comprados no comércio? 2) Quais os motivos que levam os agricultores a comprar tais objetos? e 3) Que benefícios estes objetos trazem para os indivíduos?

Nas respostas à questão "sobre os objetos comumente comprados", percebemos que, além daqueles produtos tradicionalmente adquiridos no mercado, como açúcar, café, sal, farinha, tecidos para confecções de vestimentas e outras miudezas, atualmente o agricultor consome, também, eletrodomésticos, (tradicionalmente considerados supérfluos) além de carros, móveis, insumos e instrumentos de trabalho.

Quando perguntamos os motivos que os levavam a comprar tais produtos, as respostas mais ouvidas foram:

"Todo mundo compra nas lojas", em dezessete (17) oportunidades, e *"porque é mais fácil"*, nos demais quinze (15) depoimentos.

O critério "facilidade" manifesta exatamente a acomodação do agricultor ao regime consumista. O fato de ele comprar muitos desses objetos em vez de produzi-los, ao menos aqueles que ele poderia produzir, revela que alguma coisa mudou. Há uma alteração nas atitudes do agricultor, pois, no passado, sempre

que possível, ele produzia os objetos de que fazia uso. Acreditamos que a passagem da produção artesanal para o consumo de bens de mercado decorre, não somente de redução das condições materiais de produção, mas é fruto das transformações do contexto global da realidade atual. O capitalismo está facilitando o consumo não somente pela produção mais eficiente e acelerada de objetos, como também, pelas condições de acessibilidade de que oferece a esses produtos pela oferta, em larga escala, e pelas facilidades nos financiamentos. Isto, porém, não é tudo. Além de produzir o objeto pelo sujeito, o capitalismo procura criar um sujeito para o objeto, excitando no consumidor a necessidade dos produtos colocados a sua disposição. Logo, ele produz o objeto de consumo, o modo de consumo e a tendência para o consumo. Dessa forma, consegue a acomodação do ser humano aos interesses do capital.

Nas relações sociais do tipo capitalista, o consumo de bens não corresponde exatamente a uma necessidade do sujeito, mas sim, a uma função social de prestígio e de distribuição hierárquica. Ele não resulta da necessidade vital, mas de uma imposição cultural, em que os objetos não se esgotam naquilo para que servem, mas assumem uma significação de valor social, designando a posição social do seu detentor. A partir dessa conotação, podemos compreender o significado do primeiro depoimento dos agricultores. Ao expressarem, como razão do consumo de bens do mercado, o fato disto ser um hábito comum entre eles ('todo mundo compra nas lojas'), os agricultores manifestam a dimensão social que o consumismo tem no sistema capitalista. Ele define a posição que um indivíduo ou uma família ocupa socialmente, segundo padrões dominantes de bens culturais, de rendas efetivas, dos bens materiais e da participação nas atividades dos grupos da coletividade. O prestígio social depende, pois, da capacidade de consumir, e isto se está constituindo num imperativo moral: ser bom é ser, também, consumidor.

O sinal mais evidente do consumismo entre os agricultores, é o crescente aumento do consumo de carros e televisores entre eles. A quase totalidade das famílias, dezoito (18) das visitadas, possuem carro e televisor e as que deles carecem, os restantes catorze (14), manifestaram o desejo de possuí-los. E justificam seu desejo:

"O carro, a gente precisa para o conforto próprio; se a gente quiser visitar um parente ou fazer um negócio, com carro fica muito mais fácil. Depois, se acontece uma doença, com o carro fica mais rápido de buscar socorro. A televisão é boa, porque a gente houve e vê melhor as notícias e fica por dentro de tudo do mundo."

O depoimento revela o nível de condicionamento que os agricultores estão sofrendo, à medida que suas necessidades vão sendo transformadas em necessidades de interesse do sistema. Por isso, conforto para os agricultores significa ter carro, televisão, eletrodomésticos e outros objetos oferecidos pelo mercado. Eles não questionam se, em decorrência da introdução desses objetos no meio rural, começam a surgir outras preocupações e outros desconfortos. Não percebem por exemplo, que, concomitantemente aos "bons programas de TV" estão sendo incutidos princípios e valores da sociedade de consumo. Acreditam, e com certa ingenuidade, que o "mundo" apresentado pela TV é o 'mundo' da realidade e que, as notícias ali veiculadas, são absolutamente reais e verdadeiras.

Isto pudemos constatar com maior clareza quando perguntamos sobre os benefícios que estes objetos trazem para a vida dos agricultores. Como exemplo inicial, vamos analisar a questão do carro. Este, segundo eles, é preciso para "fazer negócios, visitar parentes ou para socorrer os doentes da família"

E complementam:

"Com o carro a gente vai mais rápido para a cidade atrás dos negócios e pode voltar rapidamente para o trabalho da roça."

As justificativas que apresentam não são, no entanto, as reais razões que os levaram a comprar o carro. Isto porque, apesar de muitos deles o possuírem, dificilmente o utilizam para realizar negócios, visto que, segundo seus depoimentos, *"a gasolina é cara e dá para ir a cidade de ônibus."*

A maioria deles usa o veículo somente nos fins de semana, para ir a missa ou ao culto. Isto, ao que nos parece, revela o verdadeiro motivo da posse do carro: o status social.

Esta tese foi reforçada, quando perguntamos sobre a utilização de determinados eletrodomésticos. A maioria disse que eles servem para o conforto da mulher na cozinha, no serviço da casa. Percebemos, no entanto, que são poucas as donas de casa que usam constantemente estes objetos, como batedeiras, cafeteiras, liquidificadores, fogões a gás, enceradeiras e máquinas de lavar roupa, apesar de as possuírem.

Também a posse do televisor é uma questão de status. Além de ser um dos poucos meios de lazer, principalmente da mulher, ela, em muitos casos, é comprada porque *"todo o mundo tem e é bom pra gente se distrair."* Há casos de famílias que têm televisor, mas que não podem assisti-la, porque, no local onde residem, não recebem o sinal de emissora nenhuma. No entanto, eles a mantêm exposta na sala de visitas.

Um outro fator que demonstra o consumismo dos agricultores, é a vestimenta. Na pergunta que fizemos sobre a procedência das roupas que usavam, todos declararam que as compravam, na sua maioria, já confeccionadas nas lojas de roupas. Com exceção de alguns já mais idosos, que preferem roupas confeccionadas em casa, a maior parte dos entrevistados disse preferir roupas pre-

viamente confeccionadas pelas indústrias. E argumentam:

"As roupas das lojas são mais da moda. A gente só usa fazer alguma roupa para roça, mas a roupa de domingo, para missa e para passeio, é comprada pronta."

A distinção da roupa feita em casa para o uso no serviço da roça e a roupa comprada pronta para os encontros comunitários, mostra a preocupação do agricultor com o status social: estar bem vestido significa estar usando roupas padronizadas, com pradas nas lojas.

Mas e que tudo isso tem haver com a questão dos valores morais? O fato do agricultor desejar ter um carro, ou uma televisão ou algum outro objeto, significa que ele está mudando moralmente?

Nós acreditamos que sim, por duas razões: 1) porque as necessidades que o levam a consumir a maior parte desses produtos não são necessidades suas, mas criadas artificialmente através da influência de uma publicidade insistente e organizada. Conseqüentemente, o agricultor é reduzido na sua capacidade de optar, tornando-se um objeto manipulável e, 2) porque, em consequência, o agricultor está sendo minado em suas condições de pessoa e de sujeito, sendo impedido de decidir livre e conscientemente sobre suas necessidades, os bens e os meios necessários para atendê-las. Os próprios conceitos de felicidade e liberdade lhe estão sendo incutidos pela propaganda.

A nova ordem está reduzindo os desejos de liberdade e de felicidade ao simples prazer do consumir. Se outrora, para o agricultor imigrante, a esperança de liberdade e de felicidade residiam na conquista, pelo trabalho, de uma propriedade e na constituição responsável de uma família, para os agricultores de hoje, ela se apresenta como a conquista da riqueza a qualquer preço, não importante de onde ela vem e de que forma é conseguida. A felicidade encontra-se nas lojas e nos supermercados, podendo ser

adquirida, a preços baixos e a módicas prestações. O ideal de vida é levá-la na "brincadeira", sem muita responsabilidade moral com ninguém. Consumir o máximo, explorar o que se pode do outro em benefício próprio, obter riqueza e sucesso a qualquer custo, são os valores fundamentais da ideologia do consumo.

Embora não se possa constatar este nível de permissividade entre os agricultores da atualidade, temos que lembrar, no entanto, que a decadência moral começa a ocorrer quando os indivíduos não têm mais critérios próprios para decidir sobre as coisas que os cercam e para escolher o que lhes parece melhor. E isto já está ocorrendo em, certo grau, na atualidade.

A ética do consumismo exige uma consciência cada vez menos livre para escolher e mais dependente de determinações exteriores. A moral do capitalismo é a própria ausência da capacidade de opção moral do indivíduo, principalmente daquele que tem por determinação da hierarquia de poder, maiores limitações no plano sócio-econômico.

2.6 - As relações de amizade: solidariedade e individualismo

No capítulo anterior, falamos da importância da convivência entre amigos e vizinhos nos primeiros decênios das colônias italianas. Ela se constituía numa condição indispensável para a sobrevivência dos indivíduos, dado o isolamento em que viviam. Por isso, o companheirismo, a lealdade e a fidelidade, tinham um valor muito grande entre eles.

Nas entrevistas realizadas com os agricultores, procuramos levantar a presença desses valores na atualidade. Utilizamos, para tanto, quatro perguntas: 1) O senhor tem muitos amigos? 2) Quando precisou dos amigos, sempre contou com eles? 3) Costuma visitá-los? em que ocasiões? e 4) O senhor acha que as

peessoas são mais amigas hoje do que antigamente? Por quê?

Averiguamos que todos acreditavam ter boas relações de amizade com seus companheiros e vizinhos e consideravam a capacidade de fazer amigos uma virtude importante. Um agricultor depôs o seguinte:

"A amizade é muito importante na vida da gente. Por isso, eu até sou apelidado, por todo mundo, de compadre, porque a gente é bem amigo de todos."

Pela satisfação que manifestou por ser chamado de "compadre", o agricultor quis mostrar a boa reputação de que goza, no relacionamento com as pessoas da sua localidade. O compadrio representa, para eles, maior intimidade com as pessoas da família, uma vez que o compadre passa a fazer parte da mesma, tornando-se corresponsável por ela. A boa reputação comunitária do indivíduo depende, em parte, da atribuição do compadrio. Por isso, sempre deram muito valor a este "título" e criaram o hábito de, quando bons amigos, se chamarem mutuamente de compadres, mesmo não sendo padrinhos de casamento ou de batizado de algum membro da família.

Mas a manifestação maior de fidelidade à amizade entre os agricultores pode ser constatada nos momentos mais difíceis, isto é, nas horas em que alguém deles necessita da ajuda, por estar com algum problema mais sério, como doença, morte de familiar, perda da colheita ou outra desgraça. Pelo que constatamos nas respostas, vinte e nove (29) deles não têm queixas quanto à fidelidade dos amigos nestas situações, o que demonstra que nas horas de necessidade há uma colaboração muito grande entre eles.

Dos outros três (3) agricultores, dois declararam estar decepcionados com os amigos, pois, quando mais precisaram, não contaram com eles. O outro (1) agricultor disse que nunca tinha precisado dos amigos e por isso não sabia dizer se eles

eram fiéis.

Na questão referente ao hábito de visitar os amigos, no entanto, começam a aparecer as contradições. Quando perguntamos se costumavam visitar-se muitas vezes, todos disseram que sim. Porém, ao pedirmos se estas visitas eram feitas com a mesma intensidade de alguns anos atrás, a resposta mais comumente dada foi não. Segundo a opinião de dezenove (19) dos entrevistados, esta convivência foi reduzida, porque *"as pessoas se visitam menos, eles ficam só trabalhando, estão sempre ocupadas. Hoje as pessoas estão sempre correndo, não têm tempo para nada. Antigamente eram mais acomodadas, eram mais calmas."*

O envolvimento maior no trabalho e nas demais atividades decorrentes das mudanças no modo de produção tem reduzido a disponibilidade e a predisposição para o cultivo mais intenso das amizades. A preocupação com o aumento de produções e as exigências de um tempo maior para o atendimento dos compromissos nas instituições burocráticas tem tirado o agricultor da convivência maior com seus amigos e vizinhos. Além disso, o próprio espírito individualista, que perpassa as relações dentro do sistema capitalista, tem provocado o isolamento e a acomodação dos agricultores. À medida que a busca da riqueza, do capital, torna-se o objetivo imediato do ser humano e os objetos passam a ocupar o lugar das pessoas, ele tende, necessariamente, a viver só. Esta tendência é denunciada pelo depoimento que segue, sintetizando as colocações de oito (8) agricultores:

"Eu acho que antigamente as pessoas eram mais amigas, porque não havia tanta ganância de dinheiro. O dinheiro vai terminando com as amizades."

Para os outros seis (6) entrevistados, a causa é a televisão:

"Aqui as pessoas já não se visitam mais tanto. A causa é a televisão."

O dinheiro, sinônimo de riqueza e de capital, e a televisão, principal aparelho de divulgação ideológica do capitalismo, são os símbolos mais característicos do egoísmo que se está instalando nos indivíduos. A televisão, pelo fato de isolar o indivíduo da convivência dialógica, eliminando o primado do contato direto e afetivo entre as pessoas. E o dinheiro, que como fetiche, tem o poder mágico de tornar o mundo acessível a todos, transforma-se, em consequência, num elemento que se sobrepõe a qualquer outro valor humano. A primazia que se dá ao dinheiro nas relações do tipo capitalista vem provocando a redefinição dos valores de honestidade, fraternidade e lealdade, e está promovendo o aparecimento de pessoas notoriamente solitárias, ansiosas, deprimidas e egoístas, que acreditam conquistar a paz e a harmonia no isolamento e na vida privada ou pseudo-coletiva.

Com efeito, pudemos perceber nas respostas dos agricultores que, atualmente, as pessoas estão sendo menos amigas do que antigamente. Apenas três (3) acharam que as pessoas são mais amigas hoje do que há alguns anos passados. A grande maioria pensa o contrário:

"Hoje, [disseram vinte e nove deles] (29), não se é mais amigo como antigamente. Hoje existem muitos amigos, mas 'amigos da onça'. A gente ainda se visita, mas não tanto como antigamente."

A expressão "amigo da onça" manifesta a opinião dos agricultores sobre as amizades que existem apenas em função de interesses econômicos. Eles já constatarem que o oportunismo ou a vantagem de alguma relação é que leva pessoas a se aproximarem de outras, o que confirma a tese de que, no sistema capitalista, as relações monetária-mercantis penetram em todos os poros da sociedade, gerando novos padrões morais de comportamento. O fato de possuir capital, dinheiro, é indicação do valor social do indivíduo. As virtudes são atribuídas às pessoas que dispõem dos

valores socialmente reconhecidos - capital, terra, poder, etc. - indiferente de possuir ou não qualidades morais reais. Isto leva os agricultores a se decepcionarem com certos indivíduos que fazem da amizade uma simples relação de troca, que cada qual procura retirar benefícios próprios. Em conseqüência, impõe-se o cálculo egoísta e interesseiro nas relações entre as pessoas, a contabilidade exata de benefícios e perdas que podem ter ao estabelecerem relações com outras pessoas. Tudo é calculado em função da compensação material, de serviços, de conforto e até mesmo de sinais de gratidão e sentimentos humanos, vantajosos para a reputação social do sujeito. Quando a perspectiva da vantagem material ou social desaparece, o sentimento de amizade e de companheirismo tende, também, a desaparecer. Cria-se, dessa forma, um sentimento de indiferença pela vida espiritual e afetiva do outro e, aos poucos, este passa a ser um ser estranho e até hostil, merecendo ser mantido, o mais constantemente possível, à distância.

Este espírito de indiferença, aos poucos, está tomando conta dos agricultores. Embora ele não possa se impor tão rapidamente por causa dos laços de amizade que eles mantêm há muitos anos, há, no entanto, a necessidade de se repensar e discutir com eles as relações de amizade, sob o risco de, amanhã, termos pessoas cada vez mais solitárias, tristes e indiferentes umas às outras.

2.7 - Religião e secularização: a crise das comunidades das capelas e da Igreja Católica e suas repercussões sobre os valores morais dos agricultores

No capítulo 2, falamos da grande influência da Igreja Católica sobre a religião e a moral dos imigrantes italianos. Era ela, ao lado da família, a instituição basilar que mantinha a cosmovisão mítico-religiosa dos agricultores, a partir da qual

eram definidas a estrutura e a hierarquia de grande parte dos valores morais dos indivíduos das colônias italianas.

Se houve instituição que sofreu profundamente o processo implantado no meio rural, esta foi, sem dúvida, a Igreja Católica. Para tanto, dois fatores interferiram de forma significativa: a secularização e o rompimento das estruturas de relações primárias entre os membros da comunidade das capelas. O antigo modelo de Igreja, baseado na autoridade dos representantes da religião católica e na solidez das relações primárias, entrou em crise com o processo de secularização. Esta rompeu com o controle quase exclusivo do padre como autoridade máxima das comunidades, fazendo com que ele passasse a dividir o poder com outras lideranças, muitas das quais, representantes de instituições cujas ideologias buscavam divulgar uma estrutura cognitiva e axiológica mais adequada aos interesses dos grupos que representavam. Com isso, hoje, além do padre, interferem nas comunidades, líderes políticos, médicos, agrônomos, professores, sindicalistas, representantes de cooperativas, gerentes e fiscais de bancos e outros agentes.

Influenciados pelos diversos fatores de modernização e, principalmente, pelas mudanças nas relações de produção, os indivíduos do meio rural passaram a manter relações menos primárias entre si, relacionando-se, progressivamente, de modo funcional e mais impessoalmente. Em conseqüência, inúmeras atividades que antes eram submetidas a um rigoroso controle nas comunidades das capelas, passaram para o plano privado ou ao controle de outras instituições. É o caso da vivência religiosa. Ao contrário do que acontecia no período áureo da religião católica nas regiões dos imigrantes, em que a prática e a profissão religiosa eram relevantes socialmente, na atualidade, a religião passa a depender mais do interesse do indivíduo, enquanto ser particular. Por isso, a vivência religiosa, hoje, decorre

muito mais de convicção individual do que da coação externa da comunidade da capela.

Buscando verificar esta mudança na vivência religiosa dos agricultores, foram feitas cinco perguntas. A frequência a missas e cultos dominicais e nos 'dias de santos' e os motivos que os levam a freqüentar ou não estes rituais, foram preocupações da primeira questão. Na segunda, em que perguntamos sobre a necessidade que eles têm do padre, tentamos constatar a importância deste na vida dos agricultores e as circunstâncias em que mais o solicitam. Completamos esta pergunta pela de número três, através da qual buscamos identificar o interesse dos pais em ter um filho padre, para, com isso, verificar o atual "status social" da figura do padre, que no período anterior à modernização, era a autoridade moral suprema dos agricultores. Como a cosmovisão católica cristã fundamenta os imperativos morais na figura de Deus e os princípios do mal na figura do diabo, achamos importante perguntar aos colonos da crença que mantinham nessas duas entidades e as razões que os levavam a acreditar em Deus e no diabo. Por fim, os interrogamos sobre seus costumes religiosos, principalmente quanto ao terço diário e as atitudes que eles têm diante de situações difíceis, como doenças, tempestades, pestes, etc.

Quando perguntamos aos entrevistados se participavam da missa ou culto dominical, todos responderam que sim. Constatamos, no entanto, que os sacerdotes encarregados de atender as duas comunidades, não afirmavam o mesmo. Disseram eles que, comparativamente aos tempos passados, as pessoas participam menos nas atividades das capelas. Buscamos resolver esta contradição, observando o que ocorria nos fins de semana. Como a Igreja Católica faculta a assistência à missa ao sábado ou ao domingo, tivemos que observar os dois dias. Percebemos que a maioria das pessoas mais idosas continuam participando das missas ou cultos dominicais, faltando somente em casos de algum impedimento gra-

ve. Já as pessoas mais jovens, embora haja a insistência dos pais, participam menos constantemente, envolvendo-se, muitas vezes, em outras atividades que lhes são mais atraentes: futebol, passeio de carro, roda de amigos, etc...

As razões que levam os indivíduos a participar dos cultos e missas são os mais diversos. Nove (9), disseram que vão a missa ou culto por uma questão de autosatisfação:

"A gente vai porque se sente bem lá, a gente pode dialogar com Deus."

A tradição católica dos antepassados também pesa para muitos. Dez entrevistados (10) afirmaram o seguinte:

"A gente vai a missa porque é um dever, para manter a religião que a gente recebeu, porque sem religião a gente não vive. Se a gente é católico tem que sustentar a fé que tem, acho que tem que rezar, ir a missa, escutar o padre, ver como ensina e explica."

Boa parte dos entrevistados, no entanto, treze (13) dos trinta e dois, afirmou que a razão principal continua sendo o encontro com parentes, amigos e vizinhos:

"Eu acho que a gente vai porque lá se vai encontrar com os amigos, com o compadre, com um parente e passa duas ou três horas conversando. Isto é muito bom, porque a missa é uma reunião."

Este depoimento oferece-nos dados significativos para a análise dos valores morais dos agricultores. O primeiro deles, revela uma nova postura moral perante a figura de Deus e da religião, à medida que destaca o aspecto de uma relação menos verticalista entre Deus e o crente. É claro que se torna impossível identificar o grau de convicção pessoal que têm as pessoas que deram este depoimento. No entanto, o fato de se sentirem bem, mostra que a experiência religiosa que elas tiveram, trouxe-lhes

satisfação, porque houve oportunidade para o diálogo, para a expressão do sentimento religioso. Isto parece demonstrar que a religião, para estes indivíduos, deixou de ser mera obrigação externa, mas se transformou numa convicção interior. A religião deixou de ser uma forma de repressão e oportunizou a libertação relativa desses indivíduos. Em consequência ela tem uma conotação moral positiva para estes indivíduos, pois lhes permite, ao menos em termos relativos, superar a visão fiscal e aterrorizadora de Deus.

O segundo depoimento revela o contrário. O valor da religião não está na conservação da tradição, isto é, na manutenção de um modo de ser e viver de um mundo que já não existe. É a função conservadora da religião que serve, geralmente, para aqueles indivíduos e grupos que obtêm vantagens com a situação existente. Como este tipo de religiosidade não admite mudança e nem o aperfeiçoamento constante dos indivíduos e grupos, moralmente, representa uma posição retrógrada.

Já no terceiro depoimento, transparece a função sócio-cultural tradicional das antigas comunidades das capelas. A função sacramental, para estes, é secundária, importando mais o contato com amigos e parentes. Moralmente, estes indivíduos estão mais preocupados com a convivência social do que com o cumprimento das obrigações sacramentais com a Igreja. A religião é, apenas, um subterfúgio para o encontro com os amigos e parentes. Se do ponto de vista da prática de atos de piedade ocorre certa indiferença moral, no aspecto social ele reforça a vivência dos princípios morais de fraternidade e companheirismo.

Mas apesar destes valores atribuídos à religião, houve um momento em que a vivência religiosa havia diminuído muito, como atesta o depoimento que segue:

"Quando deu a 'febre' da soja e deu aquele volume de dinheiro, o pessoal tinha desistido do culto e das reuniões da

comunidade. Tendo dinheiro, parecia que tinha tudo. Mas depois a gente percebeu que dinheiro não era tudo e que precisava manter a religião. Naquele período se reunia uma meia dúzia de pessoas. Hoje, aos domingos, enche de gente e quando tem missa na semana, também. O pessoal, de 2 ou 3 anos para cá, aumentou de assistência e, inclusive, comunga mais. Agora, também aumentou porque a religião modificou, mudou um pouco, saiu daquela tradicional religião e deu mais abertura para os leigos..."

A frase final manifesta que, além de reconversão dos agricultores, houve mudança na orientação da Igreja, principalmente pela retomada de um modelo, que embora atualizado, relembra as antigas comunidades das capelas: as "comunidades de base". A crise que provocou tal mudança já analisamos anteriormente. Neste momento, basta destacar que à medida que o modelo sócio-econômico capitalista começa a revelar as suas contradições, ofereceu-se à Igreja um novo campo de ação: a crítica ao modelo e a denúncia da miséria material e espiritual dele decorrentes. Isto reafirmou a Igreja do povo, e fez este último tornar a participar de cultos, missas, encontros de comunidade e freqüentar, de novo, os sacramentos. Esta mudança reafirmou as funções sociais do padre. Ele, hoje, continua sendo valorizado, não só como ministrador de sacramentos, mas também, como liderança aglutinadora das comunidades, doutrinador da Igreja, orientador da família e consultor no tratamento de questões sociais e políticas de indivíduos e grupos. Isto pudemos constatar, quando lançamos a pergunta sobre a necessidade que eles tinham do padre e em que ocasiões o solicitavam. Quinze (15) agricultores destacaram o seu papel de ministrador de sacramentos e de conselheiro:

"Precisamos dele para casar, batizar, quando morre uma pessoa, para confessar, comungar, para trazer a gente para a fé, para ter esperança e fraternidade."

Outros dez (10) ressaltaram o papel de aglutinador das comunidades e de orientador dos indivíduos:

"Todo o mundo precisa de todos. O padre e a freira são pessoas que orientam, são pessoas estudadas que te orientam para o bem, sempre tratam de apaziguar, de unir o povo."

A função de doutrinar, de atualizar os ensinamentos da Igreja e de aconselhar, foi destacada por outros sete (7) entrevistados:

"O padre, a gente precisa porque é um ministro de Deus e é o representante de Cristo na terra que procura fazer os encontros fraternos, é um conselheiro. Ele é que ensina e traz a religião em dia."

A medida que os agricultores vêm frustradas suas aspirações sócio-econômicas e percebem no discurso e na ação da Igreja Católica a denúncia contra o "status quo", a figura do padre vai se tornando um ministrel de suas próprias lutas. Isto está provocando um aumento das vocações para o sacerdócio, fazendo com que muitos pais reforcem seu desejo de terem um filho padre. Com efeito, todos os entrevistados de Oeste e Vista Alegre disseram que gostariam de ter um filho padre. A figura do padre, além disso, continua sendo um mito, que tem alguns poderes sobrenaturais. Apesar das mudanças sociais ocorridas, os agricultores acreditam ainda no velho carisma do padre de que ele pode garantir a salvação de suas almas e a proteção de seus corpos e de suas famílias através do seu poder de benzer. Os depoimentos a seguir sustentam esta tese:

"A gente precisa do padre na hora da morte, quando está mal. Se precisa dele sempre. Quando a gente está aqui não necessita, mas quando vai no hospital, as religiosas ajudam no tratamento e os padres dão os 'óleos', os sacramentos, senão a gente não é católico se não pratica a religião. Eles são ministros de Deus, que deixaram tudo para trabalhar para o bem."

E,

"A família que tem um filho padre ou religioso parece que tem mais felicidade e prazer na vida."

Todos esses papéis sociais do padre, possibilitam-lhe manter o poder de interferir sobre a ordem das duas comunidades rurais em estudo. Embora ele divida hoje o poder em outros campos com diversas autoridades, no campo da moral ele continua soberano. Por isso, grande parte dos valores morais dos agricultores emanam da doutrina moral da Igreja.

Neste aspecto, cabe destacar que a doutrina da Igreja tem se voltado para a questão social e política, superando, até certo ponto, a sua postura puritana de alguns anos atrás. Em consequência, os valores defendidos são os da igualdade, da liberdade e do direito à participação efetiva na ordem social e política da sociedade de que o indivíduo faz parte. O princípio fundamental é a justiça, compreendida como o direito de cada indivíduo ao respeito igualitário, como ser humano que é. Surge, com isso, uma nova concepção de pessoa humana e de Deus, estabelecendo-se, em decorrência, uma nova relação entre ela e Deus. Deus deixa de ser um fiscal ou um pai rigoroso, disposto a castigar todo e qualquer erro humano, e se torna um ser mais amigo e um pai mais afetuoso.

Esta mudança constatamos, quando perguntamos se eles, os agricultores, acreditavam em Deus e no diabo e em razão de quê?

Todos responderam que acreditavam em Deus, mas muitos manifestaram dúvidas quanto à existência do diabo. A primeira vista, isto pode significar algo sem maior importância. Mas será que a eliminação de um personagem como o diabo não representa modificação na concepção moral dos agricultores? Senão vejamos.

O diabo é, para os agricultores, um personagem que, criado por Deus, existe para castigar os desobedientes e maus. O inferno, lugar dos castigos eternos, é o seu habitat e o será

de todos aqueles que não seguirem a ordem divina. Ele tem a função de amedrontar, tentar e castigar pessoas. Constitui-se, portanto, num instrumento de repressão dos indivíduos que se opõem a ordem moral estabelecida. Ele complementa a imagem severa e fiscalesca de Deus, cabendo-lhe o papel mais cruel, de executor dos castigos eternos.

A mudança para uma imagem mais paterna e amiga de Deus, acaba por reduzir a função do diabo. Não havendo castigos, não há razão para continuar existindo o castigador. Daí, a dúvida dos agricultores quanto à existência do diabo.

A nova imagem de Deus não eliminou, porém, a crença dos agricultores, de que Deus pode interferir no mundo, seja pessoalmente ou através dos santos. Deus, como criador desse mundo, tem todos os poderes para sobre ele agir. Isto podemos perceber pelas atitudes que tomam diante de situações adversas. Numa tempestade, por exemplo, a reação mais imediata, que eles disseram ter, é acender uma vela para Santa Bárbara, rezar e "*queimar galhos bentos de oliveira*". Em outras situações, apelam para seus protetores, fazem novenas, mandam rezar missas e cumprem promessas. São comuns os casos de oferta de sacos de soja ou de milho para o padroeiro da capela, pedindo sua intercessão nos momentos de secas ou de chuvas em excesso. Continuam, portanto, mantendo a fé tradicional de que a natureza reflete a vontade dos entes sobrenaturais e que suas perturbações podem ser superadas através dos apelos aos santos.

Uma alteração muito significativa, no campo religioso, ocorreu quanto ao hábito das rezas do terço noturno. Com exceção dos períodos de necessidade, os agricultores já não cultivam este hábito. Este tempo está sendo ocupado pela televisão ou por outros afazeres. A Igreja, por seu turno, tem incentivado, nos períodos que antecedem o Natal e a Páscoa, os "encontros da família", mas, em vez do terço, neles são lidos textos bíblicos,

realizadas reflexões em torno de problemas sociais e familiares da atualidade, e feitas orações a partir de algum manual ou de forma espontânea.

Diante desse contexto, podemos evidenciar algumas mudanças ocorridas no campo da moral entre os agricultores de Oeste e Vista Alegre. Cabe destacar, inicialmente, que, por parte da Igreja, houve uma tentativa de mudanças na orientação moral. Apesar dela ainda manter os tradicionais princípios morais, baseados numa concepção de vida ascética, de submissão a vontade de Deus e do padre, de renúncia ao prazer, de cuidados exagerados com a vida sexual e de obrigatoriedade no cumprimento dos deveres com a religião, ela também tem buscado propagar uma moral secularizada, preocupando-se mais intensamente com a justiça social, com os problemas da exploração econômica, com a fome e a miséria e com a destruição moral das famílias e das comunidades das capelas. A religião vai se tornando, dessa forma, um instrumento de conscientização e de clamor contra a exploração e a miséria.

A postura moral dos agricultores, diante da Igreja, porém, não se alterou tão substancialmente. Continuam mantendo, como valores morais, o respeito à autoridade religiosa, o cumprimento dos deveres para com a religião, como a assistência aos sacramentos e obediência aos mandamentos e a fidelidade ao credo. Outros valores, caso surjam, dependem da capacidade de influência do padre ou de circunstâncias estruturais, como é o caso da situação que passamos a relatar.

Na época em que realizávamos a coleta dos dados para a presente pesquisa, o problema dos "colonos sem terra" era tema de repercussão nacional, principalmente pela luta levantada por um grupo de aproximadamente 300 famílias, acampadas à margem da estrada que liga Passo Fundo a Ronda Alta. Nas conversas que tivemos com os agricultores da comunidade de Oeste, consta-

tamos a indiferença da maioria deles para com o problema. Alguns que se pronunciaram atribuíram a culpa da situação aos próprios colonos, mencionando como causas, a preguiça e os seus interesses pela especulação imobiliária. Diferente foi, no entanto, o posicionamento dos agricultores de Vista Alegre que, além do conhecimento abrangente sobre o fato, mencionaram, como causas básicas do problema, a política fundiária e a exploração do agricultor. Na busca de explicações para estas diferentes interpretações para o mesmo fato, constatamos que dois fatores interferiram de maneira significativa: a postura dos sacerdotes que atendiam estas duas comunidades e as preocupações diferentes que tinham os agricultores quanto à solução dos problemas fundiários. A preocupação maior do padre que atendia Vista Alegre com os problemas da terra e da exploração econômica levava os agricultores a discutir e analisar com maior profundidade o problema criado. Por outro lado, a situação fundiária que eles próprios estavam enfrentando naquele momento, com o esgotamento da fronteira agrícola local e da diminuição da capacidade de produção das suas propriedades, levava os agricultores desse distrito de Colorado, a ver o problema de forma diversa.

Os agricultores de Oeste, por seu turno, embora também se defrontassem com problemas fundiários e de exploração econômica, não sentiam o problema tão intensamente, pois a produção em menor escala permitia-lhes uma maior flexibilidade na solução de seus problemas econômicos. Do ponto de vista fundiário, eles já se haviam acomodado à situação existente, principalmente pela transferência da mão-de-obra excedente para outras fronteiras agrícolas ou para os centros urbanos. Além disso, não havia muito interesse, por parte do padre que atendia à comunidade, em discutir problemas de natureza econômica. Sua preocupação maior era a vida espiritual e a prática religiosa de seus fiéis.

Podemos constatar, portanto, que as preocupações e o

nível de consciência dos agricultores depende, em grande parte, das lideranças religiosas, principalmente do padre. Isto, porém, não invalida o que dissemos anteriormente, quanto à influência de outras lideranças sobre as pessoas do meio rural, bem como, das influências sócio-econômicos. Queremos destacar, porém, neste momento, a função ideológica da Igreja, como orientadora espiritual dos agricultores que, pela sua postura, determina a manutenção de uma hierarquia de valores morais, arraigada na doutrina cristã. Com isso, e na medida em que a Igreja e seus sacerdotes vão se posicionando frente aos problemas criados pelo capitalismo, também os colonos começam a denunciar a ignorância, a miséria, a fome, a fraqueza, a covardia, a exploração e a injustiça social. Isto depende, porém, em grande parte, da personalidade do padre, o que revela que apesar da secularização, permanece a dependência deles à autoridade do padre.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Refizemos, no decorrer deste trabalho, parte da história dos agricultores de Deste, distrito pertencente ao município de Guaporé-RS e Vista Alegre, do município de Colorado-RS. Buscamos constatar as transformações dos valores morais desses agricultores, fazendo um estudo descritivo-crítico do "ethos" existente antes da chamada modernização do país, que começou a correr de forma mais intensa depois da 2ª guerra mundial, e os valores morais que os agricultores hoje cultivam.

Iniciamos nossa caminhada retornando ao período que antecedeu a vinda dos imigrantes italianos para o Brasil e analisamos as condições e as contingências que determinaram sua vinda. Depois, descrevemos a sua localização nas terras do Rio Grande do Sul e o início de uma nova realidade que aqui passaram a construir. Vimos que esta realidade foi edificada à base de muito trabalho e sacrifício. Neste contexto e alimentados por uma cosmovisão mítico-religiosa, marcada pela doutrina católica, eles mantiveram uma ética profundamente ascética, em que prevaleceu a dedicação ao trabalho, o respeito e a submissão a instituição familiar e sua hierarquia e a subjugação a ordem social instaurada, principalmente àquela determinada pela comunidade da capela e pela Igreja Católica.

Após a análise dos valores morais dos agricultores do período que vai do início da imigração até, aproximadamente, a década de 1950, passamos a descrever as principais mudanças infra e superestruturais ocorridas na região em estudo, com o

processo da modernização da lavoura e a instauração de uma nova realidade econômica e sócio-cultural. Feita esta descrição, buscamos constatar as repercussões dessas mudanças na cosmovisão dos agricultores e a analisar as influências do processo sobre os seus valores morais. Dessa análise, chegamos as seguintes conclusões:

1 - A preocupação com a produtividade e a lucratividade fez crescer a exploração indiscriminada da propriedade agrícola e aumentou a indiferença dos agricultores em relação à preservação do meio ambiente. Apesar da maioria valorizar a vida do meio rural, poucos estão preocupados em conservar os benefícios naturais ali existentes e sequer percebem que a destruição da natureza está provocando a destruição da vida humana e que, por isso mesmo, a atitude de indiferença e a ignorância em relação a tal fato, é moralmente má e eticamente injusta.

2 - As alterações nas relações de trabalho e a crescente expropriação econômica e cultural a que estão expostos os agricultores, têm reduzido a satisfação e a capacidade criativa dos mesmos, no trabalho. Por isso, além de considerarem seu trabalho qualitativamente inferior a maior parte das outras ocupações, os agricultores estão procurando por de tudo para que os filhos não continuem no meio rural. Constatamos, nisso tudo, a redução do sentido humano e humanizador do trabalho, uma vez que o trabalhador rural está cada vez mais dependente de um modo de produção que lhe é estranho.

3 - Neste contexto, também os princípios de honestidade e fidelidade aos concorrentes mudaram. Constatamos que houve uma acentuada diminuição na confiabilidade mútua entre os agricultores, principalmente nas tratativas de negócios. Mas também, nas demais relações entre indivíduos e grupos, percebemos o aumento da desconfiança e das atitudes desonestas.

4 - Foi nas famílias que o impacto dos valores trazi-

dos pelo novo modelo sócio-econômico produziu maiores transformações. Percebemos que houve o aumento nos casos de infidelidade conjugal e de divórcio e, atualmente, já ocorre uma postura de maior tolerância por parte dos agricultores em relação a tais fatos. Também o controle de natalidade, principalmente através de métodos artificiais, é hoje um fato consumado entre a maioria das mulheres dos agricultores. Eles não aceitam, porém, o controle pelo aborto provocado. Outro aspecto que mudou substancialmente nas relações familiares, foi o poder de decisão dos pais sobre a vida dos filhos. Há, hoje, uma inversão maior do poder entre os membros da família e, embora o pai se mantenha como a autoridade máxima, os agricultores não admitem que este poder seja utilizado de forma violenta. Mantêm-se, porém, o valor da obediência dos filhos para com os pais e a relação de superioridade do homem sobre a mulher, do mais idoso sobre o mais jovem, do irmão sobre a irmã e do pai sobre o filho.

5 - A vida ascética de alguns anos passados, aos poucos, está cedendo terreno para o consumismo. Os valores da renúncia e da austeridade, em vista do enriquecimento, estão sendo substituídos pela idéia de que a riqueza provém da produtividade e não da poupança e de que o consumo, em si mesmo, é bom. Percebe-se, também, que a nova ordem está reduzindo os desejos de liberdade e de felicidade ao simples prazer de consumir. A esperança e a noção de liberdade de outrora, baseadas na conquista pelo trabalho, de uma propriedade, e na constituição de uma família, está cedendo lugar à idéia de que o que tem realmente valor, na realidade atual, é a obtenção de riqueza e que a felicidade e a liberdade residem no poder de possuir. Constatamos que esta ética consumista vem criando, nos agricultores, uma consciência cada vez menos livre e mais dependente de determinações exteriores.

6 - Nas relações de amizade, verificamos que, embora se mantenham solidários nos momentos de maior necessidade, os agricultores reduziram o hábito de se visitarem com freqüência. O

envolvimento maior no trabalho e a própria televisão têm contribuído, significativamente para isso. Os agricultores afirmaram que as pessoas estão sendo menos amigas hoje, do que em anos passados e que tem aumentado o sentimento de indiferença de uns para com os outros.

7 - Também a vida religiosa dos agricultores sofreu mudanças com as transformações sócio-econômicas e culturais ocorridas. A secularização e o rompimento das estruturas de relações primárias entre os membros das capelas produziram progressivamente, novas relações entre os indivíduos e desses com a igreja e sua autoridade. A vivência religiosa passou do plano de exigência essencialmente social para o interesse individual. Isto provocou, em parte, a redução da assistência dominical de cultos e missas e a freqüência aos sacramentos, principalmente das pessoas mais jovens, pois, dependendo muito mais da convicção pessoal do que da coação externa, a missa e os cultos passaram a sofrer a concorrência de outras atividades mais atraentes: futebol, passeios, roda de amigos, etc. A secularização da igreja e a nova orientação moral que passou a ter, influenciou na redefinição dos valores morais dos agricultores. Os agricultores estão começando a preocupar-se com a justiça social, com os problemas da exploração econômica, com a fome e a miséria e com a destruição moral das famílias e das comunidades das capelas. A religião vai se tornando, aos poucos, um instrumento de conscientização e de clamor contra a exploração e a miséria. Percebemos, porém, que esta mudança de concepção depende, fundamentalmente, da figura do padre. Este continua sendo a autoridade máxima na interpretação e na definição da ordem moral das duas comunidades estudadas. Em consequência, a Igreja Católica continua mantendo a sua função de orientadora espiritual e moral dos agricultores, o que determina a manutenção de uma hierarquia de valores morais baseada na doutrina cristã.

8 - Em síntese, pudemos perceber que, os agricultores de Oeste e Vista Alegre estão mudando seu modo de conceber e de valorizar a vida, a natureza, as pessoas, os objetos e as instituições. Prevalece, hoje, uma consciência moral que em muitos aspectos, ameaça a felicidade e a sobrevivência do ser humano. A exploração e a visão unilateral e reducionista procedente das relações que se estabeleceram nas famílias e nas comunidades estudadas, em consequência das alterações infra e superestruturais, despertou o individualismo e a indiferença moral e afetiva e atrofiou, ainda mais, a capacidade criativa dos agricultores. Este processo, porém, tem criado suas contradições. Notamos que à medida que o modelo começa a frustrar as expectativas dos agricultores, eles despertam e começam a exigir mudanças não só no âmbito econômico, mas também, no plano ideológico. Este, parece ser um momento de redescoberta da capacidade criativa e crítica desses indivíduos.

9 - Neste contexto, parece caber um papel significativo à educação e, especificamente, à escola. No decorrer do trabalho, destacamos a função da escola nos dois períodos analisados e vimos que seu papel, principalmente nos últimos anos, foi pouco representativo para os agricultores. A escola se manteve alheia aos seus problemas e pouco contribuiu para a análise, a compreensão e a transformação da realidade por eles vivenciada. Esta limitação da escola, no entanto, ao mesmo tempo que indica sua integração ao projeto de dominação exercida pelo sistema econômico e sócio-político implantado, manifesta possibilidades de mudança. Para tanto, algumas condições são necessárias:

a) que ela parta para o questionamento sobre o processo produtivo implantado no meio rural e analise as contradições que ele vem criando. A educação se tornaria um momento e a escola um local de questionamento da dominação existente. A partir daí, poderia ser criada a consciência da necessidade de um novo modelo econômico e sócio-político. A reforma intelectual e moral

não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica. A relação capital-trabalho é o centro de gravidade da totalidade social. Em decorrência, o processo de produção e o que ele abrange, determinam, em última instância, as outras instituições e práticas sociais. Por isso, a mudança moral é impossível de ser conseguida sem a mudança na estrutura econômica. A reforma econômica é o modo concreto através do qual se inicia toda a reforma intelectual e moral de uma sociedade;

b) que concomitante a este primeiro momento, e até certo ponto em decorrência dele, a educação e a escola, partam para o questionamento sobre a ordem moral instaurada e, de forma participativa, busquem superar as contradições existentes. Para que tal ocorra, além de novos conteúdos deverá ocorrer mudança no modo da escola atuar e na metodologia nela utilizada. Uma nova ordem moral só será possível pela mudança estrutural da sociedade. Esta só ocorrerá pela participação real e não apenas simbólica de todos os indivíduos e de todos os grupos que compõem a sociedade. A participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição do poder. Recuperar a consciência crítica e o poder, são os primeiros imperativos de uma nova ordem moral. O fundamental, no ato moral, é a opção livre e consciente do indivíduo pelo seus atos e a autodeterminação do seu modo de ser. A revolução moral, portanto, não pode prescindir de redescoberta da capacidade criativa do ser humano. O fomento da transformação no contexto atual exige um processo participativo, pois só assim indivíduos e grupos podem definir seus destinos e seus fins.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

01. ABRAMO, Perseu. Pesquisa em ciências sociais: um guia para estudantes. Salvador, U.F.Ba., 1970.
02. ARAÚJO, Braz e outros. A Questão Agrária. IN: Ensaio de opinião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, n. 29, p. 7-71.
03. BICUDO, Maria Aparecida. Fundamentos éticos da educação. São Paulo, Cortez, 1982.
04. BRANDÃO, Carlos R. (Org.) Pesquisa participante. São Paulo, Brasiliense, 1981.
05. CAMARGO, Marculino. Ética, vida e saúde. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1975.
06. COHN, Gabriel (Org.) Comunicação e indústria cultural. São Paulo, Nacional, 1978.
07. CORADINI, Odacir L. & FREDERICK, Antoinette. Agricultura, cooperativas e multinacionais. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
08. DUSSEL, Enrique D. Para uma ética da libertação latino-americana: eticidade e moralidade. São Paulo, Loyola, 1977, v.2.
09. FRANTZ, Telmo R. Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola: o caso da cotrijuí. Ijuí, Fidene, 1982.
10. _____. Evolução da agropecuária no planalto gaúcho. Ijuí, FIDENE, out. 1979.
11. FROMM, Erich. O coração do homem. 6 ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
12. GALLIANO, A. Guilherme. Introdução a sociologia. São Paulo, Harbra, 1981.

13. GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. 3 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
14. HARNECKER, Marta. Os conceitos elementais do materialismo histórico. (sem referências)
15. HILDEBRAND, Dietrich von. Ética cristiana. Barcelona, Herder, 1962.
16. HIRSCHMAN, Albert O. As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
17. HUDSON, W.D. La filosofía moral contemporánea. Madrid, Alianza Editorial, 1974.
18. IANNI, Octavio. A luta pela terra. Petrópolis, Vozes, 1979.
19. LAZZARI, Beatriz M. Imigração e ideologia. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço dos Brindes, 1980.
20. LEERS, Bernardino. Cristãos no meio rural. 3 ed., Petrópolis, Vozes, 1977.
21. LENIN, V.I. O programa agrário: da Social-Democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1980.
22. LORENZONI, Júlio. Memórias de um imigrante italiano. Porto Alegre, Sulina, 1975.
23. LUKÁCS, G. Ontologia do ser social. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
24. _____. História e consciência de classe. Porto, Escorpião, 1974.
25. MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil, São Paulo, Pioneira, 1975.
26. MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
27. _____. O 18 brumário e cartas e Kugelmann. 2 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

28. MARX, Karl. O Capital. 5 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, livro 1, v. 1.
29. MARX, Karl & ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, s.d., v. 3.
30. NIETZSCHE, F.W. Além do bem e do mal. São Paulo, Hemus, 1977.
31. NUNES, Edson de O. (Org.) A aventura sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
32. QUEIROZ, Maria I.P. de. Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil. São Paulo, EDUSP, 1978.
33. KISNERMAN, Natalio. Ética para o serviço social. Petrópolis, Vozes, 1976.
34. RABUSKE, Arthur. Os inícios da colônia italiana do Rio Grande do Sul em escritos de jesuítas alemães. Caxias do Sul, UCS, 1978.
35. SANTOS, J.T. Os colonos do vinho. São Paulo, HUCITEC, 1978.
36. SELTZ, e outros. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo, E.P.U., 1973.
37. SMITH, T. Lynn. Organização rural: problemas e soluções. São Paulo, Pioneira, 1971.
38. SOARES, Gláucio D. A questão agrária na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
39. TANNEY, R. H. A Religião e o surgimento do capitalismo. São Paulo, Perspectiva, 1971.
40. THOMÉ, Lauro N.F. A colônia de Guaporé: passado e presente. São Paulo, Pauliras, 1966.
41. VELHO, Otávio G. (Org.) O fenômeno urbano. 3 ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
42. _____ . Estrutura de classes e estratificação social. 7 ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
43. VELHO, Gilverto. A utopia urbana: um estudo de Antropologia social. 2 ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
44. ZENTENO, Raúl B. (Org.) As classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

A N E X O S

ANEXO 1

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO DGE-38/RS

Ajuricaba, Alecrim, Alpestre, Anta Gorda, Aratiba, Arvorezinha, Augusto Pestana, Barão do Cotegipe, Barracão, Barros Cassal, Boa Vista do Buricá, Braga, Cacique Doble, Caiçara, Campinas das Missões, Campinas do Sul, Campo Novo, Cândido Godói, Carazinho, Casca, Catuípe, Cerro Largo, Chapada, Chiapeta, Ciríaco, Colorado, Condor, Constantina, Coronel Bicaco, Crissiumal, Cruz Alta, David Canabarro, Erechim, Erval Grande, Erval Seco, Esmeralda, Espumoso, Fontoura Xavier, fortaleza dos Vales, Frederico Westphalen, Gaurama, Getúlio Vargas, Giruá, Guaporé, Guarani das Missões, Horizontina, Humaitá, Ibiaçá, Ibiraiaras, Ibirubá, Ijuí, Ilópolis, Independência, Iraí, Itatiba do Sul, Jacutinga, Jóia, Lagoa Vermelha, Liberato Salzano, Machadinho, Marau, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Maximiliano de Almeida, Miraguaí, Não-Me-toque, Nonoa, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Prata, Paim Filho, Palmeira das Missões, Palmitinho, Panambi, Paraí, Passo Fundo, Pejuçara, Planalto, Porto Lucena, Porto Xavier, Putinga, Redentora, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rondinha, Roque Gonzales, Salto do Jacuí, Sananduva, Santa Bárbara do Sul, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Ouro, São Martinho, São João das Missões, São Valentim, Sarandi, Seberí, Selbach, Serafina Correa, Sertão, Severiano de Almeida, Soledade, Tapejara, Tapera, Tenente Portela, Três de Maio, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi, Vacaria, Vicente Dutra, Viadutos, Victor Graeff.

Fonte: FIBGE. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico: Rio Grande do Sul. 1980.

ANEXO 2

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA

- 1 - Local
- 2 - Origem
- 3 - Há quanto tempo reside no local?
- 4 - É proprietário da terra?
- 5 - Qual é a extensão da propriedade?
- 6 - O que o sr. planta?
- 7 - O que o sr. cria?
- 8 - O sr. tem horta e pomar?
- 9 - Como o sr. trabalha sua terra?
- 10 - Usa arado de bois?
- 11 - Usa enxadas para a capina?
- 12 - Usa tratores?
- 13 - Usa plantadeiras e colheitadeiras mecânicas?
- 14 - Usa adubos químicos?
- 15 - Usa inseticidas?
- 16 - Se usa adubos químicos e inseticidas, diga por quê?
- 17 - Seus filhos ajudam a cultivar a terra? Tem algum que não ajuda? Por quê?
- 18 - A mulher (esposa) ajuda no serviço da lavoura?
- 19 - Quem faz o trabalho da casa? Em que horas?
- 20 - Tem empregados?
- 21 - O que o sr. faz com o que produz? vende tudo no mercado?
O que vende no mercado?
- 22 - Quanto da produção vendeu? A que preço?
- 23 - O que vendeu a um bom preço e o que vendeu a um preço baixo?
- 24 - O que o sr. fez de melhoria em sua propriedade nos últimos dois anos?
- 25 - O sr. comprou alguma terra ou máquina nesse período?
- 26 - O sr. vendeu alguma terra ou objeto de valor nesse período?

- 27 - Qual é a renda familiar, líquida?
- 28 - Trabalhando fora, ganhou menos que o salário mínimo?
- 29 - A produção da terra rendeu alguma coisa nos dois últimos anos?
- 30 - O que o sr. fez com a renda da terra?
- 31 - O que o sr. compra na loja ou mercado?
- 32 - O sr. tem televisão? Por quê?
- 33 - O sr. tem carro? Por quê?
- 34 - Os móveis que o sr. tem em casa foram todos comprados?
- 35 - O sr. compra alguma comida no mercado? Que tipo de comida?
- 36 - As roupas que as pessoas da família usam são compradas prontas nas lojas ou são confeccionadas em casa?
- 37 - Que tipo de roupa é comprada na loja?
- 38 - O sr. trabalha com Bancos? Por quê? Vale a pena trabalhar com o Banco?
- 39 - Qual é o melhor lugar para morar para o sr.? Por quê?
- 40 - O sr. já pensou alguma vez vender a terra e ir para outro lugar?
- 41 - A vida do colono é boa? Por quê?
- 42 - O sr. quer que os seus filhos continuem aqui na colônia ou quer que eles vão para outro lugar? Para onde?
- 43 - O sr. vai deixar a herança para todos os seus filhos, tanto para os rapazes como para as moças? Por quê?
- 44 - Seus pais tiveram muitos filhos? quantos?
- 45 - Quantos filhos o sr. tem? quer ter mais?
- 46 - Como eram decididos os negócios ou problemas da sua família?
- 47 - As suas irmãs tinham os mesmos direitos que o sr. e seus irmãos? Por quê?
- 48 - Naquele tempo aconteciam casos de desquite e divórcio?
- 49 - Se acontecia, o que era feito com as pessoas envolvidas?
- 50 - E hoje, acontecem divórcios e desquites na colônia? O sr. acha certo as pessoas se separarem? Se isso acontecesse com uma filha sua ou um filho seu, o sr. aceitaria?

- 51 - Quem resolve os negócios e problemas em sua família?
- 52 - O sr. acha que hoje os filhos não obedecem mais tanto aos pais como antigamente? Por que acontece isso?
- 53 - A igreja diz que é pecado um homem ter relações sexuais com uma mulher que não seja sua esposa? Os homens da colônia obedecem esse mandamento? E as mulheres também?
- 54 - Na sua família há o costume de sentar para conversar? Quando acontece isso?
- 55 - O que a família faz à noite? e nos domingos e feriados?
- 56 - O sr. acredita em Deus? por quê?
- 57 - E no diabo? Por quê?
- 58 - Quando acontece uma desgraça (tempestade, peste, seca...) o que se costuma fazer na sua família e na comunidade?
- 59 - Como é o mundo para o sr.?
- 60 - O sr. acha que o Brasil tem muitos países amigos? Quais?
- 61 - Também tem inimigos? quais?
- 62 - Existe alguma pessoa, da qual o sr. houve falar, que o sr. gosta muito?
- 63 - Existe alguma que o sr. não gosta?
- 64 - Quando o preço da soja ou do porco está ruim, de quem é a culpa? Por quê?
- 65 - O prefeito pode ajudar a resolver os problemas do colono?
- 66 - O sr. precisa da freira e do padre? Quando? Para quê?
- 67 - O sr. gostaria que um filho seu ou uma filha sua fosse padre ou freira? Por quê?
- 68 - O sr. e a sua família vão ao culto ou à missa nos domingos e feriados? Por quê? O sr. acha que isso ajuda?
- 69 - Quem não trabalha merece viver? Por quê?
- 70 - Onde o sr. acha que é melhor trabalhar? Por quê?
- 71 - O sr. sempre teve muitos amigos?
- 72 - Quando o sr. precisou de ajuda, sempre contou com eles?

- 73 - Aconteceu alguma vez o sr. ter feito um negócio com alguém e este depois voltar atraz por que um outro lhe ofereceu mais dinheiro pelo produto? Conte o caso.
- 74 - O homem de hoje tem mais palavra que o de antigamente?
- 75 - O sr. faz negócios a nda hoje sem assinar contrato? Por quê?
- 76 - As pessoas são mais amigas hoje do que antigamente? Por quê?
- 77 - As pessoas daqui costumam visitarem-se muito? quando?
- 78 - Quando se vai a casa do vizinho, o que se faz lá?
- 79 - Em que ocasiões o sr. recebe mais visitas?